

1.1 HISTÓRICO DO EMISSOR

Em 1918 a Família Ioschpe passou a empreender no setor madeireiro, e posteriormente diversificou suas atividades para os setores financeiro e industrial, dando origem a Companhia. Nos anos 80, por meio de diversas aquisições, passou a atuar também no setor agrícola. Nesse período, em 1984, a Companhia estreou na bolsa de valores de São Paulo (B3), marcando sua entrada no mercado de capitais.

Durante os anos 90, revisou sua estratégia focando na produção de autopeças e equipamentos ferroviários, alienando uma parcela significativa dos ativos não relacionados a esses setores. Em 1998, iniciou um processo de reestruturação das operações e carteira de negócios que culminou com a emissão de ações ordinárias subscritas pelo BNDES Participações S.A. - BNDESPAR e pelo Banco Bradesco S.A.

No início de 2000, transferiu 50% dos negócios em equipamentos ferroviários para a Amsted Industries, companhia industrial baseada nos Estados Unidos, formando assim uma joint-venture com o nome de Amsted-Maxion. Após essa movimentação, passou a concentrar seus esforços no setor de autopeças, através da produção de rodas e componentes estruturais para veículos automotores.

Em 2004, o Banco Bradesco vendeu sua participação transferindo a totalidade de suas ações ordinárias para os então acionistas controladores e a totalidade de suas ações preferenciais ao mercado. Em janeiro de 2008, com a migração das ações de emissão da Companhia para o segmento de listagem do Novo Mercado da B3, todas as ações preferenciais foram convertidas em ações ordinárias.

Entre 2009 e 2012, a Companhia vivenciou uma fase de forte expansão, realizando aquisições estratégicas no Brasil e no exterior. Entre elas, destaca-se a aquisição do negócio de rodas da ArvinMeritor em 2009, com operações nos EUA, México e Brasil. Posteriormente, em 2010, foram adquiridos os ativos do negócio de rodas do grupo CIE Automotive no México. Em maio de 2011, a Companhia adquiriu 50% das ações da Montich S.A. uma empresa argentina fabricante de eixos, chassis e peças estampadas para veículos comerciais, formando então o negócio em conjunto Maxion Montich S.A., com unidades na Argentina, Uruguai e Brasil.

O ano de 2012 consolidou o posicionamento global da companhia por meio da aquisição do antigo grupo Galaz, fabricante de longarinas para veículos comerciais no México, e do grupo Hayes Lemmerz, um importante fabricante mundial de rodas automotivas para veículos automotores.

Entre 2015 e 2019, concentrou-se na integração das aquisições e na consolidação de sua liderança mundial na indústria de autopeças. Ainda como parte da consolidação de seus ativos, em dezembro de 2017, adquiriu a participação remanescente de 29,91% da subsidiária Maxion Wheels (Tailândia) Co. Ltd. do parceiro local.

Em 2019, a companhia deu um importante passo para firmar sua presença no continente asiático, através de uma parceria com uma empresa chinesa, dando origem a coligada DongFeng Maxion Wheels Ltd., que resultou na construção da unidade de produção de rodas de alumínio na China, finalizada em 2021.

Em 2023 iniciou a construção da primeira unidade de produção de rodas de alumínio forjado para veículos comerciais na Turquia e também a expansão da unidade de produção de componentes estruturais no México.

Após uma série de desinvestimentos no segmento ferroviário, que teve início em 2015, a Companhia vendeu parte de sua participação na Amsted-Maxion a outros acionistas existentes, GBX Brasil e

Amsted Rail Brasil, subsidiárias brasileiras da Greenbrier e Amsted Industries, respectivamente. Atualmente, a Amsted-Maxion é controlada pela Amsted Rail Brasil, enquanto a Companhia detém uma participação acionária de 19,5% na Amsted Maxion.

O objeto social atual da Companhia, conforme descrito em seu Estatuto Social, envolve:

- a. fabricação, usinagem, montagem, distribuição ou venda de quaisquer tipos de motores, veículos, tratores agrícolas e industriais, de máquinas e implementos agrícolas, máquinas rodoviárias e de construção de colheitadeiras automotrizes, bem como quaisquer aparelhos, instrumentos sobressalentes e acessórios dos mesmos, equipamentos motorizados ou não, componentes para indústria metalúrgica, ferroviária e automobilística, ferramentas, ferramental, caixa de armazenamento e outros produtos conexos utilizados na produção industrial, bem como a exploração da indústria de fundição, esmaltação, estanhão, plástico, metalúrgica, mecânica em todas suas aplicações e formas, bem como o comércio, beneficiamento, exportação, importação e distribuição dos produtos pertinentes ao ramo;
- b. importação de matérias-primas e produtos intermediários para a industrialização de produtos acabados relacionados com o objeto social, destinados à comercialização;
- c. prestação de serviços de assistência técnica à outras empresas do mesmo ramo;
- d. assistência técnica, locação de serviços, intermediação comercial por conta própria ou de terceiros, comissão ou consignação relativas ao objeto social;
- e. locação de bens pertencentes ao seu ativo imobilizado;
- f. participação em outras sociedades nacionais ou estrangeiras como sócia, quotista ou acionista;
- g. representação de outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, por conta própria ou de terceiros, em conexão com os objetivos mencionados;
- h. implantação e manutenção de centros de treinamento para o uso de seus produtos; e
- i. desenvolvimento de culturas experimentais em áreas rurais próprias ou de terceiros.

1.2 DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES DO EMISSOR E DE SUAS CONTROLADAS

A Iochpe-Maxion é uma companhia global, líder mundial na produção de rodas automotivas e um dos principais produtores de componentes estruturais automotivos nas Américas.

A Companhia conta com 33 unidades fabris, localizadas em 14 países nas Américas do Sul e Norte, Europa, Ásia e África, tendo cerca de 17,8 mil funcionários, o que a capacita a atender os seus clientes ao redor do mundo nos prazos e padrões de qualidade e competitividade exigidos por eles.

A Companhia possui alto nível de conhecimento técnico e busca constantemente fornecer soluções inovadoras nas áreas em que atua, utilizando macrotendências globais para direcionar o desenvolvimento de novos produtos e tecnologias de forma independente ou em cooperação com parceiros estratégicos.

A Companhia opera seu negócio por meio da *Maxion Wheels* e da *Maxion Structural Components*.

Maxion Wheels: presente em 14 países e 4 continentes, produz e comercializa uma ampla gama de rodas de aço para veículos leves, comerciais e máquinas agrícolas e rodas de alumínio para veículos leves.

Maxion Structural Components: presente em 4 países nas Américas, produz longarinas, travessas e chassis montados para veículos comerciais e conjuntos estruturais para veículos leves e comerciais.

1.3 INFORMAÇÕES RELACIONADAS AOS SEGMENTOS OPERACIONAIS

a. produtos e serviços comercializados

A Companhia opera por meio do segmento automotivo através da *Maxion Wheels* e *Maxion Structural Components*.

A *Maxion Wheels* produz e comercializa uma ampla gama de rodas de aço para veículos leves, comerciais e máquinas agrícolas e rodas de alumínio para veículos leves.

A *Maxion Structural Components* produz e comercializa longarinas, travessas e chassis montados para veículos comerciais e itens estampados estruturais para veículos leves e comerciais.

b. receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida consolidada do emissor

As receitas da Companhia compreendem apenas o segmento automotivo.

Descrição	2024	
	%	R\$ mil
Segmento automotivo	100	15.331.812
Receita Líquida Consolidada	100	15.331.812

c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido consolidado do emissor

As receitas da Companhia compreendem apenas o segmento automotivo.

Descrição	2024	
	%	R\$ mil
Segmento automotivo	100	264.719
Lucro Líquido Consolidado	100	264.719

1.4 PRODUÇÃO/COMERCIALIZAÇÃO/MERCADOS

a) Características do processo de produção

Componentes Estruturais

O processo de produção de componentes estruturais automotivos compreende 4 etapas principais: (i) preparação; (ii) conformação; (iii) montagem; e (iv) pré-tratamento, pintura e acabamento.

1. **Preparação:** o processo de preparação consiste na decapagem, ou seja, desenrolar as bobinas de chapas de aço, seguida do corte das chapas no tamanho necessário ao prosseguimento da produção.
2. **Conformação:** após o processo de preparação, a chapa de aço cortada é prensada e furada em prensas, conforme especificação do tamanho e forma do produto final.
3. **Montagem:** consiste na junção das partes do produto.
4. **Pré-tratamento, pintura e acabamento:** aplicação de tratamento anticorrosão (pintura E-coat) e, em seguida, a pintura a pó. Posteriormente o produto é expedido.

Rodas de aço

A produção de rodas de aço do segmento automotivo compreende os seguintes processos: (i) produção do disco; (ii) produção do aro; (iii) junção de disco e aro; e (iv) pré-tratamento, pintura e acabamento.

1. **Produção do disco:** a conformação consiste em repuxar o perfil da peça, estampar furos e torneá-la.
2. **Produção do aro:** a conformação consiste em calandrar e soldar a peça, laminá-la, expandi-la e estampar furo de válvula da peça.
3. **Processo de junção:** o disco e o aro passam pela montagem (soldar e usinar a face interna do disco), controle de qualidade (inspeção de qualidade automatizada).
4. **Pré-tratamento, pintura e acabamento:** tratamento anticorrosão com pintura E-coat e pintura a pó.

Rodas de alumínio

A produção de rodas de alumínio do segmento automotivo compreende os seguintes processos: (i) fundição; (ii) molde; (iii) testes, tratamento térmico e usinagem; e (iv) pintura e acabamento.

1. **Fundição:** o início da produção parte da preparação da liga especial que é produzida pela fusão do alumínio primário de alta pureza e outros elementos de liga que garantem a resistência, durabilidade e propriedades mecânicas das rodas.
2. **Molde:** a liga especial é levada a um sistema de máquinas injetoras de alumínio que trabalham sob pressão, onde ocorre a injeção do metal em um molde especial de aço que tem a forma quase definitiva da roda.
3. **Testes, tratamento térmico e usinagem:** as rodas são controladas em um aparelho de raio X de alta definição garantindo que o produto esteja totalmente isento de porosidades e falhas de preenchimento de material. Em seguida ao Raio X, as rodas são submetidas a um processo de tratamento térmico em fornos especiais, que conferem um nível de resistência ainda maior

para garantir de fato a qualidade e segurança do produto. As rodas passam por um processo de usinagem em tornos e furadeiras, onde é retirado todo material de excesso proveniente da fundição.

4. Pintura e acabamento: as rodas passam por um processo totalmente automatizado de preparação de superfície e pintura eletrostática, conferindo, principalmente, três tipos de acabamentos: pintada, diamantada e polida.

O processo de produção da Companhia e de suas controladas está sujeito à paralisação decorrente de greves de funcionários, falta de fornecimento ou baixa qualidade de matérias-primas.

Ainda com relação ao processo de produção, a Companhia executa rotinas diárias de manutenção preventiva e reparos em suas unidades fabris, com o objetivo de mitigar riscos inerentes às atividades desenvolvidas pela Companhia e suas controladas. Além disso, nos períodos de férias coletivas das montadoras brasileiras, tradicionalmente no mês de dezembro, a Companhia planeja e executa serviços de manutenção mais específicos em suas unidades produtivas. Os referidos serviços de manutenção incluem, por exemplo, desmontagem, remontagem, limpeza, revisão e outros serviços correlatos de rotina, os quais são prestados diretamente por colaboradores da Companhia ou mediante contratação de terceiros, conforme o caso.

As unidades produtivas da Companhia e de suas controladas contam com cobertura securitária de riscos operacionais que envolvem danos materiais e lucros cessantes. Dentre os possíveis sinistros que podem afetar máquinas, equipamentos e produtos em geral e que estão amparados pela referida cobertura, tem-se: danos elétricos, erros e omissões, quebra de maquinário, interrupção de utilidades e serviços, vendaval, furacão, ciclone, granizo, tornado e fumaça, roubos, dentre outros, nos termos da referida apólice de riscos operacionais.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas contam com cobertura securitária de responsabilidade civil. Dentre os possíveis sinistros amparados pela referida cobertura, tem-se: danos decorrentes de serviços de reparos e de segurança, poluição, contaminação e/ou vazamentos súbitos e inesperados, riscos contingentes de veículos terrestres motorizados, danos decorrentes de eventos programados, dentre outros, nos termos da referida apólice de responsabilidade civil.

b) Características do processo de distribuição

Os produtos são distribuídos por transporte rodoviário e usualmente entregues na linha de montagem das montadoras. Determinadas montadoras utilizam o sistema de *"milk run"* em que estas recolhem os produtos nas plantas da Companhia.

A Companhia não dispõe de centros de distribuição, distribuindo seus produtos a partir de suas unidades industriais diretamente aos seus clientes. A Companhia não dispõe de frota própria direta ou indireta, contratando serviços de terceiros para as tarefas de distribuição e logística.

c) Características dos mercados de atuação, em especial:

i. participação em cada um dos mercados

A Companhia utiliza dados de mercado e informações fornecidas por consultorias especializadas no mercado automotivo mundial, e estudos internos das suas áreas comerciais. De acordo com estes estudos, para o mercado global de rodas, a Companhia acredita que encerrou o ano de 2024 na primeira colocação de produção de rodas de aço para veículos leves e pesados com 17% e 19% de participação de mercado, respectivamente. Para o mercado de rodas de alumínio a participação de mercado é de 4% na 9ª colocação.

Ainda de acordo com estudos de mercado, a Companhia estima que encerrou o ano de 2024 com 59% de participação de mercado no mercado de longarinas e chassis na América do Sul. Considerando o mercado da América do Norte no mesmo período, a participação de mercado da Companhia no mercado de longarinas foi de 47%.

A Companhia tem como característica a atuação em escala global. Como o segmento de negócios em que atua é historicamente competitivo, a Companhia adotou como estratégia de mercado a expansão e consolidação global de suas atividades. Com o objetivo de competir em nível nacional e internacional, a Companhia desenvolveu e mantém uma plataforma global de produção e distribuição de produtos. Nesse sentido, a relação entre os mercados nacionais e internacionais em que a Companhia atua pode ser descrita da seguinte forma: (i) baixa dependência de plataformas de veículos, como forma de reduzir a exposição a riscos relacionados às variações de preços de matéria-prima ou dependência excessiva da demanda por produtos específicos; (ii) maior eficiência na estruturação de operações, como fator de redução de custos de produção e transporte no mercado nacional e internacional; e (iii) menor exposição a eventos macroeconômicos específicos que podem impactar os resultados operacionais da Companhia.

Por fim, a Companhia apresenta uma relação de significativa dependência com os mercados nacional e internacional, tendo em vista que a Companhia não tem capacidade de gerar demanda pelos seus produtos. A Companhia depende dos pedidos dos seus clientes nacionais e internacionais (montadoras), que oscila de acordo com a demanda do segmento automotivo.

ii. condições de competição nos mercados

Dentre os fatores que influenciam o comportamento dos mercados de atuação da Companhia, podem-se destacar os seguintes:

- *Barreiras à importação*

No Brasil, a legislação em vigor, os entraves burocráticos, as peculiaridades do mercado impõem significativos obstáculos às importações de veículos.

A redução ou o aumento desses obstáculos, por exemplo, em função de políticas de governos federais ou estaduais, pode impactar significativamente os mercados em que a Companhia atua e, por consequência, a própria Companhia.

- *Regimes Automotivos*

Em dezembro de 2023, em substituição ao Programa Rota 2030, o governo federal instituiu o Programa Mobilidade Verde e Inovação – MOVER através da Medida Provisória nº 1.205/23, convertida na Lei 14.902/24. Entre outras diretrizes, o Programa Mover prevê aumento dos investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação no País e terá duração de 5 anos. Além de outros benefícios, está previsto a geração de crédito financeiro correspondente a 50% do valor investimento em PD&I no ano-base, limitado a 5% da receita bruta excluídos os impostos e contribuições incidentes sobre a venda.

A Companhia solicitou sua habilitação ao Programa Mover em abril de 2024 tendo seu pedido deferido em maio de 2024 e usufruído do benefício no segundo e terceiro trimestre de 2024.

- *Imposição de direitos “antidumping”*

Em 2010, a Comissão da União Europeia (DG-Trade) instituiu uma medida antidumping sobre a importação de rodas de alumínio da China. Durante um período de 5 anos, as rodas importadas da

China estavam sujeitas ao pagamento de 22,3% de impostos para entrar na União Europeia, o qual expirou no final de 2015. O órgão encarregado de analisar questões econômicas e de concorrência na comunidade europeia revisou esta medida nos últimos anos e estendeu a restrição por mais 5 anos a partir do início de 2017. No início de 2023, a União Europeia revisou e prorrogou as tarifas por mais 5 anos.

Em 2020, a Comissão da União Europeia (DG-Trade) implementou outra medida antidumping sobre importações de rodas da China, desta vez para o mercado de rodas de aço. As taxas estabelecidas pela União Europeia variam de 50,3% a 66,4% para certos fabricantes chineses. A medida é válida por 5 anos a partir de 4 de março de 2020. Atualmente, a Comissão europeia analisa uma extensão por mais 5 anos.

Em 2023, a Comissão da União Europeia (DG-Trade) implementou outras medidas antidumping para certos fabricantes de rodas de alumínio do Marrocos por 5 anos. As taxas variam de 9% a 17,5%, dependendo de cada fabricante. Posteriormente, em março de 2025, a Comissão europeia adicionou, além das tarifas antidumping mencionadas anteriormente, tarifas antisubsídios. As alíquotas variam de 5,7% a 31,6%. Com isso, o total de tarifas antidumping mais tarifas antisubsídios para produtores no Marrocos variam de 14,7% a 49,1%.

Em 2019, os Estados Unidos adotaram medidas antidumping sobre a importação de certas rodas de aço para veículos comerciais e trailers da China, impondo tarifas que variam de aproximadamente 44% a 457% pelo período de cinco anos. Essas tarifas foram renovadas em 2024 por mais cinco anos.

Em 2023, a Índia implementou medidas antidumping sobre importações de rodas de aço para veículos comerciais da China por 5 anos. A taxa antidumping definida é de 65%, incluindo tarifas padrão de importação. Adicionalmente, em 2024, a Índia implementou medidas antidumping sobre importações de rodas de alumínio da China por 5 anos com uma taxa antidumping definida de 51,5%, incluindo tarifas padrão de importação.

- *Nível de concorrência e principais concorrentes*

A Companhia atua em um segmento de um mercado consolidado, o qual conta com empresas notadamente estruturadas, com histórico de atividade no setor e sólida carteira de clientes em suas respectivas regiões de atuação, o que o torna significativamente competitivo. Nesse sentido, a Companhia conta como principais concorrentes em seu segmento de mercado as seguintes empresas:

- **América do Sul:** Mangels, Metalsa, Neo Rodas, Polimetal;
- **América do Norte:** Superior, Accuride, Topy, Metalsa;
- **Europa:** Accuride, Magneto, Borbet, Ronal; e
- **Ásia e outros:** Topy, Steel Strips, Wheels India, Dicastal.

- *Custos de matérias-primas e outras despesas*

A Companhia utiliza como principais matérias-primas necessárias ao seu processo produtivo o aço e o alumínio, cujos preços são influenciados negativa ou positivamente por um mercado competitivo em âmbito global, e, portanto, estão sujeitos a oscilações decorrentes da respectiva relação de oferta e demanda. Além disso, o custo dessas matérias-primas é influenciado de forma direta pela concentração de fornecedores, tanto no Brasil quanto no exterior. Além dos preços estabelecidos em parâmetros internacionais, outras despesas compõem o preço final relacionado à obtenção dessas

matérias-primas pela Companhia e suas controladas, quais sejam: a incidência de tributos e demais despesas de logística e transporte.

d) Eventual sazonalidade

Os meses de dezembro e janeiro são os meses nos quais a sazonalidade tende a afetar os negócios da Companhia, devido ao maior número de paradas para as tradicionais férias coletivas das montadoras.

e) Principais insumos e matérias-primas, informando:

i. Descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

As matérias-primas necessárias aos produtos da Companhia são o aço e o alumínio. Elas não estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental.

Tendo em vista que a Companhia precisa suprir a demanda de seus clientes com regularidade (*just in time*), é preciso que seja assegurado o fornecimento de matérias-primas por parte de seus fornecedores. Nesse sentido, a Companhia busca manter relações comerciais estáveis e de longo prazo com seus principais fornecedores, de forma a garantir que o fluxo de matérias-primas não seja interrompido nem reduzido inesperadamente.

ii. Eventual dependência de poucos fornecedores

A Companhia tem um grupo concentrado de fornecedores, uma vez que compra suas matérias-primas diretamente dos principais fabricantes nas regiões em que atua.

Entre os principais fornecedores de aço plano para a Companhia destacam-se ArcelorMittal, CSN, Usiminas, Ternium e Thyssen.

Os principais fornecedores de lingotes de alumínio são EGA, Alba, Hydro e CBA.

A estratégia da Companhia para não ficar exposta à dependência de poucos fornecedores é dispor de mais de uma fonte fornecedora de matérias-primas para as suas necessidades relevantes, minimizando assim os riscos comerciais e operacionais. Ainda como forma de minimizar riscos, são mantidos estoques mínimos de segurança dos itens relevantes ao processo produtivo, especialmente bobinas de aço e lingotes de alumínio.

iii. Eventual volatilidade em seus preços

O custo das matérias-primas é o fator individual mais significativo na formação dos preços dos produtos da Companhia.

Os eventuais aumentos de preços das matérias-primas nas regiões em que a Companhia atua dependem de variáveis específicas de cada região, sendo que tais aumentos são discutidos e negociados com fornecedores e clientes.

O preço do alumínio acompanha habitualmente a precificação diária da London Metal Exchange (LME), já o do aço acompanha, em algumas regiões, determinadas correlações numéricas, como por exemplo o índice CRU e, em outras, depende do ambiente de negociação regional.

1.5 PRINCIPAIS CLIENTES

a) montante total de receitas provenientes do cliente

Em 2024, dois clientes foram individualmente responsáveis por mais de 10% da receita total líquida da Companhia, sendo:

1. Daimler Truck AG com 14,1% da receita operacional líquida ou R\$ 2.163,3 milhões;
2. Traton com 11,3% da receita operacional líquida ou R\$ 1.739,2 milhões.

b) segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

As receitas da Companhia são 100% provenientes do segmento automotivo.

1.6 EFEITOS RELEVANTES DA REGULAÇÃO ESTATAL

a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

O setor de atuação da Companhia não está sujeito à regulação específica e tampouco o exercício de suas atividades está submetido a agências reguladoras no Brasil ou no exterior.

As atividades da Companhia estão sujeitas à legislação federal, estadual e municipal aplicáveis ao ramo da indústria de forma geral, particularmente no que se refere à preservação e conservação do meio ambiente e, portanto, a Companhia no curso normal de seu negócio necessita de autorizações governamentais para o desempenho de suas atividades industriais. A Companhia acredita que historicamente mantém um bom relacionamento com as autoridades governamentais aplicáveis, tendo obtido e/ou renovado as outorgas, licenças e demais autorizações relevantes necessárias para o exercício de suas atividades.

Da mesma forma, tem cumprido, em todos os aspectos relevantes, as condicionantes e exigências técnicas no âmbito de cada autorização obtida nos últimos três exercícios sociais e no exercício em curso, para o desenvolvimento de suas atividades no atual estágio de seus negócios.

b. principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pelo emissor

As atividades industriais da Companhia no Brasil seguem a Política Nacional do Meio Ambiente, que estabelece a obrigação de prévio licenciamento ambiental para o desenvolvimento de atividades potencialmente poluidoras ou que utilizam recursos naturais. Da mesma forma, as controladas da Companhia seguem as políticas e regulamentações ambientais das demais jurisdições onde exercem suas atividades, incluindo a obtenção de todas as licenças e autorizações ambientais necessárias.

Todas as licenças ambientais possuem observações e exigências técnicas a serem cumpridas pelo empreendedor, e podem ser canceladas ou não renovadas se alguma das observações ou exigências impostas pela autoridade competente não forem cumpridas.

As atividades industriais das unidades produtivas da Companhia e suas controladas, bem como as leis e regulamentações ambientais são dinâmicas, gerando a contínua necessidade de obtenção de novas licenças ambientais e renovação das existentes.

A Companhia busca atuar de forma proativa na obtenção das licenças ambientais necessárias às suas atividades e busca coordenar, junto aos órgãos ambientais aplicáveis, ações necessárias para atender alterações potenciais às regulamentações ambientais.

Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal: A Companhia está sujeita à observância de legislação ambiental específica com relação aos seus estabelecimentos que se situem em Áreas de Preservação Permanente (APPs) e deve obter autorizações específicas para atuar em APPs, as quais preveem as medidas compensatórias que devem ser executadas pela Companhia. A Companhia busca regularizar as ocupações de APPs em suas unidades industriais e cumprir os termos e prazos acordados com os órgãos ambientais para tanto.

Resíduos Industriais: Como característica tradicional do setor, as atividades industriais da Companhia geram resíduos, os quais devem ser gerenciados em conformidade com a legislação ambiental. Em certos locais, o gerenciamento de resíduos deve ser acompanhado pelo órgão ambiental, através da emissão de instrumentos de controle, os quais devem ser solicitados pela Companhia. A Companhia

busca continuamente minimizar a quantidade de resíduos industriais que gera em suas operações, tendo, por meio do coprocessamento, sido possível zerar em algumas de suas unidades o envio de resíduos a aterros sanitários locais. Em relação às unidades onde tais resíduos são gerados, a Companhia obtém as autorizações necessárias ao gerenciamento e destinação de seus resíduos industriais e trata eventual irregularidade encontrada nesse procedimento perante os órgãos ambientais aplicáveis.

Recursos Hídricos: A Companhia utiliza recursos hídricos no desenvolvimento de suas atividades industriais, tais como a derivação/captação de água de rios, a extração de água de aquíferos subterrâneos e o lançamento de esgotos e efluentes, que normalmente estão sujeitos à obtenção de outorga para uso de recursos hídricos pelo órgão ambiental competente. A Companhia busca continuamente minimizar a quantidade de recursos hídricos consumidos em suas operações, possuindo estações próprias de tratamento de efluentes em várias de suas unidades.

Produtos Controlados: A Companhia, no desenvolvimento de suas atividades industriais, necessita de autorizações específicas dos órgãos aplicáveis para gestão de certos produtos químicos (incluindo manuseio, armazenamento, uso industrial, dentre outros). A gestão de certos produtos químicos está sujeita ao controle especial por parte do Ministério da Justiça (por meio do Departamento de Polícia Federal) e do Ministério da Defesa (por meio do Exército Brasileiro), bem como, em alguns estados da Federação também pela Polícia Civil, como, por exemplo, o estado de São Paulo.

Estudos e investigações ambientais relativos à contaminação do solo ou das águas subterrâneas realizados em nossas unidades industriais podem resultar na necessidade de aplicação de medidas de intervenção, tais como medidas ambientais corretivas ou outras medidas mais restritivas impostas pelas autoridades ambientais relevantes, que são voltadas para a recuperação dessas áreas e redução dos riscos para as comunidades vizinhas que poderiam ser afetadas.

Os métodos operacionais utilizados pela Companhia colocam a eficiência produtiva ao lado do respeito às normas e requisitos vigentes da legislação ambiental em âmbito nacional e internacional.

A Companhia busca alinhar seus sistemas de gestão de meio ambiente e de gestão de saúde ocupacional e segurança aos padrões internacionais mais avançados. Para tanto, suas unidades produtivas contam com programas estruturados, cujo trabalho é coordenado por comitês de gestão ambiental, são objeto de auditorias ambientais periódicas e todas possuem a certificação ISO 14001.

Atualmente, as unidades que exigem maior atenção em relação ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais são:

- Os resultados das investigações em nossa antiga unidade industrial de Guarulhos, Estado de São Paulo, confirmaram a existência de contaminação por hidrocarbonetos de petróleo de fase livre e dissolvida (TPH) e certos metais dissolvidos na água subterrânea acima dos níveis aceitos pela CETESB. Foi executado um plano de intervenção para a remediação da área contaminada em questão e atualmente encontra-se em curso o monitoramento da eficiência e eficácia das ações adotadas no âmbito do referido plano de remediação, visando o seu encerramento. As operações industriais na planta de Guarulhos foram encerradas em dezembro de 2016.
- A unidade industrial localizada em Cruzeiro, Estado de São Paulo, foi inserida no cadastro de áreas contaminadas mantido pela CETESB, devido à contaminação por metais e outros elementos inorgânicos na superfície do solo, subsolo e águas subterrâneas. Realizaram-se investigações, avaliações de risco para a saúde humana e monitoramento da área de 2006 a 2015. Nesse período, a CETESB revisou os resultados das investigações realizadas pela

unidade, tendo fornecido feedback inicial sobre as medidas de investigação, por meio da emissão de pareceres técnicos e notificações de violação, com aplicação de penalidades de advertência e multa. Em maio de 2015, os resultados do monitoramento ambiental contínuo indicaram que a contaminação estaria dentro dos níveis permitidos pela legislação aplicável, tendo sido solicitado à CETESB a alteração do status da área de “contaminada” para “remediada”. No entanto, em nova inspeção realizada em 2021, a CETESB emitiu notificações de violação por operação inadequada de sistema de contenção, com aplicação de penalidades de advertência e multa (no valor agregado de R\$ 74 mil), requerendo nova avaliação da área. Desde então, foram apresentados à CETESB os seguintes relatórios, seguindo as etapas do plano de gerenciamento de áreas contaminadas: (i) relatório de avaliação preliminar, e (ii) relatório de investigação confirmatória. Atualmente, encontra-se em curso a fase de investigação detalhada.

- Entre 1980 e 1983, operou-se uma planta de rodas de alumínio em Benicia, Califórnia, EUA. A área dentro e ao redor do local está contaminada com tricloroetileno e firmamos um contrato de compartilhamento de custos com duas outras partes e o grupo está trabalhando para investigar e remediar o local. Em 2015, o Estado da Califórnia aprovou dois estudos de viabilidade/planos de ação de remediação, assegurando remediação contínua das áreas de origem e monitoramento / relatórios nas áreas interna e externa do local. Esta fase provavelmente continuará por 25 anos ou mais.
- Operou-se também uma planta de rodas de aço em Romulus, Michigan, EUA, da década de 1950 até a venda do local em 1997. Continua-se a trabalhar com o atual proprietário e com o Estado de Michigan para resolver áreas menores de contaminação.
- As instalações em Ostrava, República Tcheca, incluem duas áreas históricas de contaminação por óleo em solos e solventes clorados no solo e nas águas subterrâneas. Esforços de reparação estão concluídos e a única obrigação remanescente é o monitoramento e relatórios de rotina.

Em relação aos principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões sociais pela Companhia, favor referir-se ao item 4.7 deste Formulário de Referência – seção *Natureza Cível/Trabalhista*.

c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

A Companhia e suas controladas não têm dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de royalties que sejam individualmente relevantes para o desenvolvimento das suas atividades, mas entende que deter registros de marcas e patentes é importante para proteger produtos e serviços relativos às suas atividades. Nesse sentido, a Companhia e suas controladas têm por prática buscar proteção legal para a sua propriedade industrial e detêm diversos registros e pedidos de registro de marcas e patentes no Brasil e no exterior.

d. contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:

i. em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos

ii. em favor de partidos políticos

iii. para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos

Não aplicável tendo em vista que não houve qualquer contribuição financeira efetuada pela Companhia, diretamente ou por meio de terceiros, em favor de qualquer ocupante ou candidato a cargo político, em favor de partidos políticos ou para custear atividade de influência em decisões de políticas públicas.

De acordo com o Código de Conduta da Companhia, os colaboradores e administradores são proibidos de vincular a Companhia a atividades político-partidárias. Assim, não é permitido realizar campanha eleitoral ou outras atividades político-partidárias nas instalações da Companhia, prevalecer-se do cargo ou função que ocupam na Companhia, nem utilizar o nome, recursos ou meios da Companhia para qualquer promoção político- partidária.

Nenhum colaborador ou administrador poderá, em nome da Companhia, realizar contribuições ou doações político-partidárias, sejam em dinheiro, bens ou serviços, nos países em que a legislação proíba. As contribuições e doações político-partidárias nos países onde estas são legalmente permitidas só poderão ser feitas mediante prévia aprovação do Conselho de Administração da Companhia e desde que respeitadas as leis e regulamentos aplicáveis.

Não obstante, os colaboradores e administradores devem respeitar o exercício pessoal de cidadania dos demais colaboradores e administradores, incluindo a livre manifestação do pensamento e a opção individual de participação política, filiação partidária e candidatura a cargos públicos ou políticos. Se um colaborador ou administrador optar por candidatar-se a cargo público ou político, essa situação deve ser prontamente informada ao Departamento de Recursos Humanos para que possa ser avaliado potencial conflito de interesses e e/ou incompatibilidade entre o exercício do cargo público ou político e a atividade ou papel desempenhado na Companhia, bem como as obrigações da Companhia perante terceiros.

1.7 RECEITAS RELEVANTES NO PAÍS SEDE DO EMISSOR E NO EXTERIOR

a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

R\$ mil		2024	
Região	País	Receita	% na receita líquida total
América do Sul	Brasil	4.361.045	28,44%

b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

R\$ mil		2024	
Região	País	Receita	% na receita líquida total
América do Norte	EUA	827.773	5,40%
	México	3.755.941	24,50%
Ásia + Outros	África do Sul	198.140	1,29%
	China	71.704	0,47%
	Índia	850.101	5,54%
	Japão	40.027	0,26%
	Tailândia	191.364	1,25%
Europa	Alemanha	685.387	4,47%
	Espanha	384.247	2,51%
	Itália	546.679	3,57%
	Rep. Tcheca	857.280	5,59%
	Turquia	2.562.124	16,71%
Total ¹		10.970.768	71,56%

¹As receitas da Companhia são demonstradas pelas origens das vendas.

1.8 EFEITOS RELEVANTES DA REGULAÇÃO ESTRANGEIRA

Conforme mencionado no item 1.6 deste Formulário de Referência, o setor de atuação da Companhia e de suas controladas não está sujeito à regulação específica e tampouco o exercício de suas atividades está submetido a agências reguladoras no Brasil ou no exterior.

As atividades da Companhia e de suas controladas estão sujeitas às leis e normas regulatórias aplicáveis ao ramo da indústria de forma geral e, portanto, no curso normal de seus negócios, a Companhia e suas controladas necessitam de autorizações governamentais para o desempenho de suas atividades industriais.

A Companhia acredita que historicamente ela e suas controladas mantêm um bom relacionamento com as autoridades governamentais dos países estrangeiros nos quais atuam, tendo obtido e/ou renovado outorgas, licenças e demais autorizações relevantes para o exercício de suas atividades.

Para assegurar o cumprimento contínuo das leis e normas regulatórias aplicáveis, a Companhia monitora as exigências dos principais países onde atua, utilizando os seus escritórios regionais.

As leis e normas regulatórias dos países estrangeiros onde atuam podem ser alteradas pelos governos locais, sem prévio aviso, devendo a Companhia e suas controladas adaptar-se para observar eventuais novas exigências aplicáveis. A observância de tais exigências pode eventualmente exigir da Companhia e de suas controladas dispêndios financeiros adicionais.

1.9 INFORMAÇÕES AMBIENTAIS SOCIAIS E DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (ASG)

a. se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade

Sim. Referente ao ano-base de 2023, a Companhia publicou relatório anual de sustentabilidade. Está prevista a divulgação de um relato integrado para o ano-base de 2024, com publicação estimada até 30 de junho de 2025.

b. metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento

O relatório da Companhia é elaborado com base nos padrões da *Global Reporting Initiative (GRI)* e do *Sustainability Accounting Standards Board (SASB)*, com foco no setor de autopeças. As informações relacionadas às mudanças climáticas consideram as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD). Adicionalmente, a Companhia divulga indicadores-chave de desempenho reconhecidos no mercado no qual está inserida.

c. se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando, se for o caso

O relatório divulgado pela Companhia referente ao ano-base de 2023 não foi auditado ou revisado por entidade independente. No entanto, os dados constantes desse relatório referentes ao inventário de emissões de gases do efeito estufa (GEE) dos escopos 1 e 2 foram assegurados por entidade independente, de acordo com o Protocolo GHG.

Para o relatório do ano-base de 2024, a Companhia pretende submeter o relato a uma asseguuração limitada realizada por entidade independente. A asseguuração independente do inventário de emissões de GEE dos escopos 1 e 2 será mantida, com a inclusão da auditoria do escopo 3 pela primeira vez.

d. a página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado

<https://www.iochpe.com.br/sustentabilidade/relatorio-de-sustentabilidade/>

e. se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor

O relatório da Companhia contém indicadores-chave de desempenho ASG e é elaborado a partir de temas considerados materiais para a Companhia e seus stakeholders, incluindo as questões materiais sinalizadas pelos principais *frameworks* e agências de *rating*, tais como o *Sustainability Accounting Standards Board (SASB)* para o setor de autopeças, o *Morgan Stanley Capital International (MSCI)* para o setor, a Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD), o *Carbon Disclosure Project (CDP)* e o *Sustainalytics*, bem como pelos investidores. Em 2024, como parte da sua estratégia de sustentabilidade, a Companhia atualizou sua matriz de materialidade, incorporando, por primeira vez, o conceito de dupla materialidade.

Indicadores materiais identificados pela atual matriz de materialidade:

- Qualidade do Produto e Inovação
- Capital Humano
- Descarbonização e Economia Circular
- Desenvolvimento Social e de Cadeia de Valor
- Governança Corporativa e Integridade Empresarial

Os indicadores materiais utilizados foram GRI 2, GRI 3, e os demais relacionados aos temas materiais a Companhia: GRI 201, GRI 203, GRI 205, GRI 301, GRI 302, GRI 303, GRI 305, GRI 306, GRI 308, GRI 401, GRI 403, GRI 404, GRI 405, GRI 406, GRI 408, GRI 409, GRI 413, GRI 414, GRI 416, GRI 418 e SASB Transportation Auto Parts.

f. se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor

O relatório da Companhia considera os seguintes ODS considerados materiais para o seu negócio:

- 3 – Saúde e bem-estar
- 4 – Educação de qualidade
- 5 – Igualdade de gênero
- 6 – Água potável e Saneamento
- 7 – Energia limpa e acessível
- 8 – Trabalho decente e crescimento econômico
- 9 – Indústria, Inovação e infraestrutura
- 10 – Redução das desigualdades
- 11 – Cidades e comunidades sustentáveis
- 12 – Consumo e produção responsáveis
- 13 – Ação contra a mudança global do clima
- 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes
- 17 – Parcerias e meios de implementação

g. se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas

O relatório da Companhia considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD).

h. se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo de emissão inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas

No ano-base de 2023, a Companhia realizou o inventário de emissões de gases do efeito estufa (GEE) referentes aos escopos 1 e 2, com assecuração por entidade independente, de acordo com o Protocolo GHG. Tais dados encontram-se disponíveis no relatório da Companhia no link:

<https://www.iochpe.com.br/sustentabilidade/relatorio-de-sustentabilidade/>

Para o ano de 2024, além dos escopos 1 e 2, a Companhia planeja incluir o inventário e a asseguração independente das emissões do escopo 3.

i. explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso:

i. a não divulgação de informações ASG

Não aplicável.

ii. a não adoção de matriz de materialidade

Não aplicável.

iii. a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG

Não aplicável.

iv. a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas

Como parte da evolução da divulgação de informações ASG, a Companhia pretende, para o ano-base de 2024, realizar a asseguração limitada das informações divulgadas no seu relatório. Conforme já mencionado, os dados constantes do relatório referentes ao inventário de emissões de gases do efeito estufa (GEE) dos escopos 1 e 2 da Companhia já são assegurados por entidade independente, de acordo com o Protocolo GHG. A partir de 2024, as emissões do escopo 3 também passarão a integrar o inventário e será submetido à asseguração independente.

v. a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas

Não aplicável.

vi. a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa

Não aplicável.

1.10 INFORMAÇÕES DA SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA

Não aplicável, pois a Companhia não é uma sociedade de economia mista.

1.11 AQUISIÇÃO OU ALIENAÇÃO DE ATIVO RELEVANTE

Não houve, no último exercício social, a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia.

1.12 OPERAÇÕES SOCIETÁRIAS/AUMENTO OU REDUÇÃO DE CAPITAL

Não aplicável tendo em vista que não houve, no último exercício social, operações de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, aumento ou redução de capital envolvendo a Companhia

1.13 ACORDOS DE ACIONISTAS

Encontra-se arquivado na Companhia acordo de voto celebrado em 28 de outubro de 2013, o qual foi aditado em 18 de dezembro de 2013, 30 de janeiro de 2019 e 10 de fevereiro de 2023, figurando como partes: Inova Investimentos Limitada (sociedade controlada em conjunto por Dan Ioschpe e Salomão Ioschpe), Dan Ioschpe, Salomão Ioschpe, IBI Participações e Negócios S.A. (sociedade controlada por Iboty Brochmann Ioschpe), Iboty Brochmann Ioschpe, Glaucia Stifelman, Debora Berg Ioschpe, Gustavo Berg Ioschpe, G7 Investimentos e Participações Ltda. (nova denominação social da G7 Cinema Ltda.) (sociedade controlada por Gustavo Berg Ioschpe), Mauro Litwin Ioschpe, Aline Kolodny Nemetz, Leandro Kolodny, Márcio Ioschpe Kolodny e Luciano Ioschpe Kolodny.

O acordo de voto vigorará até 28 de outubro de 2028, podendo ser prorrogado automaticamente por mais cinco anos, ou seja, até 28 de outubro de 2033, exceto na hipótese de qualquer das partes enviar uma notificação às demais, até seis meses antes do término do referido prazo, manifestando-se contrariamente à prorrogação do prazo de vigência. O acordo de voto deixará ainda de vigorar em caso de desvinculação total de todas as partes do acordo, nos termos nele previstos, ou em caso de decisão conjunta de todas as partes.

Informações mais detalhadas podem ser encontradas no acordo de voto disponível nas páginas da Companhia (www.iochpe.com.br) e da CVM (www.cvm.org.br) na rede mundial de computadores.

1.14 ALTERAÇÕES SIGNIFICATIVAS NA CONDUÇÃO DOS NEGÓCIOS

Não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

1.15 CONTRATOS RELEVANTES CELEBRADOS PELO EMISSOR E SUAS CONTROLADAS

Não aplicável tendo em vista que a Companhia e suas controladas, no último exercício social, não celebraram contratos relevantes com terceiros que não estivessem diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

1.16 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

A Companhia entende que todas as informações relevantes foram publicadas nos itens anteriores.

2.1 CONDIÇÕES FINANCEIRAS E PATRIMONIAIS

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

O ano de 2024 foi caracterizado por incertezas econômicas e geopolíticas mundiais, com níveis de inflação e taxas de juros em patamares historicamente elevados.

Diante deste cenário, a produção global de veículos leves, excluindo a China, segundo a consultoria S&P Global, apresentou uma queda de 1,1% em 2024. A produção de veículos comerciais, também excluindo a China, segundo a consultoria Global Data, apresentou uma redução de 5,2% em 2024.

A receita operacional líquida apresentou um crescimento de 2,5% em 2024, atingindo R\$ 15.331,8 milhões. O EBITDA foi de R\$ 1.524,1 milhões, um crescimento de 21,6%. O resultado líquido foi um lucro de R\$ 264,7 milhões em 2024.

A alavancagem financeira, medida pela relação do endividamento líquido sobre o EBITDA dos últimos 12 meses, foi de 2,39x em 2024, comparado com 2,93x em 2023.

O endividamento líquido em 2024 reduziu em 1,0% em relação a 2023 (ou R\$ 37,6 milhões). A posição de caixa ao final de 2024 foi de R\$ 2.463,5 milhões comparado com R\$ 2.962,4 milhões ao final de 2024. Adicionalmente, a Companhia possui linhas de créditos não sacada de R\$ 760,0 milhões.

Abaixo são apresentados indicadores de liquidez.

Índice de liquidez corrente:

Descrição ⁽¹⁾	Exercício	
	2024	2023
Ativo Circulante	7.390.947	7.514.152
Passivo Circulante	4.306.159	4.617.386
Liquidez Corrente	1,72	1,63

⁽¹⁾ Valores em R\$ mil

O índice de liquidez corrente da Companhia foi calculado através da divisão matemática do ativo circulante pelo passivo circulante.

A melhora do índice de liquidez está principalmente relacionada à redução do passivo circulante, reflexo dos esforços de alongamento de prazo de dívidas em 2024, por meio de novas emissões.

Índice de liquidez seca:

Descrição ⁽¹⁾	Exercício	
	2024	2023
Ativo Circulante	7.390.947	7.514.152

(-) Estoques	2.458.784	2.320.305
Ativo Circulante – Estoques	4.932.163	5.193.847
Passivo Circulante	4.306.159	4.617.386
Liquidez Seca	1,15	1,12

⁽¹⁾ Valores em R\$ mil

O índice de liquidez seca difere-se do índice de liquidez corrente por conta da exclusão dos estoques em relação ao cálculo anterior, por ele não apresentar liquidez compatível com as demais contas do ativo circulante. Esse índice será inevitavelmente menor do que o índice de liquidez corrente.

O índice de liquidez seca em 2024 apresentou um crescimento em comparação a 2023. Esse aumento é explicado principalmente pela redução do passivo circulante.

Índice de liquidez imediata:

Descrição ⁽¹⁾	2024	2023
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.463.475	2.962.366
Passivo Circulante	4.306.159	4.617.386
Liquidez Imediata	0,57	0,64

⁽¹⁾ Valores em R\$ mil

O índice de liquidez imediata é calculado através da divisão matemática do saldo de caixa e equivalentes de caixa pelo total do passivo circulante. A redução do índice observada em 2024 deve-se à diminuição da posição de caixa, que foi maior do que a redução do passivo circulante.

Vale ressaltar que, para uma análise correta da liquidez da Companhia, não é aconselhável o estudo deste índice de forma isolada, mas sim à luz do setor em que a Companhia opera. Esses indicadores de liquidez não são medidas contábeis definidas pelas normas IFRS e práticas contábeis brasileiras, e a Companhia não os utiliza na sua gestão.

b) Estrutura de capital

As tabelas abaixo contêm a estrutura de capital da Companhia e demonstram a participação de capital de terceiros para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023 considerando: (i) o patrimônio líquido como capital próprio; (ii) a soma do passivo circulante com o passivo não circulante como capital de terceiros; e (iii) a divisão do item “(ii)” pelo item “(i)” acima como a participação de capital de terceiros.

Descrição ⁽¹⁾	Exercício	
	2024	2023
Passivo Circulante	4.306.159	4.617.386
Passivo Não Circulante	6.584.230	5.831.701

Total do Passivo	10.890.389	10.449.087
Patrimônio Líquido	5.070.982	4.085.029
Participação de Capital de Terceiros	2,15	2,56
Participação de Capital de Terceiros (%)	68,2%	71,9%
Participação de Capital Próprio (%)	31,8%	28,1%

⁽¹⁾ Valores em R\$ mil

Ressaltamos que a variação constatada no patrimônio líquido no último ano está relacionada à variação cambial dos investimentos no exterior.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A prática de captação de recursos e gestão de caixa é focada no balanceamento entre os recursos disponíveis em caixa, somados à geração de caixa operacional, aos recursos provenientes da contratação de financiamentos e a capacidade da Companhia em honrar com as obrigações contratadas, em diferentes cenários previstos de mercado.

Dessa forma, é possível manter o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia e continuar investindo em seus projetos de crescimento.

A posição de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 2.463,5 milhões. O endividamento bruto consolidado em 31 de dezembro de 2024 atingiu R\$ 6.388,8 milhões, estando R\$ 614,7 milhões (9,6%) registrados no passivo circulante e R\$ 5.774,1 milhões (90,4%) no passivo não circulante.

A liquidez total (considerando as linhas de crédito rotativo) sobre a dívida de curto prazo foi de 4,90 vezes ao final de 2024, uma melhora em relação ao índice de 2,78 vezes ao final de 2023. A melhora desse índice ocorreu pela redução do saldo de empréstimos no curto prazo devido ao reperfilamento e amortização de empréstimos.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Quando necessário, a Companhia capta recursos no mercado para o financiamento de capital de giro e para seus investimentos de curto e longo prazos. Os financiamentos e empréstimos estão detalhados no item 2.1 "f." abaixo.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

As principais fontes de recursos da Companhia são o caixa gerado pelas suas atividades operacionais e os empréstimos e financiamentos disponíveis no mercado. Para a necessidade imediata de capital de giro, os Diretores entendem que os financiamentos existentes e a disponibilidade de caixa da Companhia são suficientes e, quando necessário, a Companhia buscará recursos de médio e longo prazo disponíveis no mercado, tais como as linhas de crédito que tem disponíveis, seja dos bancos de varejo como dos bancos de fomento, ou poderá emitir valores mobiliários conforme as condições do mercado de capitais no Brasil e no exterior.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas:

O quadro abaixo apresenta o montante total da dívida consolidada da Companhia de qualquer natureza, que é igual à somatória do total do passivo circulante e do total do passivo não circulante, em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (em reais):

Descrição ⁽¹⁾	2024	2023
Total do Passivo Circulante	4.306.159	4.617.386
Total do Passivo Não Circulante	6.584.230	5.831.701
Montante Total da Dívida de qualquer natureza	10.890.389	10.449.087

⁽¹⁾ Valores em R\$ mil

Com base nas suas estratégias e no plano de negócios, a Companhia entende que possui uma adequada estrutura de endividamento, devidamente segregada entre curto e longo prazos, para a realização de suas atividades operacionais de curto prazo, bem como para atendimento do plano de investimentos da Companhia. Os Diretores da Companhia acreditam que a Companhia tem plena capacidade para obter crédito com terceiros em condições de mercado.

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Abaixo, seguem todos os financiamentos e empréstimos consolidados da Companhia, agrupados por modalidade, em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (em milhares de reais):

	Indexador	Taxa anual de juros %	Última data de vencimento	Em 31 de dezembro	
				2024	2023
Moeda nacional					
Cédula de Crédito Bancário – CCB	CDI +	2,10	Fevereiro de 2024	-	100.260
Cédula de Crédito Bancário – CCB longo prazo (BDMG)	Selic +	3,00	Dezembro de 2027	-	59.775
FINAME	Selic +	3,04	Maio de 2028	291.753	328.935
Nota de Crédito à Exportação – NCE	CDI +	1,99	Abril de 2025	103.274	555.693
Nota de Crédito à Exportação – NCE (swap)	CDI +	2,25	Março de 2024	-	226.774
Operações com Forfait	-	11,43	Janeiro de 2025	118.024	298.156
Subtotal moeda nacional				513.051	1.569.593
Moeda estrangeira					
Cédula de Crédito Bancário - EXIM - Dólar	-	5,46	Junho de 2029	668.288	387.229
Empréstimo Longo Prazo - Rúpia	1y MCLR +	0,40	Janeiro de 2026	4.053	18.041
Empréstimo Longo Prazo - Rúpia	1m MCLR +	0,40	Fevereiro de 2029	24.444	11.750
Empréstimo Longo Prazo - Rúpia	3m T Bill +	0,40	Fevereiro de 2025	181	728
Empréstimo longo prazo - Rúpia	3m T Bill +	0,60	Abril de 2028	47.034	46.568
Sustainability-linked Notes Units - dólar norte-americano	-	5,00	Maio de 2028	369.270	287.531
Sustainability-linked Notes Units – Euro	-	3,50	Maio de 2028	2.093.666	1.629.740
Empréstimo Sindicalizado – Euro	Euribor 3m +	3,00	Novembro de 2026	-	641.581
Capital de Giro - Dólar	-	6,65	Abril de 2024	-	63.832
Capital de Giro - Dólar	SOFR 3m +	2,13	Junho de 2026	105.554	84.186
Capital de Giro - Dólar	SOFR 6m +	2,89	Setembro de 2025	126.454	99.048
Operações com Forfait - Dólar	-	8,36	Maio de 2024	-	68.742
Capital de Giro - Euro	-	2,28	Janeiro de 2027	13.525	29.427
Capital de Giro - Euro	Euribor 3m +	2,10	Junho de 2026	83.747	65.014
Capital de Giro - Euro	Euribor 1y +	2,20	Junho de 2025	-	110.703
Capital de Giro - Rúpia	-	8,81	Dezembro de 2025	28.316	23.393
Capital de Giro - Rúpia	-	8,60	Setembro de 2025	35.988	9.032
Capital de Giro - Rúpia	1m MCLR +	0,50	Fevereiro de 2025	23.988	47.766
Capital de Giro - Baht	-	4,24	Agosto de 2025	-	81.166
Subtotal moeda estrangeira				3.624.508	3.705.477
Total empréstimos e financiamentos				4.137.559	5.275.070
Debêntures					
Debêntures - ICVM nr. 476	CDI +	2,00	Abril de 2025	-	357.788
Debêntures - ICVM nr. 476	CDI +	2,60	Abril de 2027	-	409.085
Debêntures - RES. CVM nr. 160	CDI +	2,00	Setembro de 2028	718.031	723.590
Debêntures - RES. CVM nr. 160	CDI +	1,60	Abril de 2030	768.276	-
Debêntures - RES. CVM nr. 160	CDI +	1,35	Outubro de 2028	764.893	-
Total debêntures				2.251.200	1.490.463
Total empréstimos, financiamentos e debêntures				6.388.759	6.765.533
Passivo circulante				626.440	1.641.801
Custos a amortizar				(11.731)	(10.202)
Total				614.709	1.631.599
Passivo não circulante				5.803.625	5.167.527
Custos a amortizar				(29.575)	(33.593)
Total				5.774.050	5.133.934

Notes Units – USD e Euro

Em 07 de maio de 2021, foram emitidos títulos representativos de dívida no exterior, vinculados a metas de sustentabilidade (“Sustainability-Linked Notes Units”), no montante de principal agregado de US\$ 400,0 milhões, sendo US\$ 340,0 milhões em *Senior Notes* emitidas pela controlada Iochpe-Maxion Austria GmbH e US\$ 60,0 milhões em *Senior Notes* emitidas pela controlada Maxion Wheels de Mexico, S. R.L. de C.V.. As *Notes Units* foram emitidas com desconto de 1,45% sobre seu valor de face e possuem vencimento em 07 de maio de 2028, com juros fixos de 5% a.a., remunerados semestralmente e denominados em US\$. As *Sustainability-Linked Notes Units* são garantidas, incondicional e irrevogavelmente, pela Companhia. Como medida de proteção de risco cambial, a subsidiária Iochpe-Maxion Austria GmbH, a qual possui moeda funcional em Euro, contratou operação de derivativo denominada *cross currency swap* (swap), usando os mesmos termos críticos

das *Senior Notes*, por meio do qual os recursos da exposição em dólar foram trocados por exposição em Euro e taxa de juros de 5% a.a. para 3,49% a.a.

Debêntures

Em 31 de dezembro de 2024, as debêntures emitidas pela Companhia eram: (i) décima segunda emissão pública de debêntures simples não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única; (iii) décima terceira emissão pública de debêntures simples não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única; e (iii) décima quarta emissão pública de debêntures simples não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única. As debêntures foram subscritas pelo valor nominal unitário, integralizadas em moeda nacional, à vista, no ato da subscrição, tendo amortização de juros semestral. Os detalhes são como segue:

Debêntur es	Categori a	Principal n a data de emissão ¹	Data de emissão	Venciment o final	Encargos financeiros	Principal em 31/12/24 ¹
12 ^a emissão ²	Simples	700.000	15/09/20 23	15/09/202 8	100% CDI + 2,00% a.a.	700.000
13 ^a emissão	Simples	750.000	02/04/20 24	02/04/203 0	100% CDI + 1,60% a.a.	750.000
14 ^a emissão	Simples	750.000	10/10/20 24	10/10/202 8	100% CDI + 1,35% a.a.	750.000

¹ Valores em milhares de reais

² Totalmente resgatada em fevereiro/2025.

Conforme mencionado no item 2.6 abaixo deste Formulário, em fevereiro de 2025, a Companhia realizou (i) a 15^a emissão de 500.000 debêntures simples, perfazendo o valor total de R\$ 500 milhões, com prazo de 5 anos, fazendo jus ao pagamento de juros remuneratórios semestrais equivalentes a 100% CDI + 1,55% ao ano; e (ii) o resgate antecipado da totalidade das debêntures da sua 12^a emissão. O resgate ocorreu mediante o pagamento do valor nominal unitário das debêntures, acrescido de sua remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior até a data do efetivo pagamento, acrescido de prêmio previsto e calculado nos termos da respectiva escritura de emissão.

Nota de Crédito à Exportação – Reais

Em 2023, a Companhia liquidou R\$ 335,0 milhões de Nota de Crédito à Exportação e captou R\$ 450,0 milhões com os bancos ABC Brasil, Bradesco, Banco do Brasil, Santander e Votorantim.

Em 2024, a Companhia liquidou R\$ 450,0 milhões de Nota de Crédito à Exportação. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo destes empréstimos era de R\$103,3 milhões.

Nota de Crédito à Exportação – Swap

Em março de 2022, a Companhia firmou dois contratos de Notas de Crédito à Exportação (NCE) denominados em dólar norte-americano no valor total de US\$ 45,0 milhões (equivalentes a R\$ 214,4 milhões), sendo um a taxa de juros fixa de 4,95% a.a. e o outro indexado a SOFR + 1,76% a.a., ambos com vencimento para março de 2024. Entre janeiro e março de 2024, estes empréstimos foram liquidados.

Capital de Giro – Reais

Do saldo principal remanescente em 2021, R\$ 117,0 milhões foi liquidado em maio de 2022 e o saldo principal de R\$ 100,0 milhões em fevereiro de 2022 foi renovado com vencimento para fevereiro de 2024. No vencimento, este empréstimo foi liquidado.

Operações com *Forfait* – Reais

Foram contratadas operações com *forfait*, a fim de postergar os prazos de vencimento para pagamentos a fornecedores. Essas operações possuem prazo de vencimento para janeiro de 2025.

Empréstimo de Longo Prazo – USD

Em setembro de 2017, a controlada indireta Ingeniería y Maquinaria de Guadalupe, S.A. de C.V. contratou financiamento de longo prazo com o Itaú BBA International PLC, no valor de principal de USD 90,9 milhões, com vencimento final em setembro de 2022, cujos recursos foram destinados para pré-pagar o saldo remanescente do financiamento originalmente contratado em 2012, no montante de principal de US\$ 200,0 milhões, pela Maxion Componentes Estructurales de México, S.A. de C.V. (sucédida pela Ingeniería y Maquinaria de Guadalupe, S.A. de C.V.). Em novembro de 2019, o saldo remanescente de principal, então no montante de US\$ 61,0 milhões, foi refinanciado com o objetivo de alongar o prazo e reduzir a taxa de juros, passando seu vencimento final para novembro de 2024 e sua taxa de juros para 2,20% a.a. + Libor (de 6 meses).

Em 17 de agosto de 2022, devido à previsão da extinção da LIBOR 6M, prevista para ocorrer em 30 de junho de 2023, a Companhia aditou o referido contrato, por meio do qual, a partir de 29 de novembro de 2022, o índice Libor 6M + 2,20% a.a. foi substituído pela SOFR 6M + 2,61% a.a., taxas estas que eram equivalentes na data do aditamento. Ainda, foi extinta a garantia sobre as ações representativas do capital social da devedora Ingeniería y Maquinaria de Guadalupe, S.A. de C.V., bem como foi retirada a obrigação da Companhia de manter um determinado índice financeiro previsto no contrato, cuja última medição ocorreu em 30 de junho de 2022.

Em 29 de setembro de 2023, o saldo remanescente de US\$ 18,3 milhões foi liquidado com recursos da 12ª emissão de debêntures.

Capital De Giro – Euro

Certas controladas da Companhia são partes em contratos de financiamento em Euros, para fins de capital de giro, cujos valores em aberto, taxas de juros e vencimentos finais se encontram indicados na tabela acima.

Em dezembro de 2021, a controlada Iochpe-Maxion Austria GmbH contratou uma linha de crédito no montante de € 20,0 milhões, na qual foi sacada integralmente em fevereiro de 2022 com vencimento para fevereiro de 2023. Em 9 de agosto de 2022, o vencimento dessa referida linha de crédito foi prorrogado para agosto de 2024. Em 22 de setembro de 2022, o vencimento dessa referida linha de crédito foi novamente prorrogado para setembro de 2024. E, em 12 de junho de 2023, foi novamente prorrogado para junho de 2025. Em junho de 2024, esta linha de crédito foi liquidada. Tal financiamento contava com garantia fidejussória da Companhia.

Em fevereiro de 2022, a controlada Iochpe-Maxion Austria GmbH contratou uma linha de crédito compromissada no montante de € 25,0 milhões com vencimento para abril de 2023. Em 30 de setembro de 2022, o vencimento dessa referida linha de crédito foi prorrogado para junho de 2025. Em junho de 2024 foi novamente prorrogado para junho de 2026. Tal financiamento conta com garantia fidejussória da Companhia. Em 31 de dezembro de 2024, o valor sacado desta linha é de € 13,0 milhões, equivalentes a R\$ 83,7 milhões.

Capital de Giro – Dólar

Certas controladas da Companhia são partes em contratos de financiamento em dólares, para fins de capital de giro, cujos valores em aberto, taxas de juros e vencimentos finais se encontram indicados na tabela acima.

Esses contratos de financiamento somam US\$ 37,0 milhões e foram celebrados com a Maxion Wheels de México, S. de R.L. de C.V e Ingeniería y Maquinaria de Guadalupe, S.A. de C.V., nos montantes de US\$ 17,0 milhões e US\$ 20,0 milhões respectivamente. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo destes empréstimos era de R\$ 232,0 milhões. Tais financiamentos contam com garantia fidejussória da Companhia.

Empréstimo Sindicalizado – EUR

Em novembro de 2022, a controlada Iochpe-Maxion Austria GmbH contratou empréstimo sindicalizado no valor nominal de € 120,0 milhões, com dois anos de carência, com vencimento em três parcelas anuais, sendo o vencimento da última parcela em novembro de 2026. Esses recursos foram trazidos para o Brasil através de redução de capital e utilizados para liquidar dívidas de curto prazo em Reais. Tal empréstimo é garantido, incondicional e irrevogavelmente, pela Companhia.

Em maio de 2024, a primeira parcela deste empréstimo, com vencimento para novembro de 2024, teve seu pagamento antecipado. Em outubro de 2024, o saldo remanescente deste empréstimo foi liquidado com recursos da 14ª emissão de debêntures da Companhia.

Empréstimo de Longo Prazo e Capital de Giro – INR

A controlada indireta Maxion Wheels Aluminum India Pvt. Ltd. contratou empréstimos de longo prazo e capital de giro em rúpia destinados ao financiamento da planta de rodas de alumínio na Índia, iniciada em 2018. Estes contratos somam INR 728 milhões. O saldo em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 52,7 milhões.

Em complemento a este financiamento, entre abril e junho de 2022, a controlada indireta Maxion Wheels Aluminum India Pvt. Ltd. contratou empréstimo de longo prazo em rúpia no valor de INR 800 milhões com taxa de 3M T BILL (“3 Month Treasury Bill Rate”) + 0,60% a.a. O saldo deste empréstimo em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 47,0 milhões.

Capital de Giro – INR

As controladas indiretas Kalyani Maxion Wheels Private Limited e Maxion Wheels Aluminum India Pvt. Ltd. possuem contratos de empréstimos para necessidade de capital de giro. Estes contratos somam INR 889 milhões, equivalentes a R\$ 64,3 milhões em 31 de dezembro de 2024.

FINAME

Em 10 de fevereiro de 2021, a Companhia emitiu cédula de crédito bancário – CCB, com garantia real, no valor de R\$ 245,0 milhões, perante a Agência Especial de Financiamento Industrial S.A. – FINAME. Esta linha de crédito possui 7 anos para pagamento e 2 anos de carência. Esta linha de crédito foi integralmente sacada entre abril e maio de 2021.

Empréstimo de Longo Prazo – BDMG

Em dezembro de 2020, a Companhia emitiu cédula de crédito bancário – CCB, com garantia real, no valor de R\$ 75,0 milhões, em favor do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG. Essa linha de crédito possui 7 anos para pagamento e 2 anos de carência. Em abril de 2021, essa linha de crédito foi integralmente sacada. Em novembro de 2024, o saldo de principal remanescente de R\$ 47,5 milhões foi liquidado.

EXIM BNDES – Dólar

Em 14 de dezembro de 2023, a Companhia emitiu cédula de crédito bancário - CCB, com garantia real, no valor de R\$ 396,6 milhões equivalentes a US\$ 80 milhões, perante o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Esta linha de crédito tem vencimento para 15 de dezembro de 2028. Esta linha de crédito foi integralmente sacada em 22 de dezembro de 2023.

Em 14 de junho de 2024, a Companhia emitiu cédula de crédito bancário - CCB, com garantia real, no valor de R\$ 150,0 milhões equivalentes a US\$ 27,8 milhões, perante o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Esta linha de crédito tem vencimento para 15 de junho de 2029. Esta linha de crédito foi integralmente sacada em 27 de junho de 2024.

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo destes empréstimos era de R\$668,3 milhões.

Capital de Giro – Baht

A controlada Maxion Wheels (Thailand) Co. Ltd. possuía contratos de empréstimos de capital de giro. Estes contratos somavam THB 575,6 milhões, equivalentes a R\$81,2 milhões em 31 de dezembro de 2023. Em outubro de 2024, estes contratos de empréstimos foram liquidados.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Além das operações de financiamento indicadas na tabela acima, a Companhia não manteve quaisquer outras relações de longo prazo com instituições financeiras no último exercício social.

Sem prejuízo do acima disposto, a Companhia informa que, em agosto de 2024, celebrou também contrato de financiamento mediante abertura de crédito, com garantia real, no montante de principal de R\$ 210,0 milhões, perante a Agência Especial de Financiamento Industrial S.A. - FINAME. Essa linha de crédito não foi sacada até a presente data.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Em 31 de dezembro de 2024, o montante total da dívida de qualquer natureza (definida como o total do passivo circulante somado ao total do passivo não circulante consolidado da Companhia) não é contratualmente subordinado, ressalvada a subordinação decorrente das garantias reais prestadas no âmbito dos empréstimos de longo prazo contratados perante a FINAME em 2021 e o BNDES em 2023 e 2024, mencionados no item 2.1 “f.(i)” acima.

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

A Companhia realizou emissões públicas de debêntures, que se encontram em circulação. Essas operações contêm condições usuais de mercado e, portanto, possuem cláusulas de vencimento antecipado na hipótese de ocorrência de determinados eventos, tais como: (a) inadimplemento de obrigações da Companhia; (b) perda de licenças ou autorizações relevantes para as atividades da

Companhia; (c) pedido de falência ou recuperação judicial da Companhia; (d) limite de venda de ativos; (e) distribuição de dividendos superiores ao dividendo obrigatório nos termos da legislação societária aplicável, em caso de inadimplemento da Companhia; e (f) restrição à aquisição do controle da Companhia por terceiros.

A décima terceira emissão pública de debêntures da Companhia contém a obrigação de a Companhia não incorrer em novas dívidas (com exceção de Dívidas Permitidas, conforme definido na escritura de emissão), ou realizar distribuição de dividendos (com exceção dos dividendos obrigatórios nos termos da legislação societária aplicável) caso, na data do evento em questão, após considerar o seu efeito *pro forma*, o índice financeiro resultante da divisão da dívida líquida na referida data de apuração pelo EBITDA ajustado referente ao Período de Referência (conforme definido na escritura de emissão) for superior a 3,50 vezes. A respectiva escritura de emissão encontra-se disponível na página da Companhia (www.iochpe.com.br) e da CVM (www.gov.br/cvm) na rede mundial de computadores.

Os empréstimos de longo prazo perante a FINAME contratados em 2021 e 2024 e BNDES contratados em 2023 e 2024 também contêm restrições à Companhia, usuais a esse tipo de operação, dentre elas: (i) restrição a concessão de preferência a outros créditos, amortização de ações, emissão de debêntures e partes beneficiárias e assunção de novas dívidas, ressalvadas algumas exceções previstas nos referidos instrumentos, incluindo, mas não limitado a, emissões de debêntures e partes beneficiárias e a assunção de novas dívidas para atender aos negócios de gestão ordinária da Companhia; (ii) restrição a alienação e oneração de bens do ativo não circulante da Companhia, ressalvadas algumas exceções previstas nos referidos instrumentos; (iii) obrigação de manter o índice de endividamento financeiro resultante da divisão da dívida líquida pelo EBITDA ajustado da Companhia igual ou inferior a 3,50 vezes, a ser apurado anualmente até o fim da vigência dos contratos, ou alternativamente, na hipótese de não atingimento do referido índice de endividamento financeiro, constituir no prazo de 60 dias, contado da data de comunicação, por escrito, à FINAME ou ao BNDES (conforme o caso), fiança a ser formalizada mediante cartas de fiança, prestadas por instituições financeiras, conforme detalhado nos referidos empréstimos de longo prazo; (iv) restrição a realização de fusão, cisão ou incorporação, inclusive incorporação de ações (na qualidade de incorporadora ou incorporada, exceto no caso de a Companhia incorporar suas controladas), outra forma de reorganização societária envolvendo a Companhia, que implique em alteração do controle, direto ou indireto; e (v) em relação aos contratos com a FINAME contratados em 2021 e 2024, restrição à alteração no controle, direto ou indireto da Companhia, sem a prévia anuência da FINAME, e, em relação ao contrato de 2021, restrição, ainda, a dissolução, transformação, redução do capital social da Companhia (exceto para absorção de prejuízos), sem a prévia anuência da FINAME. O índice financeiro apurado em 31 de dezembro de 2024, calculado nos termos dos referidos contratos, foi de 2,37 vezes.

As *Sustainability-Linked Notes Units* emitidas pela Companhia possuem cláusulas restritivas à realização de certas operações até sua efetiva liquidação, especialmente quando a relação entre a dívida líquida ajustada (conforme definida no respectivo instrumento) e o EBITDA ajustado (conforme definido no respectivo instrumento) dos últimos doze meses for maior ou igual a 3,50 vezes.

Outros contratos de financiamento da Companhia contêm cláusulas de *covenants* não financeiros, incluindo, mas não se limitando a: limite de venda de ativos, restrição à aquisição do controle da Companhia por terceiros e restrição a determinadas reorganizações societárias.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia encontrava-se adimplente com todas as referidas condições e restrições.

Por fim, estão descritos abaixo os empréstimos e financiamentos relevantes ao término do exercício social de 2024 (assim entendidos aqueles que individualmente representam mais de 10% do

endividamento bruto total) que possuem cláusula de vencimento antecipado cruzado:

- 3 instrumentos de debêntures, totalizando R\$ 2.251,2 milhões no balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024; e
- 1 instrumento de *Sustainability-Linked Notes Units*, totalizando R\$ 2.462,9 milhões no balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024.

A relação acima representa aproximadamente 73,8% do endividamento bruto da Companhia reportado em 31 de dezembro de 2024. Tais instrumentos possuem cláusulas restritivas conforme mencionado anteriormente.

g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais utilizados

Em 31 de dezembro de 2024, as linhas de crédito rotativo (“*Revolver Credit Facility*”) contratadas entre maio e junho de 2024, no valor de R\$ 550 milhões, com vencimento em três anos, e, a linha de crédito no montante de principal de R\$ 210,0 milhões, perante a Agência Especial de Financiamento Industrial S.A. - FINAME estão 100% disponíveis para saque. Quanto aos demais financiamentos contratados até 31 de dezembro de 2024, estes encontram-se 100% utilizados.

h) Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

A tabela abaixo apresenta as principais linhas referentes às demonstrações dos resultados consolidadas da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

	Consolidado				
	2024	Análise vertical	2023	Análise vertical	Variação 2024/2023
Receita Líquida de Vendas	15.331.813	100,0%	14.955.220	100,0%	2,5%
Custo dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados	(13.510.380)	-88,1%	(13.446.975)	-89,9%	0,5%
Lucro Bruto	1.821.433	11,9%	1.508.245	10,1%	20,8%
Receitas (Despesas) Operacionais					
Com vendas	(76.150)	-0,5%	(81.674)	-0,5%	-6,8%
Gerais e administrativas	(698.533)	-4,6%	(658.158)	-4,4%	6,1%
Honorários da administração	(23.852)	-0,2%	(17.747)	-0,1%	34,4%
Resultado de equivalência patrimonial	22.269	0,1%	14.373	0,1%	54,9%
Outras receitas operacionais, líquidas	(24.131)	-0,2%	17.537	0,1%	-237,6%

Lucro Operacional antes das Receitas e Despesas Financeiras	1.021.036	6,7%	782.576	5,2%	30,5%
Receitas financeiras	220.456	1,4%	216.151	1,4%	2,0%
Despesas financeiras	(641.289)	-4,2%	(702.359)	-4,7%	-8,7%
Variação cambial, líquida	(14.740)	-0,1%	(31.668)	-0,2%	-53,5%
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	585.463	3,8%	264.700	1,8%	121,2%
Imposto de Renda e Contribuição Social					
Correntes	202.379	1,3%	(138.123)	-0,9%	-246,5%
Diferidos	(3.000)	0,0%	(20.686)	-0,1%	-85,5%
Lucro Líquido do Exercício	380.084	2,5%	105.891	0,7%	258,9%
Atribuível aos:					
Acionistas controladores	264.719	1,7%	30.733	0,2%	761,4%
Acionistas não controladores	115.365	0,8%	75.158	0,5%	53,5%

Receita Líquida de Vendas

A receita operacional líquida consolidada alcançou R\$ 15.331,8 milhões em 2024, um aumento de 2,5% em relação a 2023. O aumento da receita foi impulsionado principalmente pelo crescimento dos volumes no Brasil, refletindo a recuperação do mercado de veículos comerciais, por conta da alteração da regra de emissões no ano anterior. Por outro lado, a Europa, Tailândia e África do Sul enfrentaram desafios econômicos, que impactaram negativamente a demanda e, consequentemente, a receita líquida nessas regiões. Além disso a variação cambial gerou um impacto positivo de R\$ 744,8 milhões em 2024.

Custos dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos atingiu R\$ 13.510,4 milhões em 2024, um aumento de 0,5% em relação a 2023. O crescimento dos custos no período foi principalmente impulsionado pela variação cambial do período.

Lucro Bruto

Lucro bruto de R\$ 1.821,4 milhões em 2024, um crescimento de 20,8% comparado a 2023. Esse crescimento foi impulsionado pela estabilização do custo dos produtos vendidos, pela melhoria na precificação, em resposta à inflação dos últimos períodos, e pelo mix de produtos mais favorável, impactado pelo aumento da produção de veículos comerciais no Brasil.

Outras receitas (Despesas) Operacionais

Resultado negativo de R\$ 24,1 milhões em 2024, representando uma queda em relação ao valor positivo de R\$ 17,5 milhões em 2023. Os principais itens não recorrentes dessa linha do resultado em todo o ano de 2024 foram: (i) ganho com reembolso de seguros no valor de R\$ 3,6 milhões,

(ii) despesa de R\$ 18,8 milhões referente à valorização da opção de compra de participação acionária de uma controlada, e (iii) gastos com reestruturação no valor de R\$ 20,2 milhões.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro foi negativo em R\$ 435,6 milhões em 2024, uma redução de 13,8% em relação a 2023. A melhora em 2024 foi impulsionada pela redução das despesas financeiras. A redução nas despesas com juros deu-se em função da queda da taxa média do CDI e da redução da dívida bruta consolidada.

Resultado Líquido do Exercício

O resultado líquido consolidado da Companhia, ao final do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, foi um lucro de R\$ 380,1 milhões (sendo R\$ 264,7 milhões atribuível aos acionistas controladores e R\$ 115,4 milhões aos acionistas não controladores), um aumento de 258,9% em relação ao lucro líquido consolidado da Companhia de R\$ 105,9 milhões (sendo R\$ 30,7 milhões atribuível aos acionistas controladores e R\$ 75,2 milhões aos acionistas não controladores) em 2023.

A melhora do resultado líquido atribuído aos acionistas controladores deve-se à melhora na precificação, em resposta à inflação dos últimos períodos, e pelo mix de produtos mais favorável, impactado pelo aumento da produção de veículos comerciais no Brasil. Vale ressaltar que o resultado líquido foi impactado negativamente pela constituição de uma provisão de imposto de renda diferido (não caixa) relacionada à variação cambial das moedas locais das subsidiárias da Companhia no México, na República Tcheca e na Turquia em comparação com suas moedas funcionais no valor de R\$ 2,2 milhões no 4T24 e R\$ 75,2 milhões em 2024, e pelos itens não recorrentes mencionados em outras receitas (despesas) operacionais.

A tabela abaixo apresenta as principais linhas referentes ao fluxo de caixa consolidado da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

	Consolidado		
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2024	2023	Var.
Lucro líquido do período	380.084	105.891	258,9 %
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	503.035	470.287	7,0%
Imposto de renda e contribuição social	205.379	158.809	29,3 %
Custo residual de bens do ativo imobilizado, intangível e direito de uso baixados	28.387	18.742	51,5 %
Resultado de equivalência patrimonial	(22.269)	(14.374)	54,9 %
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, líquida de reversões e atualizações	(5.094)	10.131	-150, 3%
Atualização de depósitos judiciais	(4.563)	(4.249)	7,4%

Juros, variações monetárias e amortização de custos de empréstimos	551.550	412.700	33,6 %
Juros sobre passivo de arrendamento	8.550	6.530	30,9 %
Provisão (reversão) para perdas de crédito esperadas	(4.129)	(2.616)	57,8 %
Provisão (reversão) para perdas nos estoques	(3.913)	(36.108)	-89,2 %
Despesa financeira (líquida) dos planos de pensão e benefícios pós-emprego	22.791	29.731	-23,3 %
Perda (ganho) na venda de imobilizado	2.996	(613)	n.m.
Exclusão do ICMS na base do PIS e Cofins	(10.888)	(33.926)	-67,9 %
Perda na valorização da opção de compra de participação acionária	18.750	-	
Valor justo sobre instrumento financeiro	(2.717)	4.236	-164,1 %
Redução (aumento) no ativo:			
Contas a receber de clientes	113.649	709.781	-84,0 %
Estoques	244.409	307.806	-20,6 %
Outros créditos e demais contas	105.583	82.915	27,3 %
Aumento (redução) no passivo:			
Fornecedores	876.885	682.242	28,5 %
Obrigação de planos de pensão e benefícios pós-emprego	(9.495)	(68.634)	-86,2 %
Pagamentos de riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(11.856)	(9.765)	21,4 %
Pagamentos de acordo derivado de fiscalização	-	(146.999)	-100,0 %
Obrigações tributárias, trabalhistas e previdenciárias	47.150	(68.359)	-169,0 %

Outras obrigações e demais contas	(233.418)	50.113	n.m.
	2.800.85 6	2.664.271	5,1%
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(354.534)	(409.923)	-13,5 %
Pagamento de juros sobre debêntures	(190.499)	(184.031)	3,5%
Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento	(8.214)	(3.165)	159,5 %
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	(50.612)	(73.857)	-31,5 %
	(603.859)	(670.976)	-10,0 %
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	2.196.99 7	1.993.295	10,2 %
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aumento de capital em coligadas	(21.546)	(24.984)	-13,8 %
Dividendos recebidos de coligadas e controladas em conjunto	(10.489)	-	
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(588.662)	(503.175)	17,0 %
Aquisição de ativos intangíveis	(2.242)	(2.013)	11,4 %
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(622.939)	(530.172)	17,5 %
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Captações de Debêntures	1.500.00 0	700.000	114,3 %
Captações de empréstimos e financiamentos	695.308	2.291.506	-69,7 %

Amortização de empréstimos e financiamentos - principal	(2.444.384)	(1.912.618)	27,8 %
Amortização de debêntures - principal	(750.000)	(800.000)	-6,3 %
Amortização passivo de arrendamento - principal	(33.388)	(34.298)	-2,7 %
Amortização (Forfait)	(1.131.876)	(746.490)	51,6 %
Custo de transação	(8.885)	(1.179)	n.m.
Pagamento de dividendos propostos e adicionais	(13.135)	(105.241)	-87,5 %
Dividendos pagos aos acionistas não controladores	(83.154)	(52.939)	57,1 %
Aquisição de ações para manutenção em tesouraria	(6.814)	(14.091)	-51,6 %
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(2.276.328)	(675.350)	237,1 %
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(702.270)	787.773	-189,1 %
Variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa das controladas no exterior	203.379	(112.461)	-280,8 %
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	2.962.366	2.287.054	29,5 %
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	2.463.475	2.962.366	-16,8 %
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(498.891)	675.312	-173,9 %

Contas a receber de clientes

A redução das contas a receber, no montante de R\$ 113,6 milhões ao comparado com o mesmo período do ano anterior, é principalmente explicada pela diminuição no prazo médio de recebimento dos clientes e pelo aumento de R\$ 62,9 milhões em 2024 das cessões de recebíveis sem direito de regresso, as quais a Companhia transferiu substancialmente os riscos e benefícios do ativo financeiro.

Estoques

A redução dos estoques no exercício findo em 2024, no montante de R\$ 244,4 milhões, é principalmente explicada pelo aumento no giro de estoque e pela estabilização do custo da matéria-prima quando comparado com o mesmo período anterior e otimização do gerenciamento.

Fornecedores

O aumento dos fornecedores no exercício social findo em 2024 representou R\$ 876,9 milhões, contra um aumento de R\$ 682,2 milhões em 2023. Esse aumento é explicado pelo alongamento nos prazos de pagamento.

Pagamentos de juros

O pagamento de juros de R\$ 553,2 milhões no exercício social findo em 2024 representou uma redução de 7,3% em relação ao valor de R\$ 597,1 milhões no exercício social findo em 2023. A diminuição dos pagamentos de juros está relacionada principalmente a reestruturação da dívida, otimização dos prazos de vencimentos e condições (*liability management*).

2.2 RESULTADOS OPERACIONAIS E FINANCEIRO

a) Resultados das operações da Companhia, em especial:

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Cem por cento (100%) da receita da Companhia é proveniente do segmento automotivo.

No segmento automotivo, as receitas da Companhia compreendem a fabricação e comercialização de rodas de aço e alumínio para veículos leves, rodas de aço para veículos comerciais e a fabricação de componentes estruturais para veículos leves e comerciais.

Em 2024, a receita proveniente da fabricação e comercialização de rodas atingiu R\$ 11.386,7 milhões, o que representa 74,3% da receita operacional líquida consolidada da Companhia, uma redução de 0,2% em relação ao ano anterior. Já a fabricação e comercialização de componentes estruturais atingiu R\$ 3.945,0 milhões, ou 25,7% da receita líquida consolidada, um aumento de 11,4% em relação a 2023.

A seguir são apresentadas as receitas da Companhia, por unidades de negócios, no segmento automotivo:

	2024		2023	
Receita Operacional Líquida *				
Rodas	11.386.748	74,3%	11.413.772	76,3%
Componentes Estruturais	3.945.065	25,7%	3.541.448	23,7%
Total	15.331.812	100,0%	14.955.220	100%

* Valores em R\$ mil

(ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

As margens operacionais da Companhia, em 2024, foram impactadas pelo crescimento da produção de veículos no Brasil, em especial de veículos comerciais, e pela queda significativa nos volumes de produção na Europa e de forma menos relevante na América do Norte. Apesar disso, cabe destacar o forte avanço da produtividade das operações da Companhia nessas regiões, mesmo diante do cenário de queda nos volumes de produção.

b) Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

O aumento da receita deve-se a capacidade da Companhia de adaptação, melhoria da eficiência operacional com ganhos de produtividade, ajuste dos preços aos custos e lançamento eficaz dos produtos da Companhia em novos programas de veículos ao redor do mundo. Adicionalmente, a variação cambial gerou um impacto positivo de R\$ 744,8 milhões em 2024.

c) Impactos relevantes da inflação, da variação de preço dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Durante o ano de 2024, os preços globais das matérias-primas (alumínio e aço) apresentaram uma estabilização em comparação ao ano anterior. A melhor precificação dos produtos, com repasse dos

custos inflacionários também contribuíram para um resultado melhor.

O resultado financeiro líquido foi negativo em R\$ 435,6 milhões, uma redução de 13,8% em relação a 2023. A melhora foi impulsionada pela redução das despesas financeiras no período, principalmente devido à queda nas despesas com juros.

	2024	2023
Receitas Financeiras	220.456	216.151
Despesas Financeiras	(641.289)	(702.359)
Variação Cambial Líquida	(14.740)	(31.668)
Resultado Financeiro	(435.573)	(517.876)

Valores em R\$ mil

2.3 MUDANÇAS NAS PRÁTICAS CONTÁBEIS/OPINIÕES MODIFICADAS E ÊNFASES

a) Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não houve mudanças nas práticas contábeis em 2024, assim como não ocorreram mudanças pela adoção de normas novas ou revisadas nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

b) Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

O relatório do auditor independente (Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.) para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 foi emitido sem ressalvas e contém um parágrafo de opinião mencionando que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

2.4 EFEITOS RELEVANTES NAS DFS

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Os Diretores informam que não houve introdução ou alienação de segmento operacional.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Os Diretores informam que não houve constituição ou alienação de participação societária.

c) Eventos ou operações não usuais

Os Diretores informam que não houve evento ou operação não usual que tenha causado ou venha a ocasionar efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.5 MEDIÇÕES NÃO CONTÁBEIS

a) Informar o valor das medições não contábeis

Medições não contábeis

EBITDA

O EBITDA corresponde ao lucro líquido do período e/ou exercício ajustado pelas receitas e despesas financeiras, imposto de renda e contribuição social e as despesas de depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil/IFRS, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido (prejuízo), como medida de desempenho operacional da Companhia ou alternativa aos fluxos de caixa ou como medida de liquidez.

O EBITDA apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida da lucratividade em razão de não considerar determinados custos decorrentes dos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, os lucros da Companhia, tais como despesas financeiras, tributos e depreciação.

O EBITDA da Companhia apurado nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 totalizou os montantes de R\$1.524,1 milhões e R\$ 1.252,8 milhões, respectivamente. O EBITDA em relação às receitas líquidas foi de 9,9% e 8,4%, respectivamente.

A Companhia calcula o EBITDA conforme a Resolução CVM nº 156 de 23 de junho de 2022.

Índice Endividamento Bancário Líquido / EBITDA

O índice Endividamento Bancário Líquido / EBITDA é calculado pela divisão entre (A) a soma dos saldos dos empréstimos, financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros passivos do circulante e não circulante contraídos pela Companhia e suas controladas, subtraído do saldo de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros do ativo, e (B) o valor do EBITDA dos últimos 12 meses, divulgado pela Companhia conforme a Resolução CVM nº 156 de 23 de junho de 2022.

Os índices Endividamento Bancário Líquido / EBITDA da Companhia apurados nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foram 2,39x e 2,93x, respectivamente.

b) Fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

EBITDA

A tabela abaixo apresenta a conciliação do Lucro Líquido para o EBITDA:

Reconciliação do EBITDA – R\$ mil	2024	2023
Lucro Líquido Atribuído aos Controladores	264.719	30.733
Lucro Líquido Atribuído aos não Controladores	115.365	75.158
Imp. de Renda / Contrib. Social	205.379	158.809
Resultado Financeiro	435.573	517.876
Depreciação / Amortização	503.035	470.288

EBITDA	1.524.071	1.252.864
---------------	------------------	------------------

Índice de Endividamento

O índice de endividamento é calculado pela soma dos empréstimos, financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros do passivo circulante e não circulante, deduzida do caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros do ativo circulante e não circulante, dividido pelo EBITDA dos últimos 12 meses.

R\$-mil	2024	2023
Empréstimos, financiamentos e debêntures	614.709	1.631.599
Instrumentos financeiros	235	18.662
Total Passivo Circulante	614.944	1.650.261
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.774.050	5.133.934
Instrumentos Financeiros	-	489
Total passivo Não Circulante	5.774.050	5.134.423
Caixa e equivalente de caixa	2.463.475	2.962.366
Instrumentos Financeiros	43.488	28.277
Total Ativo Circulante	2.506.963	2.990.643
Instrumentos Financeiros	244.805	119.229
Total Ativo Não Circulante	244.805	119.229
EBITDA	1.524.071	1.252.864
Endividamento	2,39	2,93

c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

EBITDA

A Companhia considera o EBITDA, com todas as limitações anteriormente mencionadas, e em conjunto com as demais informações contábeis e financeiras disponíveis, uma medida prática para aferir seu desempenho operacional e permitir uma comparação com outras companhias.

Esta medida não contábil é utilizada pelos participantes do mercado para análises comparativas dos resultados auferidos por empresas do setor e como indicador da capacidade de geração de caixa da Companhia, ainda que, com determinadas limitações.

Índice de Endividamento

A Companhia considera o Índice Endividamento Bancário Líquido / EBITDA, em conjunto com as demais informações contábeis e financeiras disponíveis, uma medida prática para aferir seu endividamento e permitir uma comparação com outras companhias.

Esta medida não contábil é utilizada pelos participantes do mercado para análises comparativas dos resultados auferidos por empresas do setor e como indicador da capacidade de geração de caixa da Companhia, ainda que com determinadas limitações.

2.6 EVENTOS SUBSEQUENTES AS DFS

Em janeiro de 2025, a Companhia celebrou contrato com a FINEP para financiar gastos incorridos na elaboração e execução do plano estratégico de inovação aprovado pela FINEP, no valor de R\$ 357,3 milhões, que abrange a busca de novos materiais, processos especiais aplicados a eletrificação, reciclagem e transformação digital. Os recursos serão disponibilizados em até 48 meses, o qual é o prazo de execução dos projetos e de carência para a primeira parcela de amortização do financiamento, sendo um total de 145 parcelas e juros remuneratórios TR + 2,3% a.a.

Em fevereiro de 2025, a Companhia realizou:

- i. a 15ª emissão de 500.000 debêntures simples, perfazendo o valor total de R\$ 500 milhões, com prazo de 5 anos, fazendo jus ao pagamento de juros remuneratórios semestrais equivalentes a 100% CDI + 1,55% ao ano;
- ii. o resgate antecipado da totalidade das debêntures da sua 12ª emissão. O resgate ocorreu mediante o pagamento do valor nominal unitário das debêntures, acrescido de sua remuneração, calculada pro rata temporis, desde a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior até a data do efetivo pagamento, acrescido de prêmio previsto e calculado nos termos da respectiva escritura de emissão.

2.7 DESTINAÇÃO DE RESULTADOS

a) Regras sobre retenção de lucros

O Estatuto Social da Companhia vigente atualmente e à época da distribuição dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, além de determinar que 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício seja destinado para a constituição da Reserva Legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social, prevê, ainda, a destinação de, no mínimo, 10% (dez por cento) e, no máximo, 58% (cinquenta e oito por cento) do lucro líquido do exercício à Reserva Estatutária de Investimento e de Capital de Giro, limitada, em conjunto com a Reserva Legal, ao valor do capital social. A referida Reserva Estatutária de Investimento e de Capital de Giro tem por finalidade assegurar investimentos produtivos (bens do ativo permanente) e acréscimo do capital de giro, até mesmo mediante amortização de dívidas da Companhia, bem como capitalização e financiamento de controladas e negócios em conjunto.

Adicionalmente, o Estatuto Social da Companhia vigente atualmente e à época da distribuição dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 prevê que parte do lucro líquido do exercício poderá ser retido na forma prevista em orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral. Atualmente, não existe orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral.

Os valores das retenções de lucros do último exercício social estão descritos abaixo:

R\$ mil	2024
Reserva legal	13.425
Percentuais em relação aos lucros totais declarados	5,0%
Reserva Estatutária de Investimento e de Capital de Giro	155.727
Percentuais em relação aos lucros totais declarados	58,0%

b) Regras sobre distribuição de dividendos

O Estatuto Social da Companhia vigente atualmente e à época da distribuição dos resultados do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 determina que serão distribuídos a título de dividendo obrigatório 37% do lucro líquido do exercício. O referido Estatuto Social prevê ainda, que poderá ser distribuído como dividendo suplementar a parcela restante do lucro líquido do exercício social que não houver sido destinada à Reserva Legal, à Reserva Estatutária de Investimento e de Capital de Giro ou retida na forma prevista em orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral Ordinária (se houver).

Adicionalmente, o referido Estatuto Social permite ao Conselho de Administração, por proposta da Diretoria Executiva, determinar o levantamento de balanços em períodos inferiores ao período anual, podendo declarar dividendos ou juros sobre capital próprio à conta do lucro apurado nesses balanços, bem como declará-los à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou intermediário.

c) Periodicidade das distribuições de dividendos

Em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 26 de fevereiro de 2025, mesma data da divulgação das demonstrações financeiras, foi aprovada a proposta da Diretoria para destinação do lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a ser submetida à assembleia geral ordinária da Companhia de 2025, incluindo o dividendo obrigatório previsto no estatuto social, no montante total de R\$ 99.343.282,02, da seguinte forma:

Em 26 de junho de 2024, foi aprovada a distribuição de juros a título de remuneração sobre capital próprio (“JCP”) no valor bruto total de R\$ 19.191.097,05, que corresponde a um valor total líquido de R\$ 17.314.478,42;

- . Em 25 de setembro de 2024, foi aprovada a distribuição de JCP no valor bruto total de R\$ 58.258.798,08, que corresponde a um valor total líquido de R\$ 52.880.429,93; e
- . Em 26 de fevereiro de 2025, já descontado o valor líquido dos JCP anteriormente mencionados e *ad referendum* da assembleia geral ordinária, foi aprovado o pagamento aos acionistas da Companhia do valor total de R\$ 29.148.373,67, a título de dividendos referentes aos resultados do exercício social de 2024.

d) Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou por regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.

A Companhia celebrou contratos que estabelecem restrições à distribuição de dividendos, conforme abaixo detalhado.

A Companhia realizou emissões públicas de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, de décima terceira, décima quarta e décima quinta emissões. As escrituras de debêntures preveem como hipótese de vencimento antecipado, dentre outras, a distribuição de dividendos superiores ao dividendo obrigatório nos termos da legislação societária aplicável, em caso de inadimplemento da Companhia.

A décima terceira emissão pública de debêntures da Companhia contém, ainda, a obrigação de a Companhia não realizar distribuição de dividendos (com exceção dos dividendos obrigatórios nos termos da legislação societária aplicável) caso, na data do evento em questão, após considerar o seu efeito *pro forma*, o índice financeiro resultante da divisão da dívida líquida na referida data de apuração pelo EBITDA ajustado referente ao Período de Referência (conforme definido na escritura de emissão) for superior a 3,50 vezes.

Em relação aos títulos representativos de dívida no exterior, vinculados a metas de sustentabilidade ("*Sustainability-Linked Notes Units*"), emitidos pelas controladas da Companhia Iochpe-Maxion Áustria GmbH e Maxion Wheels de Mexico, S. de R.L. de C.V., a distribuição de dividendos superiores ao dividendo obrigatório, nos termos da legislação societária aplicável, está sujeita ao cumprimento pela Companhia do índice financeiro (resultante da divisão da dívida líquida pelo EBITDA ajustado) constante do respectivo instrumento de dívida e demais limitações nele previstas.

e) Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia possui uma política de destinação de resultados, a qual foi aprovada pelo seu Conselho de Administração em 25 de setembro de 2019 e revista, pelo referido órgão, em 22 de maio de 2024. Tal política encontra-se disponível na página da Companhia (www.iochpe.com.br) e da CVM (www.gov.br/cvm) na rede mundial de computadores.

2.8 ITENS RELEVANTES NÃO EVIDENCIADOS NAS DFS

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor;

(b) natureza e o propósito da operação;

(c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

Este item 2.9 não se aplica, pois, conforme mencionado no item 2.8, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia

2.9 COMENTÁRIOS SOBRE ITENS NÃO EVIDENCIADOS

(a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor;

(b) natureza e o propósito da operação;

(c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

Este item 2.9 não se aplica, pois, conforme mencionado no item 2.8, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.10 PLANOS DE NEGÓCIOS

(a) investimentos, incluindo:

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Os investimentos de capital realizados em 2024 totalizaram R\$ 678,2 milhões e foram principalmente relacionados ao atendimento da demanda da categoria de veículos comerciais na América do Norte e a construção da fábrica de rodas de alumínio para veículos comerciais na Europa.

Para esses investimentos, a Companhia utilizou fontes de recursos próprio (caixa), bem como linhas de crédito de diferentes bancos comerciais e bancos de fomento.

Não há desinvestimentos relevantes em andamento e/ou previstos.

(b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

No ano de 2024, não houve aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que pudessem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

(c) novos produtos e serviços, indicando:

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

A Companhia desenvolve novos produtos em parceria com outras empresas do segmento automotivo, institutos de pesquisa e universidades de todo o mundo, em conjunto com sua equipe de engenharia avançada. Nesse sentido, destacamos alguns projetos que já são de conhecimento público, como:

- Maxion Bionic: conceito de rodas de aço de tamanho grande. Mais estilo em tamanhos de aros maiores.
- Parceria com empresa Foresee Power: uma solução integrada para acelerar a eletrificação de veículos. Desenvolvimento de componentes estruturais para veículos elétricos.
- *Ultra-Low CO2 Steel Wheel*: rodas de aço para veículos leves com a utilização de aço “verde”. Redução de mais de 60% em emissões quando comparado com uma roda comum de aço.
- *Ultra-Low CO2 Auminum Wheel*: rodas de alumínio para veículos leves. Utilização de alumínio reciclado com redução de mais de 60% de emissões quando comparado com uma roda comum de alumínio.

(ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

O montante gasto em pesquisas e desenvolvimento, ao longo de 2024, foi de R\$ 208,2 milhões.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

Os projetos em desenvolvimento já divulgados foram mencionados no item 2.10 “(c).(i)” acima.

(iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Os montantes gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos e/ou serviços estão incluídos no montante divulgado no item 2.10 “(c).(ii)” acima.

(d) oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

A Companhia possui metas ambiciosas de curto e longo prazo para reduzir emissões de CO₂ com o lançamento do “Road Map Zero”, projeto este de tornar a Companhia uma fornecedora neutra em carbono até 2040. Este plano de transição até a neutralidade está alinhado ao Acordo de Paris, que propõe um limite da temperatura global de até 1,5° C acima dos níveis pré-industriais. Em 2024, a Companhia atingiu uma redução de aproximadamente 38% de intensidade de emissão de Gases de Efeito Estufa (escopos 1 e 2) e, no que tange ao consumo de energia elétrica, alcançou aproximadamente 75% de uso de fontes renováveis, em comparação ao ano base de 2019.

Dando continuidade aos nossos compromissos com a sustentabilidade em nossos negócios, a Companhia manteve-se na carteira do Índice de sustentabilidade empresarial – ISE e estreou em outras duas: Índice Carbono Eficiente – ICO₂ e Índice de Diversidade – IDIVERSA, todos da B3. Adicionalmente, a Companhia manteve a nota “B” no *Carbon Disclosure Project* – CDP.

Através de seu processo de inovação e engenharia, a Companhia busca desenvolver novos materiais e processos de fabricação para seus clientes com o objetivo de redução de peso de seus produtos, contribuindo para redução de emissões da indústria automotiva.

2.11 OUTROS FATORES QUE INFLUENCIARAM DE MANEIRA RELEVANTES O DESEMPENHO OPERACIONAL

A Companhia entende que todas as informações relevantes foram divulgadas nos itens anteriores.

3.1 PROJEÇÕES DIVULGADAS E PREMISSAS

Não aplicável. A Companhia não divulga projeções.

3.2 ACOMPANHAMENTO DAS PROJEÇÕES

Não aplicável. A Companhia não divulga projeções.

4.1 DESCRIÇÃO DOS FATORES DE RISCO

a. ao emissor

A atividade da Companhia apresenta riscos operacionais que, se materializados, podem resultar na paralisação de suas atividades e impactar adversamente os seus resultados e condição financeira.

As operações da Companhia estão sujeitas a riscos operacionais, que podem causar paralisações, ainda que parcial ou temporária, de suas atividades operacionais. Tais paralisações podem ser causadas por fatores associados à falha de equipamentos, falhas em sistemas, acidentes, incêndios, greves e invasões. A ocorrência de qualquer um desses eventos pode causar diminuição significativa do volume de produção ou aumento dos custos, causando um efeito adverso em sua condição financeira.

O valor total do endividamento financeiro da Companhia e seu respectivo pagamento, do principal e encargos, demandará uma quantidade significativa do caixa gerado pela Companhia.

O montante do endividamento da Companhia é significativo. Adicionalmente, a Companhia poderá necessitar incorrer em novos endividamentos para a manutenção de seus negócios. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentava R\$3.637,2,8 milhões de dívida líquida e índice financeiro (dívida líquida/EBITDA ajustado) de 2,39x. Um alto nível de endividamento da Companhia pode causar impacto relevante sobre os seus resultados, inclusive: (i) exigir que uma parcela substancial do fluxo de caixa das operações seja dedicado ao serviço de dívidas e, portanto, não esteja disponível para aplicação nas operações, investimentos em ativos e realização de oportunidades de negócios; (ii) aumentar a vulnerabilidade da Companhia a uma deterioração das condições econômicas; (iii) limitar a capacidade de adaptação da Companhia às novas condições de mercado, colocando-a em desvantagem competitiva em relação aos seus concorrentes; e (iv) limitar a capacidade da Companhia de obter financiamentos adicionais para investimento em ativos, capital de giro ou outros propósitos.

A Companhia pode não gerar fluxo de caixa suficiente para financiar os seus investimentos e, por essa e outras razões, pode precisar, no futuro, de financiamentos adicionais, os quais podem não estar disponíveis.

Os negócios da Companhia exigem investimentos contínuos para aquisição de equipamentos necessários para a fabricação de novos produtos, manutenção de equipamentos existentes e implementação de tecnologias visando à redução de custos de produção em resposta à pressão por melhores preços. As operações da Companhia podem não gerar fluxo de caixa suficiente para financiar suas necessidades de investimento. Nesse caso, talvez seja necessário obter financiamentos adicionais, mediante captação junto ao mercado financeiro nacional e internacional, ou mediante a emissão de novas ações ou dívidas conversíveis ou não em ações, ou ainda adotar outras medidas buscando a redução de despesas ou a geração de caixa. A queda das vendas ou despesas imprevistas também podem demandar a necessidade de financiamentos adicionais. A Companhia pode não ser capaz de obter novos financiamentos ou financiamentos em condições a ela favoráveis. Se os recursos adequados não estiverem disponíveis em termos aceitáveis, a Companhia pode ser obrigada a fazer reduções significativas nas despesas e investimentos, assim como pode ser obrigada a realizar a venda de ativos relevantes, o que poderia restringir significativamente suas operações e limitar sua capacidade de tomar medidas importantes, tais como desenvolver produtos, investir em novos negócios ou manter a sua atual capacidade de produção,

responder às pressões competitivas, ou aproveitar oportunidades de negócios, o que poderia impactar de forma adversa os negócios, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

A Companhia pode não ser capaz de completar ou integrar potenciais aquisições e alianças estratégicas com sucesso.

Como parte de sua estratégia de negócios, a Companhia pode adquirir novas operações ou firmar alianças estratégicas para expandir seus negócios. Não é possível prever se ou quando tais aquisições ou alianças ocorrerão ou a probabilidade de um destes eventos ser concluído nos termos e condições inicialmente planejados. A capacidade de expansão com sucesso da Companhia através de aquisições ou alianças estratégicas depende de muitos fatores, incluindo, dentre outros, a disponibilidade, no mercado, de alvos adequados, a negociação de termos favoráveis, a obtenção de financiamentos e a efetiva conclusão das operações. Ainda que a Companhia consiga adquirir novas operações ou firmar alianças estratégicas, essas transações podem envolver riscos significativos, incluindo os seguintes:

- possibilidade de a transação não alcançar os resultados esperados;
- incapacidade de integração, com sucesso, das operações, sistemas, serviços e produtos de uma empresa adquirida, ou de alcançar a sinergia esperada e economia de escala;
- passivos ou contingências imprevistas;
- incapacidade de gerenciar de forma eficaz qualquer aquisição ou aliança estratégica;
- desvio do foco da administração; e
- incapacidade de reter ou contratar pessoal-chave para os negócios adquiridos.

Além do exposto acima, as aquisições e alianças estratégicas pela Companhia também estão sujeitas à regulação concorrencial, as quais podem sujeitar a operação a imposições das autoridades concorrenciais ou até mesmo inviabilizá-la, o que pode impactar suas perspectivas futuras e resultados operacionais.

Se a Companhia não for capaz de integrar ou administrar com sucesso eventuais negócios adquiridos ou alianças, ela pode não alcançar as reduções de custos, o crescimento da receita e o nível de integração planejados, o que pode causar um efeito adverso relevante nas atividades, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

Resultados desfavoráveis em litígios pendentes ou futuros podem afetar negativamente os negócios, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

A Companhia e seus administradores figuram, e poderão figurar, como parte em processos judiciais e administrativos relativos a questões trabalhistas, cíveis e tributárias decorrentes do curso normal de suas operações. Além disso, a Companhia está sujeita a fiscalizações tributárias, trabalhistas, ambientais, dentre outras, e, eventualmente, tais fiscalizações podem culminar em autuações, multas ou processos administrativos ou ações judiciais inesperados e relevantes. Um efeito ou resultado desfavorável decorrente de qualquer desses processos ou ações que imponha ônus significativo à Companhia pode afetar adversamente os seus negócios, situação financeira e resultados operacionais, bem como afetar a reputação da Companhia e de seus administradores. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia tinha uma estimativa de R\$725,9 milhões em contingências judiciais ou administrativas, de natureza cível, trabalhista ou tributária, cuja probabilidade de perda foi classificada como provável ou possível, para as quais a Companhia estabeleceu provisão de R\$62.577 milhões. Para maiores informações acerca de contingências em que a Companhia está envolvida, favor consultar os itens 4.4 a 4.7 deste Formulário de Referência.

O não cumprimento das leis e regulamentações de controle de exportação ou de sanções econômicas pode ter um impacto adverso relevante sobre os resultados operacionais, condição financeira e reputação da Companhia.

A Companhia opera globalmente e enfrenta riscos relacionados à conformidade com as leis e regulamentações de controle de exportação e sanções econômicas, inclusive aquelas administradas pelas Nações Unidas, pela União Europeia e pelos Estados Unidos, incluindo o Escritório de Controle de Ativos Estrangeiros do Departamento do Tesouro dos EUA (*U.S. Treasury Department's Office of Foreign Assets Control*). As sanções econômicas e os controles de exportação são complexos, mudam com frequência e, muitas vezes, aumentam em número, podendo impor proibições, multas, restrições a negociações com ou envolvendo países, territórios, indivíduos e entidades. Se a Companhia infringir as sanções aplicáveis ou as leis ou regulamentos de controle de exportação, ou se estiver envolvida em conduta sancionável, poderá sofrer multas criminais ou civis ou outras penalidades, bem como sofrer danos à sua reputação e ter impactos negativos nos seus resultados operacionais e condição financeira. Além disso, não há garantia de que seus funcionários, administradores, parceiros ou terceiros com os quais a Companhia faz negócios, incluindo, entre outros, quaisquer distribuidores ou fornecedores, não violarão sanções ou leis e regulamentos de controle de exportação ou não se envolverão em condutas passíveis de sanção. Em última instância, a Companhia pode ser responsabilizada por qualquer violação de sanções ou leis e regulamentos de controle de exportação, ou conduta sancionável, por essas pessoas, o que poderia resultar em multas criminais ou civis ou outras penalidades, ter um impacto adverso relevante sobre os resultados operacionais e condição financeira da Companhia e prejudicar sua reputação.

O conflito entre Rússia e Ucrânia pode ter um impacto adverso relevante sobre os resultados operacionais e condição financeira da Companhia.

Em fevereiro de 2022, a Rússia lançou uma invasão militar na Ucrânia. Em resposta à invasão russa, vários países desenvolveram sanções abrangentes e coordenadas e restrições de exportação contra a Rússia, bem como contra determinados produtos russos e determinados indivíduos russos. Além disso, as medidas de retaliação que foram tomadas, e que poderão ser tomadas no futuro, pela OTAN, pelos Estados Unidos e por outros países, criaram preocupações de segurança global que poderão resultar em conflitos políticos e militares mais amplos, o que poderia ocasionar um impacto substancial sobre as economias regionais e globais, e, conseqüentemente, afetar negativamente os negócios da Companhia, especialmente as suas operações na Europa. Em 2022, houve um aumento significativo dos custos na Europa, especialmente da energia, em parte devido ao impacto do conflito e das sanções relacionadas a ele, o que pode levar a eventuais interrupções na cadeia de suprimentos, redução da demanda por veículos e impactar negativamente as operações da Companhia. A continuidade do conflito entre Rússia e Ucrânia poderá gerar instabilidade e volatilidade nos mercados em que a Companhia atua, o que poderá acarretar novos aumentos dos custos, interrupção na cadeia de suprimentos e reduzir as vendas e lucros da Companhia.

Qualquer deterioração nas relações com os funcionários da Companhia ou aumento dos custos da mão de obra pode ter um impacto negativo nos negócios, situação financeira, resultados e perspectivas da Companhia.

A Companhia emprega mais de 17.800 funcionários em suas plantas ao redor do mundo. Um aumento significativo em custos trabalhistas, deterioração na relação com os empregados, desaceleração ou paralisação do trabalho em qualquer uma de suas localidades, seja devido a atividades sindicais, greves, rotatividade de funcionários, mudanças nas leis trabalhistas nos países em que a Companhia opera, pode prejudicar a capacidade de fornecer os produtos aos clientes e ter um efeito adverso relevante sobre os negócios, os resultados operacionais e a situação financeira da Companhia.

Além disso, uma greve ou paralisação do trabalho em um ou mais fornecedores da Companhia pode afetar adversamente as operações da Companhia se uma fonte alternativa de fornecimento não estiver disponível. Greves e interrupções no trabalho dos funcionários dos clientes ou de seus próprios fornecedores também podem resultar na redução da demanda por produtos da Companhia e podem ter um efeito adverso relevante nos negócios da Companhia.

A Companhia e/ou suas controladas estão sujeitas ao cumprimento de obrigações específicas nos contratos financeiros e a restrições quanto à capacidade de contrair dívidas adicionais. Adicionalmente, determinados ativos e receitas da Companhia e suas controladas estão onerados.

A Companhia e/ou algumas de suas controladas são partes em contratos financeiros, em instrumentos de emissão de debêntures e títulos representativos de dívida no exterior (*notes*), que exigem a observância pela Companhia de certos índices financeiros ou o cumprimento de determinadas obrigações, impondo, direta ou indiretamente, a Companhia e/ou suas controladas restrições relacionadas à obtenção de financiamentos adicionais, entre outras. O inadimplemento dos termos de tais contratos e/ou instrumentos de emissão, que não seja sanado ou perdoado por seus respectivos credores, poderá resultar na declaração do vencimento antecipado do saldo devedor das dívidas e/ou resultar no vencimento antecipado de outros contratos financeiros e, ainda, na execução de eventuais garantias, podendo tais eventos causar um efeito adverso relevante para a Companhia.

A Companhia pode não ser capaz de realizar lançamento de novos produtos com êxito ou no prazo adequado.

Para competir com sucesso na indústria automotiva, a Companhia deve ser capaz de lançar novos produtos para atender às demandas dos clientes. Novos produtos muitas vezes requerem um investimento substancial no planejamento e no desenvolvimento de ferramentais, assim como na compra de novas máquinas e equipamentos. A Companhia também pode precisar expandir ou construir instalações para a adequação de sua capacidade de produção. A Companhia pode não ser capaz de instalar ou obter aprovação dos clientes quanto aos equipamentos necessários à fabricação de novos produtos para o lançamento de novos modelos de veículos. Além disso, a transição de plantas e recursos para a fabricação de novos produtos pode afetar volumes de produção e/ou outras medidas de eficiência operacional. O desempenho futuro da Companhia dependerá de sua capacidade de desenvolver os processos de fabricação de equipamentos e ferramentais necessários para o lançamento de novos produtos, de forma rentável, tempestivamente e com a qualidade exigida por seus clientes. Caso a Companhia não seja capaz de lançar novos produtos com sucesso, ou os clientes da Companhia deixem de lançar com sucesso novos programas nas quantidades previstas, ou ocorra falha em melhorar os processos e produtos existentes de acordo com as mudanças demandadas pelo mercado, os negócios e resultados da Companhia poderão ser adversamente afetados.

O negócio da Companhia pode ser impactado por reclamações efetuadas por clientes, as quais podem ocasionar uma retirada massiva de produtos do mercado (recalls).

A Companhia fornece produtos cumprindo as especificações de qualidade dos seus clientes e normas, inclusive técnicas e de segurança, aplicáveis a tais produtos. Problemas de qualidade na produção decorrentes de, por exemplo, falhas operacionais, erros humanos e má qualidade de matéria-prima podem ocorrer e não serem oportunamente detectados pelos sistemas de controle de qualidade adotados tanto pela Companhia, quanto pelos seus clientes. Como consequência, o negócio da Companhia encontra-se sujeito ao risco de reclamações relacionadas a danos causados por produtos, reclamações pelo descumprimento de normas ou garantias que podem culminar em pagamentos de indenizações e até retiradas de produtos do mercado (*recalls*). A ocorrência de tais

eventos poderá causar um efeito adverso relevante nas atividades, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

Modificações nas práticas contábeis adotadas no Brasil podem afetar adversamente os resultados da Companhia.

A legislação brasileira relativa às práticas contábeis pode ser objeto de alterações decorrentes de processos legislativos brasileiros ou em função de sua convergência às práticas internacionais. Por exemplo, tal legislação foi significativamente modificada pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, objetivando facilitar o processo de convergência do BR GAAP para o IFRS. Posteriormente, o CPC emitiu uma série de pronunciamentos, interpretações e orientações de forma a progressivamente alinhar o BRGAAP ao IFRS. Não há como garantir que modificações nas práticas e normas contábeis não afetarão de maneira significativa as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, tanto retroativa como prospectivamente, podendo afetar adversamente a comparação de demonstrações financeiras de exercícios/períodos futuros com as demonstrações apresentadas atualmente, incluindo no que se refere ao cumprimento dos *covenants* de nossas dívidas.

Mudanças na legislação fiscal podem resultar em um aumento de impostos diretos e indiretos, o que poderia diminuir a margem líquida e afetar adversamente o desempenho financeiro da Companhia.

O governo brasileiro altera frequentemente as normas fiscais afetando a Companhia, seus fornecedores e seus clientes. Estas alterações incluem mudanças nas alíquotas vigentes e ocasionalmente até a criação de tributos temporários, cujos recursos são destinados a fins estabelecidos pelo governo. Não se pode prever todas as mudanças nas leis tributárias que podem ser implementadas pelo governo brasileiro. Algumas dessas mudanças podem resultar em aumentos na carga tributária da Companhia, o que pode afetar adversamente sua lucratividade e os preços de seus produtos, bem como restringir a capacidade de a Companhia fazer negócios nos mercados existentes.

Entre as alterações tributárias que podem afetar materialmente os negócios da Companhia estão a revogação de isenções fiscais e mudanças significativas na legislação do imposto de mercadorias e serviços, o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços), a contribuição social para o PIS / PASEP (Programa de Integração Social e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público), e a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, ou COFINS, incluindo majoração de alíquotas, variação da base de cálculo, entre outros. Em dezembro de 2023, houve a aprovação da Emenda Constitucional nº 132 que estabeleceu a criação da CBS (Contribuição Sobre Bens e Serviços) e IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) em substituição IPI, PIS e COFINS e ICMS e ISS, respectivamente. Ademais, estabeleceu-se a criação do Imposto Seletivo (IS) que incidirá sobre bens ou serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente. Mais recentemente, em Janeiro de 2025 foi aprovada a Lei Complementar nº 68 de 23 de abril de 2024 que regulamenta as diretrizes aprovadas na EC 132/23. A Companhia vem estudando os possíveis impactos decorrentes da regulamentação da Reforma Tributária juntamente com seus assessores jurídicos e entidades representativas de classe. Além disso, discute-se a revogação da isenção do imposto de renda na distribuição de dividendos e a extinção dos juros sobre capital próprio (JCP), além de outras propostas e alterações aos projetos já existentes que podem ser apresentadas para alterar a tributação da folha de pagamento e reduzir benefícios fiscais. Alterações às regras atuais de tributação em bases universais (lucros auferidos no exterior) podem resultar em aumento da carga tributária. Por fim, menciona-se a alteração nas regras de preços de transferência, através da Lei nº 14.596/23, visando a convergência com as regras da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Em 2024 em virtude deste movimento para adequação ao modelo OCDE, foi aprovado por meio de medida provisória nº 1.262/2024, acompanhada pela Instrução Normativa nº 2.228/2024 e posterior Lei 15.079/2024 um adicional à Contribuição Social

sobre o Lucro Líquido. O adicional será aplicado para as empresas multinacionais sediadas no Brasil que de tiverem receitas anuais acima de 750 milhões de euros nas demonstrações financeiras consolidadas da entidade investidora final, considerando ao menos, dois dos quatro anos fiscais anteriores ao corrente analisado. A medida passou a vigorar em janeiro de 2025 localmente, mas se tratando de um modelo mundial, países que já optantes a este modelo, seguem este adicional desde 2024. Tal mudança afetou a sistemática em operações internacionais realizadas entre empresas integrantes do mesmo grupo econômico. A Companhia está avaliando o impacto das novas regras com o apoio dos seus assessores tributários.

Modificações nas leis e regulamentos aplicáveis, poderão eventualmente impactar adversamente a Companhia. Além disso, os governos de outras jurisdições também podem implementar mudanças em suas respectivas normas fiscais, aumentando assim a carga tributária das controladas da Companhia no exterior.

A Companhia está sujeita a possíveis auditorias fiscais que poderiam afetar adversamente o desempenho financeiro da Companhia.

A Companhia está sujeita a possíveis fiscalizações por parte das autoridades fiscais. A aplicação dessas leis e sua interpretação nas diferentes jurisdições afetam as operações internacionais de maneira relevante e estão sujeitas a alterações, sendo que algumas destas alterações podem ter efeitos retroativos. As obrigações fiscais nos diferentes países onde a Companhia atua dependem, em parte, dos custos decorrentes da aplicação das regras de preços de transferência e encargos administrativos entre a Companhia e suas controladas.

A Companhia também pode ser adversamente afetada em decorrência de questionamentos por parte das autoridades fiscais e fiscalizações. As autoridades fiscais podem impor tarifas, cobranças, tributos, multas e juros adicionais sobre a Companhia se, por exemplo, as fiscalizações reconhecerem a existência de estabelecimentos permanentes para fins fiscais; se forem constatados prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social não passíveis de compensação com o lucro tributável; se negada a dedução de despesas operacionais ou despesas financeiras; se os pagamentos forem considerados sujeitos a retenção na fonte ou os serviços tributáveis forem considerados como tendo sido prestados.

Os planejamentos elaborados à luz das regras fiscais atuais podem ter consequências materiais e adversas para a Companhia se tais regras fiscais forem alteradas. Fiscalizações, mudanças nas leis tributárias, sua aplicação e interpretação ou imposição de quaisquer novos tributos, taxas ou alíquotas ou aumento daqueles já existentes, podem aumentar a carga tributária da Companhia e afetar de forma adversa e relevante as vendas, lucros e situação financeira e podem ter um efeito adverso nos negócios, ativos líquidos ou resultados operacionais da Companhia. Esses fatores também podem fazer com que a Companhia gaste tempo e recursos significativos e/ou que os investidores percam a confiança nas informações financeiras divulgadas.

Os seguros contratados pela Companhia podem ser insuficientes para cobrir os danos decorrentes de um eventual sinistro.

A Companhia está sujeita a riscos relacionados a danos ao meio ambiente, fenômenos da natureza, avaria de máquinas e veículos próprios, perda de receitas, danos materiais e/ou físicos a terceiros, ataques cibernéticos, entre outros. As coberturas contratadas pela Companhia podem não ser suficientes para cobrir os prejuízos diretos causados pela ocorrência de um sinistro. A ocorrência de eventos que não estejam cobertos por seguro ou que excedam os limites assegurados poderá acarretar custos relevantes relacionados à reposição de instalações e equipamentos, indenização de

danos a terceiros, bem como perdas não previstas, impactando de forma negativa os resultados da Companhia.

Falhas inesperadas de equipamentos, atrasos nas entregas ou eventos inesperados em qualquer das plantas da Companhia podem levar a reduções ou paralizações da produção ou a perda de clientes.

Falhas de equipamentos, interrupção de fornecimento de matérias primas, disputas trabalhistas e outros eventos que a Companhia não pode prever podem impactar significativamente sua capacidade de produção, o que reduziria vendas e resultados para o período afetado. Além disso, geralmente a Companhia fabrica na base "just in time" visando a não manter grandes estoques. Se a produção for interrompida em qualquer uma das plantas da Companhia, mesmo que apenas temporariamente, como resultado de eventos que estão além do controle da Companhia, as entregas de produtos podem ser gravemente afetadas. Atrasos significativos em entregas aos clientes podem levar a Companhia a perder vendas futuras, bem como expor a Companhia a pedidos de indenização. A Companhia já enfrentou no passado e pode voltar a enfrentar paralisações de fábricas ou períodos de produção reduzida, tal como aconteceu em 2020 em razão da pandemia da COVID-19, ou como resultado de eventos de caso fortuito ou força maior, tais como incêndios, falta de energia, explosões ou condições climáticas adversas, que podem ter um efeito adverso relevante nas atividades, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

Se a Companhia não for capaz de proteger sua propriedade intelectual, sua posição competitiva pode ser prejudicada.

Proteger sua propriedade intelectual é importante para o negócio da Companhia. Não se pode garantir que segredos de negócios e outras informações confidenciais relacionadas ao setor em que a Companhia atua não sejam divulgados, ou que outros não desenvolverão, de forma independente, informações técnicas substancialmente equivalentes ou superiores ou, de outra forma, tenham acesso aos segredos de negócio e outras informações da Companhia e os divulguem.

Caso a Companhia não consiga obter, proteger ou fazer valer seus direitos de propriedade intelectual e a confidencialidade de segredos e outras informações com êxito, a posição competitiva da Companhia pode ser ameaçada, prejudicando seus resultados operacionais. Ações judiciais para fazer valer os direitos de patente da Companhia podem ser custosas e desviar um tempo significativo da administração. Além disso, essas ações judiciais podem ser perdidas e resultar na anulação de patentes ou na conclusão de que a Companhia não pode utilizar tais produtos ou processos patenteados.

Falhas nos sistemas de controle, políticas e procedimentos podem expor a Companhia a riscos inesperados ou imprevistos, que podem afetar adversamente a Companhia.

O programa de *Compliance*, prática de auditoria interna, sistemas de controle interno, políticas e procedimentos da Companhia podem não ser suficientes e/ou totalmente eficientes para detectar práticas inadequadas, erros ou fraudes. Se a Companhia não for capaz de manter de forma eficaz o seu programa de *Compliance*, sua prática de auditoria interna e controles internos, ela pode não ser capaz de relatar os resultados com precisão ou prevenir a ocorrência de práticas inadequadas, erros ou fraudes. A falha ou ineficiência do programa de *Compliance*, prática de auditoria interna e controles internos, incluindo aqueles que podem ser indicados pelos auditores independentes da Companhia, pode causar efeito adverso relevante na Companhia.

A Companhia pode estar sujeita a interrupções ou falhas nos sistemas de tecnologia da informação, bem como a ataques cibernéticos ou outras violações de rede ou segurança de TI.

A Companhia conta com sistemas sofisticados de tecnologia da informação e infraestrutura para apoiar os negócios, incluindo tecnologia de controle de processos. Esses sistemas podem ser suscetíveis a interrupções devido a incêndio, inundações, perda de energia, falhas de telecomunicações e eventos semelhantes. A falha de qualquer um dos sistemas de tecnologia da informação pode causar interrupções nas operações da Companhia, afetando adversamente as vendas e lucratividade. A Companhia não pode garantir que os planos de continuidade de negócios serão totalmente eficazes no caso de interrupções ou falha dos sistemas de tecnologia da informação.

Além disso, as tecnologias, sistemas, redes da Companhia e os de seus parceiros de negócios podem se tornar alvo de ataques cibernéticos ou violações de segurança da informação que podem resultar na liberação não autorizada, uso indevido ou perda de informações confidenciais, ou outra interrupção das operações comerciais. A Companhia também é responsável pela segurança de dados confidenciais de alguns clientes que são mantidos em suas instalações. O negócio da Companhia é altamente dependente de infraestrutura de tecnologia e de seus provedores de serviços, e não está imune a ataques contra rede ou sistemas que utiliza. Em dezembro de 2022, a Companhia foi vítima de um ataque cibernético em seu ambiente de tecnologia da informação, que resultou em indisponibilidade de parte de seus sistemas e operações, em algumas unidades no Brasil e no exterior. Embora a Companhia não tenha sofrido perdas materiais relevantes relacionadas a tal ataque cibernético, não é possível garantir que a Companhia não será novamente alvo de ataques cibernéticos no futuro, o que pode vir a afetar adversamente as operações ou situação financeira da Companhia. À medida que as ameaças cibernéticas continuam a evoluir, a Companhia vem sendo obrigada a incorrer em despesas adicionais para aprimorar as suas medidas de proteção ou para remediar qualquer vulnerabilidade de segurança da informação.

b. a seus acionistas, em especial os acionistas controladores.

A Companhia não tem acionista controlador ou grupo de controle.

A volatilidade e a falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações de emissão da Companhia pelo preço e na ocasião que desejem.

O investimento em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o Brasil, envolve, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mais desenvolvidos. O mercado brasileiro de valores mobiliários é substancialmente menor, menos líquido e mais concentrado, podendo ser mais volátil, do que os principais mercados de valores mobiliários mundiais. Não se pode assegurar que as ações de emissão da Companhia terão liquidez suficiente para que os adquirentes de tais ações consigam vendê-las pelo preço e na ocasião desejados.

Os titulares de ações de emissão da Companhia poderão não receber dividendos.

De acordo com o estatuto social, a Companhia deve pagar dividendos aos seus acionistas no valor de, pelo menos, 37% do lucro líquido anual apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme determinado e ajustado com base na legislação societária. A Companhia pode não pagar dividendos aos seus acionistas em qualquer exercício social, se seu Conselho de Administração decidir que tal pagamento é desaconselhável diante da situação financeira da Companhia. Além disto, certos instrumentos de dívidas da Companhia restringem, sob determinadas condições, a capacidade da Companhia de pagar dividendos além do dividendo mínimo obrigatório. Caso a Companhia descumpra tais condições, os credores poderão declarar o vencimento antecipado dos respectivos instrumentos de dívidas, o que causaria um efeito adverso relevante sobre a Companhia.

A Companhia pode vir a precisar de capital adicional no futuro, por meio da emissão de ações ou de valores mobiliários conversíveis em ações, ou adquirir outras sociedades mediante fusão ou incorporação, o que poderá resultar em uma diluição da participação do investidor no capital social da Companhia.

A Companhia pode vir a ter que captar recursos adicionais no futuro por meio de operações de emissão pública ou privada de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações de sua emissão. A captação de recursos por meio da distribuição pública de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações de emissão da Companhia pode ser realizada com a exclusão do direito de preferência dos seus acionistas, o que poderá resultar na diluição da participação dos acionistas no capital social da Companhia.

A pulverização das ações de emissão da Companhia no mercado poderá deixá-la suscetível a eventos decorrentes da ausência de um acionista ou grupo de acionistas controlador.

Nenhum acionista ou grupo de acionistas, parte de um acordo de voto, detém, atualmente, mais do que 50% das ações de emissão da Companhia e, como resultado, a Companhia não tem um acionista controlador nos termos do artigo 116 da Lei nº 6.404/76. Ressalta-se que não há uma cultura estabelecida no Brasil com relação a companhias de capital aberto com controle difuso. Entretanto, pode ser que sejam formadas alianças ou acordos entre acionistas, o que poderia ter o mesmo efeito de ter um grupo de controle. Caso surja um grupo de controle e este passe a deter o poder decisório da Companhia, esta poderá sofrer mudanças repentinas e inesperadas sobre suas políticas corporativas e estratégicas, inclusive através da substituição de seus administradores, o que poderia causar um efeito adverso relevante nos negócios da Companhia, resultados operacionais e valor das ações de emissão da Companhia.

Por outro lado, a ausência de um grupo de controle poderá dificultar certos processos de tomada de decisão, pois poderá não ser atingido o quórum mínimo exigido por lei para determinadas deliberações.

Qualquer mudança repentina ou inesperada no controle, na administração da Companhia, em sua política empresarial ou direcionamento estratégico ou, ainda, disputas entre acionistas concernentes aos seus respectivos direitos podem causar um efeito adverso relevante nos negócios da Companhia, seus resultados operacionais e no valor das ações de sua emissão.

c. a suas controladas e coligadas

A Companhia está sujeita a flutuações monetárias fora do Brasil.

A Companhia possui, por meio de suas controladas, unidades industriais em diversos países e distribui seus produtos a fabricantes de veículos no mundo inteiro, o que gera receitas em moedas estrangeiras. Sua operação está sujeita aos impactos nas economias desses países, à instabilidade geopolítica e restrições ao comércio exterior que podem resultar na desvalorização das moedas estrangeiras objeto de receita da Companhia. A desvalorização dessas moedas poderá causar um efeito adverso relevante na situação financeira e nos resultados operacionais da Companhia.

A LIBOR foi objeto de reforma em julho de 2017, tendo a Autoridade de Conduta Financeira do Reino Unido determinado o encerramento do uso da LIBOR Overnight para diversas moedas em dezembro de 2021 e o fim da LIBOR para o dólar em junho de 2023. Diante desse cenário, diversos bancos centrais criaram alternativas para a substituição da Libor, como por exemplo o Overnight Financing Rate (SOFR) – EUA, Sterling Overnight Index Average (Sonía) – Reino Unido, Euro Short-Term Rate (ESTR) – União Europeia e etc. Essas taxas alternativas poderão ser utilizadas para calcular os juros e/ou pagamentos das dívidas da Companhia e suas controladas, atreladas aos referidos índices. Qualquer aumento em qualquer um destes índices ou outras taxas aumentará as despesas da

Companhia e reduzirá os fundos disponíveis para as operações e futuras oportunidades de negócios. Aumentos nas taxas de juros também aumentarão os riscos resultantes dos significativos níveis de endividamento da Companhia.

Devido à relevância de suas operações fora do Brasil, a Companhia experimentou um aumento nos ganhos e perdas cambiais no curso normal dos negócios. As flutuações nas taxas de câmbio podem ter um impacto significativo na condição financeira da Companhia, uma vez que a dívida denominada em dólares americanos, euros e outras moedas estrangeiras são convertidas em reais para relatórios financeiros, e os fluxos de caixa gerados em outras moedas estrangeiras poderão ser usados, em parte, para serviço da parcela denominada em reais da dívida da Companhia. Essa flutuação pode resultar em um aumento da alavancagem geral e pode resultar em menos fluxo de caixa disponível para as operações, dispêndios de capital e reembolso de obrigações da Companhia.

Além disso, as flutuações nas taxas de câmbio de moeda estrangeira podem afetar o valor dos ativos estrangeiros da Companhia, conforme relatado em reais, e podem afetar adversamente os lucros relatados e, conseqüentemente, a comparabilidade dos resultados operacionais período a período. Mudanças nas taxas de câmbio podem afetar os preços relativos pelos quais a Companhia e seus concorrentes estrangeiros vendem produtos no mesmo mercado. Além disso, mudanças no valor das moedas relevantes podem afetar o custo de certos itens exigidos em operações da Companhia. Essas flutuações podem ter um efeito adverso relevante sobre a condição financeira ou resultados operacionais, ou causar flutuações significativas nos resultados trimestrais e anuais da Companhia.

Uma parcela das operações da Companhia é conduzida por joint ventures ou empresas coligadas que têm riscos próprios.

Algumas das operações da Companhia são realizadas por *joint ventures* ou empresas coligadas. Nas *joint ventures*, a Companhia compartilha o controle da entidade com um ou mais sócios que podem não ter os mesmos objetivos, recursos ou prioridades que a Companhia. Da mesma forma, os parceiros em empresas coligadas também podem não ter os mesmos objetivos, recursos ou prioridades que a Companhia. As operações das *joint ventures* e empresas coligadas estão sujeitas a acordos com os parceiros da Companhia que normalmente incluem formalidades organizacionais adicionais, bem como requisitos para compartilhar informações e tomada de decisão (conforme aplicável), podendo limitar a capacidade da Companhia em vender sua participação. Os riscos adicionais incluem um ou mais parceiros deixar de cumprir as obrigações contratuais, uma mudança no controle de qualquer um dos parceiros e a capacidade limitada de controlar ou influenciar significativamente (conforme o caso) a conformidade dos parceiros da Companhia com as leis aplicáveis, incluindo, mas não limitado às leis de anticorrupção aplicáveis. Quaisquer dessas ocorrências podem causar um efeito adverso relevante nos negócios, condição financeira, resultados operacionais e reputação da Companhia.

Adicionalmente, os riscos relacionados às controladas da Companhia são os mesmos relacionados à Companhia, conforme descritos no item (a) acima.

d. a seus administradores

Os interesses dos nossos administradores podem entrar em conflito com os interesses da Companhia.

A Companhia pode não ser capaz de identificar, por meio dos seus controles internos, decisões ou atos tomados por seus administradores que gerem um potencial conflito dos interesses destes com os interesses da Companhia, o que pode afetar adversamente os negócios da Companhia e sua condição financeira.

Os administradores podem descumprir a legislação anticorrupção, de combate à lavagem de dinheiro e ao tráfico de influência.

Os administradores podem cometer atos de corrupção, lavagem de dinheiro e tráfico de influência. Tais atos podem levar a suas prisões e conseqüentemente trazer conseqüências adversas à imagem da Companhia, resultando em perdas de negócios atuais e futuros e prejudicando sua condição financeira.

e. a seus fornecedores

Flutuações nos preços de matéria prima e/ou redução do número de fornecedores podem afetar adversamente a Companhia.

As operações da Companhia dependem da sua capacidade de adquirir matérias-primas (principalmente aço e alumínio) a preços competitivos. O preço desses materiais sofreu variações relevantes nos últimos anos, principalmente em razão das variações da demanda mundial. Caso o preço dessas matérias-primas sofra um acréscimo significativo e a Companhia não consiga repassar esse aumento ao preço de seus produtos ou reduzir seus custos operacionais para compensar esse aumento, a margem operacional da Companhia será reduzida.

Adicionalmente, a Companhia não pode garantir um abastecimento contínuo e adequado de matérias-primas para atender as suas necessidades de produção. Um aumento inesperado no consumo de matéria-prima pela Companhia e/ou por terceiros pode acarretar uma carência de matérias-primas, produtos ou serviços necessários à Companhia. Nesse caso, a Companhia pode não conseguir atender aos pedidos de seus clientes, o que poderia ocasionar um impacto significativo no desenvolvimento de suas operações e nos seus resultados, bem como prejudicar sua relação comercial com seus clientes.

f. a seus clientes

O setor automotivo representa 100% das vendas da Companhia. Parte significativa das receitas da Companhia é oriunda de um grupo reduzido de clientes. A perda de um cliente ou a redução de suas respectivas ordens de compra pode causar um efeito material adverso na Companhia.

O setor automotivo representa 100% da receita líquida de vendas e serviços da Companhia. Esse setor é caracterizado pelo forte poder de barganha dos produtores de veículos automotores em relação aos fornecedores em virtude do nível de concentração empresarial da produção de veículos automotores e da capacidade desses produtores de desenvolver fornecedores de peças, componentes, módulos, subsistemas e subconjuntos em todo o mundo.

A maior parte da receita líquida da Companhia está concentrada nas vendas para montadoras globais. Os clientes mais significativos da Companhia são o grupo Daimler, o grupo Traton (formado por diversas montadoras de caminhões), Ford, grupo Volkswagen e grupo Stellantis. Nos últimos anos, a Companhia obteve cerca de 50% de sua receita líquida de vendas diretas aos seus cinco principais clientes. A perda de um cliente significativo ou a redução no pedido de compra de um desses clientes pode causar um efeito adverso relevante na Companhia.

As relações com os clientes da Companhia regem-se, na sua maioria, pelos termos e condições gerais por eles elaborados. A Companhia pode não ser capaz de manter suas relações comerciais com esses clientes nos níveis atuais. Além disso, esses clientes podem sofrer declínio de suas vendas por perda da sua participação no mercado ou outros fatores incertos ou imprevisíveis, como o que ocorreu quando da pandemia da COVID-19, e a atual escassez de semicondutores, resultando na redução da demanda pelos produtos da Companhia, considerando que os clientes da Companhia

não são obrigados a comprar nenhuma quantidade mínima. As vendas da Companhia dependem da performance comercial dos veículos que utilizam seus produtos. Se a Companhia não mantiver seu nível atual de negócios com seus maiores clientes, devido a um declínio nas necessidades de produção destes ou da expiração dos contratos ou sua rescisão por conveniência dos clientes, a Companhia precisará atrair novos clientes ou conquistar novos negócios com os clientes existentes, ou os resultados operacionais e a condição financeira da Companhia serão adversamente afetados. No passado, alguns dos clientes da Companhia buscaram recuperação judicial a fim de evitar a falência e isto pode voltar a ocorrer. Tal ocorrência poderia resultar em mudanças adversas nos níveis de produção, e nos preços e condições de pagamento desses clientes, podendo limitar a capacidade da Companhia de cobrança de seus créditos. Além disso, os clientes da Companhia podem, a qualquer momento, exercer pressão para a redução dos preços cobrados pela Companhia. A capacidade de negociação da Companhia em relação a certos clientes pode ser limitada e as reduções de preços podem ter um impacto significativo nos resultados operacionais da Companhia. A inadimplência por parte dos clientes da Companhia pode ter um efeito adverso relevante nos resultados da Companhia. Efeitos adversos por força de eventual baixa performance do setor automotivo, concentração da carteira de clientes da Companhia, redução da demanda pelos produtos da Companhia e/ou capacidade financeira dos clientes da Companhia poderão causar um efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

g. aos setores da economia nos quais o emissor atue

Os setores nos quais a Companhia opera são cíclicos e dependentes das condições das economias brasileira e mundial.

O setor de autopeças tem historicamente apresentado, e provavelmente continuará a apresentar, ciclos de crescimento e retração. A indústria e os mercados que a Companhia atende estão sujeitos a variações decorrentes de fatores que estão fora de seu controle, incluindo fatores relacionados às condições das economias brasileira e mundial, preços de matéria-prima, bem como nível dos estoques e cronogramas de produção da indústria automotiva, demanda de veículos e preferências (que podem ser afetados por uma série de fatores, incluindo custos de combustível, níveis de emprego e disponibilidade de financiamento ao consumidor final). A demanda por produtos da Companhia flutua de acordo com o volume da produção automotiva. A ocorrência de ciclos de retração no futuro poderá afetar adversamente os resultados da Companhia.

O setor de autopeças requer uso intensivo de capital para investimentos e seu crescimento pode demandar recursos adicionais que poderão não estar disponíveis ou estar disponíveis em condições não satisfatórias.

As operações da Companhia necessitam de um volume relevante de capital, principalmente para a implementação de seus programas de manutenção e investimentos. Parte do capital que utiliza em suas atividades decorre de endividamento financeiro da Companhia. A Companhia poderá necessitar de recursos adicionais para assegurar seu crescimento e o desenvolvimento de seus negócios, os quais poderão ser obtidos por meio de emissão de novas ações, emissão de títulos de dívida ou empréstimos bancários, tanto no mercado local quanto internacional. Instrumentos de crédito poderão conter cláusulas e condições que imponham obrigações restritivas à Companhia, sob pena de vencimento antecipado das respectivas dívidas, o que poderá restringir sua autonomia e capacidade de contrair novos empréstimos, prejudicando assim sua capacidade de realizar novos investimentos e podendo afetar o desempenho da Companhia no futuro. Caso a Companhia não consiga, no futuro, obter novos financiamentos ou financiamentos em condições a ela favoráveis, ou cumprir os termos e condições das obrigações contidas em seus instrumentos de dívida, seus negócios e resultados poderão ser adversamente afetados.

A Companhia enfrenta competição em determinadas áreas de seus negócios. O excesso da capacidade global nos mercados das rodas de aço e alumínio resultou e pode vir a resultar em intensa competição e pode, no futuro, causar pressão negativa sobre os preços.

A Companhia compete no Brasil e no exterior com outros fornecedores de bens e serviços no setor automotivo, sendo que alguns competidores podem possuir capacidade financeira e de investimentos maior do que a da Companhia. Para que permaneça competitiva, a Companhia deverá continuar realizando investimentos em suas plantas, no suporte e na assistência pós-venda aos seus clientes, além de manter um relacionamento favorável com seus clientes. Os concorrentes da Companhia podem desenvolver produtos de qualidade superior, produzir produtos semelhantes a um custo menor ou se adaptarem mais rapidamente às novas tecnologias ou às necessidades do cliente. Como resultado, os produtos da Companhia podem não ser capazes de competir com sucesso. Caso a Companhia não tenha recursos suficientes para manter tais investimentos ou, de outra forma, não consiga competir satisfatoriamente, poderá ser adversamente afetada.

A Companhia enfrenta forte concorrência de um grupo concentrado de concorrentes no Brasil e no exterior. A participação no mercado pode ser reduzida se a Companhia não conseguir permanecer competitiva, principalmente em relação a preços. Esse ambiente altamente competitivo pode limitar a capacidade de crescimento da Companhia e pressionar os preços dos produtos, reduzindo as receitas e afetando adversamente as operações da Companhia como um todo.

As indústrias brasileira e global de rodas de aço e rodas de alumínio têm, nos últimos tempos, sido caracterizadas pelo excesso de capacidade, o que pode ter um impacto negativo nos preços que a Companhia cobra a seus clientes. O excesso de capacidade global já resultou em altos níveis de importação de rodas de aço pelos Estados Unidos e Europa, exercendo pressão negativa nos preços e resultando, em alguns momentos, em uma forte redução das margens brutas.

Além disso, fabricantes de rodas de aço foram, no passado, acusados de praticar *dumping* de seus produtos nos Estados Unidos e na Europa, em violação às leis de comércio internacional. Se medidas futuras não proporcionarem proteção contra práticas desleais de concorrência ou, se as leis de proteção concorrenciais forem enfraquecidas, poderá ocorrer um aumento na importação de rodas de aço pelos Estados Unidos ou Europa, o que poderia causar um efeito adverso relevante na situação financeira, nos resultados operacionais e nos negócios da Companhia.

A intervenção governamental nos países onde a Companhia tem operações pode exercer influência significativa sobre a economia desses países. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e política desses países podem vir a afetar adversamente as operações e/ou situação financeira da Companhia.

A economia mundial tem sido marcada por frequentes, e por vezes significativas, intervenções dos governos em relação às políticas monetárias, de crédito, fiscais e outras.

Tem-se visto com certa frequência a implementação de medidas que envolvam alterações nas taxas de juros, mudanças nas políticas fiscais, valorizações ou desvalorizações de suas moedas, controle de preços, controle no fluxo de capital e determinados limites ou restrições sobre as mercadorias e serviços.

Recentemente, os governos também intervieram nas atividades econômicas por questões de salubridade pública. Por força da pandemia causada pela COVID-19, vários governos impuseram restrições a produção, comércio e transporte de mercadorias, inclusive estabelecendo *lockdown*, ou seja, exigência de que as pessoas, salvo determinados casos, permanecessem em suas residências. A Companhia não pode prever tais eventos e não possui controle sobre as medidas que os governos poderão adotar no futuro.

Os negócios, situação financeira, resultados operacionais e perspectivas da Companhia, bem como o valor de mercado das ações de sua emissão, podem ser adversamente afetados por mudanças nas políticas públicas e/ou regulamentações nos países em que atua em relação a determinados fatores, incluindo:

- Taxas de juros;
- Controles cambiais e restrições sobre remessas ao exterior;
- Variações nas taxas de câmbio;
- Inflação;
- Liquidez no mercado doméstico financeiro, de capitais e de linha de crédito;
- Alterações na legislação fiscal;
- Taxas de serviços públicos;
- Outros acontecimentos políticos, sociais e/ou econômicos.

A incerteza quanto à implementação de mudanças nas políticas e normas governamentais, que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro, pode contribuir para a incerteza econômica mundial e para o aumento da volatilidade do mercado brasileiro de valores mobiliários e dos valores mobiliários emitidos no exterior por companhias brasileiras.

Eventos adversos nas economias de outros países podem afetar negativamente a economia brasileira, os negócios da Companhia e o valor de mercado dos valores mobiliários brasileiros, incluindo as ações de emissão da Companhia, além de limitar seu acesso aos mercados internacionais.

O mercado de valores mobiliários brasileiro é influenciado, em diferentes níveis, pelas condições econômicas e de mercado existentes em outros países e regiões, como Estados Unidos, Europa e China, bem como países da América Latina e países de economia emergente. As condições econômicas adversas nos países de economia emergente geralmente resultam em saídas significativas de fundos do Brasil.

A reação dos investidores frente aos acontecimentos em outros países pode representar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários emitidos pelas empresas brasileiras, incluindo as ações de emissão da Companhia. A crise em outros países pode dificultar o acesso da Companhia aos mercados de capital e o financiamento de suas operações em termos aceitáveis, podendo causar um efeito adverso relevante nos seus resultados operacionais, no preço das ações de sua emissão e na sua situação financeira.

Os seguimentos em que a Companhia atua estão sujeitos a rápidos avanços tecnológicos.

Os segmentos em que a Companhia atua estão sujeitos a rápidos e constantes avanços tecnológicos. Seus resultados positivos dependem da capacidade da Companhia de continuar a desenvolver melhorias em seus processos e produtos e oferecer aos clientes soluções inovadoras que respondam às rápidas mudanças de padrão tecnológico e às expectativas do mercado em geral. Caso não seja capaz de desenvolver melhorias tecnológicas e novos padrões tecnológicos, seja por incapacidade de obtenção de recursos ou de retenção e contratação de pessoal capacitado, a Companhia poderá ser adversamente afetada.

h. à regulação dos setores em que o emissor atue

A Companhia está sujeita a riscos associados ao não cumprimento das leis e regulamentação aplicáveis à indústria em geral e pode ser adversamente afetada pela imposição de multas ou outros tipos de sanções.

O setor em que a Companhia atua não está sujeito a regulação específica. De todo modo, a Companhia está sujeita às leis e regulamentação gerais aplicáveis às atividades industriais, tais como fiscal, ambiental, concorrencial, trabalhista, de saúde e segurança do trabalho, dentre outras. A Companhia pode estar sujeita a investigações e procedimentos pelas autoridades por supostas infrações a essas leis. Se for constatada violação a tais leis e regulamentos, poderão ser aplicadas penalidades, multas e sanções, o que, por sua vez, poderá causar um efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira e resultados operacionais da Companhia. Para maiores informações acerca de investigações em curso em que a Companhia está envolvida, favor consultar o item 4.7 deste Formulário de Referência.

Mudanças futuras na legislação e regulamentos aplicáveis aos negócios da Companhia também podem resultar em um aumento de suas despesas, afetar negativamente a rentabilidade de seus negócios, aumentar os preços dos produtos, restringir a capacidade de realizar determinados negócios e fazer com que seus resultados financeiros sejam substancial e negativamente afetados.

A Companhia está sujeita a riscos associados ao não cumprimento das leis e regulamentos anticorrupção, antissuborno e lavagem de dinheiro e pode ser adversamente afetada pela imposição de multas ou outros tipos de sanções.

A Companhia está sujeita à Lei nº 12.846/13, ou Lei Anticorrupção Brasileira, que impõe responsabilidade civil e administrativa às empresas por atos praticados contra a administração pública nacional ou internacional por seus administradores, empregados ou terceiros em seu nome. As sanções por violações da Lei Anticorrupção Brasileira incluem: (1) multas, (2) perda dos bens, direitos ou valores obtidos ilegalmente, (3) suspensão total ou parcial das operações, (4) proibição de contratar ou receber benefícios ou incentivos fiscais e de crédito de entidades públicas, qualquer uma das quais pode causar um efeito adverso relevante na Companhia.

A Companhia está sujeita às leis e regulamentos anticorrupção, antissuborno e lavagem de dinheiro, que incluem a lei anticorrupção dos E.U.A., ou FCPA, e a lei anticorrupção do Reino Unido (*UK Bribery Act 2010*), bem como legislação semelhante em muitos dos países em que a Companhia opera. A Companhia pode estar sujeita a investigações e procedimentos pelas autoridades por supostas infrações a essas leis.

Se qualquer uma das controladas ou funcionários da Companhia se envolverem em práticas comerciais fraudulentas, corruptas ou desleais ou de outra forma violar as leis, regulamentos ou controles internos aplicáveis, a Companhia pode estar sujeita a uma ou mais ações de execução ou ser considerado que a Companhia violou tais leis, o que pode resultar em penalidades, multas e sanções e, por sua vez, causar um efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

A Companhia pode não ser capaz de detectar ou prevenir: (1) violações da Lei Anticorrupção Brasileira ou quaisquer leis semelhantes, (2) comportamento fraudulento e desonesto cometido por acionistas, administradores, funcionários da Companhia ou quaisquer terceiros contratados para representar a Companhia ou (3) qualquer outro comportamento que não seja consistente com os princípios éticos. Uma falha de tal detecção ou prevenção pode causar um efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

A Companhia está sujeita a riscos associados ao não cumprimento dos regulamentos gerais de proteção de dados e pode ser adversamente afetada pela imposição de multas ou outros tipos de sanções.

A Companhia está sujeita aos regulamentos gerais de proteção de dados nos países onde opera. No curso normal dos negócios, recebe, processa, transmite e armazena informações relacionadas a indivíduos identificáveis ou dados pessoais, como funcionários e representantes dos clientes e

fornecedores da Companhia. Como resultado, a Companhia está sujeita a várias leis e regulamentos relativos a proteção de dados pessoais. Essas leis estão sujeitas a mudanças frequentes e nova legislação nesta área pode ser promulgada em outras jurisdições a qualquer momento. Por exemplo, a Companhia está sujeita ao Regulamento Geral de Proteção de Dados (UE) 2016/679, ou GDPR, que entrou em vigor em maio de 2018 para todos os estados membros da União Europeia. O GDPR, bem como quaisquer outras alterações nas leis de proteção de dados pessoais existentes e a introdução de tais leis em outras jurisdições, sujeitaram e podem continuar a sujeitando a Companhia a, entre outras coisas, custos e despesas adicionais. Especificamente no Brasil, a Lei nº 13.709/2018, conforme alterada pela Lei nº 13.853/2019, conhecida como Lei Geral de Proteção de Dados, ou LGPD, regulamenta as práticas relacionadas ao processamento de dados pessoais no Brasil, por meio de um sistema de regras que afeta todos os setores da economia e prevê, entre outras medidas, os direitos dos titulares de dados pessoais, casos em que é permitido o tratamento de dados pessoais (bases jurídicas), obrigações e requisitos relacionados com incidentes de segurança da informação, violação de dados pessoais e a transferência de dados pessoais e estabelece, ainda, sanções pelo não cumprimento das suas disposições. Além disso, a LGPD autorizou a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados, ou ANPD, responsável pela elaboração de diretrizes e aplicação de sanções administrativas, em caso de descumprimento da LGPD.

Embora a maior parte das disposições da LGPD tenham entrado em vigor em 18 de setembro de 2020, suas sanções administrativas (artigos 52, 53 e 54), somente se tornaram aplicáveis em 1º de agosto de 2021, nos termos da Lei nº 14.010/2020. Neste cenário (anterior à entrada em vigor das sanções administrativas previstas na LGPD), o descumprimento de quaisquer disposições previstas em tal norma traz os seguintes riscos: (1) ações individuais ou coletivas visando a reparação de danos decorrentes de violações, baseadas não apenas na LGPD, mas na esparsa e setorial legislação sobre proteção de dados ainda em vigor; e (2) a imposição das penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor e no Marco Civil do Uso da Internet por alguns órgãos de defesa do consumidor, por já terem atuado nesse sentido, mesmo antes da data de vigência da LGPD e da estruturação efetiva da ANPD, principalmente nos casos de incidentes de segurança que resultem em acesso indevido aos dados pessoais.

Portanto, as falhas na proteção dos dados pessoais que a Companhia processa, bem como a não adaptação à legislação aplicável, podem resultar em multas elevadas, divulgação do incidente ao mercado, eliminação de dados pessoais da base de dados, e até mesmo a suspensão de atividades, o que pode causar um efeito adverso relevante nas operações, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

A Companhia não pode garantir que seus esforços de conformidade com a LGPD serão considerados apropriados ou suficientes pelas autoridades regulatórias ou pelos tribunais. Além disso, como a LGPD exige regulamentação adicional da ANPD com relação a vários aspectos da lei, que ainda são desconhecidos, a Companhia pode ser obrigada a mudar as práticas comerciais e a implementar medidas adicionais para adaptar as atividades de processamento de dados pessoais. Isso pode causar um efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira ou resultados operacionais da Companhia.

De acordo com a LGPD, a Companhia também pode ser responsabilizada por violações cometidas por seus fornecedores e parceiros de negócios quando eles estão processando dados pessoais em nome da Companhia. A Companhia não pode garantir que todos os fornecedores e parceiros de negócios cumpram os regulamentos gerais de proteção de dados e que não realizarão quaisquer atos ilícitos ao processar dados pessoais. Tais violações podem causar um efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

i. aos países estrangeiros onde o emissor atue

A Companhia está sujeita a riscos substanciais relacionados ao desempenho da economia global, incertezas políticas, instabilidade social e desempenho da economia nas jurisdições fora do Brasil.

Em decorrência de sua presença global, a Companhia está exposta a riscos substanciais associados à performance da economia global. Em geral, a demanda por produtos e serviços automotivos está diretamente relacionada à força da economia global. Portanto, a receita e os resultados operacionais da Companhia foram e poderão ser influenciados, em certa medida, pelo estado geral e desempenho da economia global. A potencial instabilidade social, política, jurídica e econômica pode representar riscos significativos à capacidade de a Companhia conduzir seus negócios e expandir as atividades em determinados mercados. Inerente às operações internacionais está o risco de qualquer das seguintes circunstâncias poderem afetar as operações: (1) infraestrutura subdesenvolvida; (2) falta de gestão qualificada ou pessoal adequadamente treinado; (3) controles de câmbio, flutuações e desvalorizações das taxas de câmbio; (4) inflação; (5) mudanças nas condições econômicas locais; (6) restrições governamentais ao investimento estrangeiro, transferência ou repatriação de fundos (particularmente na China e Argentina); (7) medidas comerciais protecionistas, tais como medidas *anti-dumping*, cobranças, tarifas ou embargos; (8) proibições ou restrições sobre aquisições ou *joint ventures*; (9) mudanças nas leis ou regulamentos e ações governamentais imprevisíveis ou ilegais; (10) a dificuldade de fazer cumprir acordos e cobrar recebíveis por meio de sistemas jurídicos estrangeiros; (11) variações na proteção da propriedade intelectual e outros direitos legais; (12) potencial nacionalização de empresas ou outras expropriações sem justa compensação; e (13) agitação política ou social ou atos de sabotagem ou terrorismo. Se um ou mais dos acontecimentos acima descritos ocorrer, a Companhia poderá ser afetada adversamente.

Uma parte dos negócios da Companhia vem de mercados europeus. A deterioração da dívida soberana de vários países da Zona do Euro nos últimos anos, aliada ao risco de que estas crises de dívida soberana tenham consequências adversas em outros países mais estáveis, particularmente França e Alemanha, aumentaram a incerteza quanto à estabilidade e situação geral da União Monetária Europeia. A preocupação de que a crise da dívida da Zona do Euro possa se agravar pode levar à reintrodução das moedas nacionais em um ou mais países da Zona do Euro ou, em circunstâncias particularmente drásticas, ao abandono do Euro.

A saída do Reino Unido da União Europeia, ou Brexit, é um exemplo de um fator macroeconômico significativo que pode afetar os negócios da Companhia. Embora os membros da União Europeia e do Reino Unido tenham assinado um acordo de comércio e cooperação em dezembro de 2020 para regular as relações comerciais, não há garantia de que esse acordo será implementado em sua totalidade. Quaisquer questões relacionadas à implementação deste acordo ou quaisquer outros aspectos do Brexit podem afetar adversamente as condições econômicas e de mercado na Europa e em todo o mundo e podem contribuir para a instabilidade nos mercados financeiros globais.

No México, a instabilidade política tem sido um fator determinante para o investimento empresarial. Mudanças significativas nas leis, políticas públicas e/ou regulamentações podem afetar a situação política e econômica do México, o que pode afetar adversamente os negócios da Companhia. Por exemplo, o recentemente promulgado Acordo Estados Unidos-México-Canadá, ou USMCA, poderia ter um impacto adverso na economia do México. Tarifas novas ou mais altas sobre produtos exportados do México para os Estados Unidos, ou modificações materiais do USMCA ou ação do consumidor dirigida contra automóveis, fabricados no México, podem levar a Companhia a mudar a estratégia no México.

As operações na Turquia estão sujeitas a certos riscos relacionados à localização geográfica do país e instabilidade política. Uma parte significativa da população da Turquia e a maioria de seus recursos econômicos estão localizados em uma zona de risco de terremoto de primeiro grau (isto é, a zona com o maior nível de risco de danos por terremotos). A ocorrência de um forte terremoto pode afetar

adversamente a fábrica localizada na Turquia, o que pode causar uma interrupção e/ou ter um efeito adverso relevante nos negócios da Companhia, condição financeira e resultados operacionais.

O setor automotivo pode ser impactado pelas tensões geopolíticas e comerciais, como resultado desse enfrentamento, o governo norte-americano implementou uma série de políticas tarifárias com o objetivo de reduzir seu déficit comercial com outros países. A adoção dessas tarifas pode gerar efeitos adversos diretos e indiretos sobre as operações da Companhia.

j. as questões sociais

Desafios nas relações com as forças sindicais podem afetar a relação e reputação da Companhia em diversas regiões.

A maior parte da força de trabalho é sindicalizada e é possível, no futuro, que a força de trabalho se torne ainda mais sindicalizada. Em geral, a Companhia negocia acordos coletivos de trabalho anuais com os sindicatos (podendo variar conforme o sindicato e/ou região), e os aumentos salariais também são aplicados anualmente. A Companhia pode não conseguir prever de forma assertiva o resultado dessas negociações e se quaisquer diferenças significativas surgirem durante essas negociações, ou quaisquer outros conflitos significativos surgirem, os negócios, situação financeira, resultados operacionais e perspectiva da Companhia podem ser adversamente afetados.

k. questões ambientais

A não renovação ou manutenção das licenças e autorizações da Companhia pode impactar as suas operações e atrasar as suas entregas.

As operações da Companhia dependem de licenças e autorizações exigidas pela legislação aplicável, tais como regulamentações ambientais, de construção e de zoneamento e vizinhança, que estão sujeitas ao poder concedente das autoridades governamentais competentes e à supervisão de órgãos governamentais. Qualquer falha ou atraso na obtenção ou renovação de tais licenças e/ou autorizações, ou qualquer embargo ou cancelamento de tais licenças e/ou autorizações, por qualquer motivo, incluindo como resultado de interrupções ou restrições na operação por parte de autoridades governamentais, como o que ocorreu em decorrência da pandemia da COVID-19, e outras circunstâncias além do controle da Companhia pode levar ao atraso, interrupção ou suspensão das atividades industriais, o que pode causar um efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira e resultados operacionais da Companhia. No ano de 2024, seguindo com o compromisso de fomentar a responsabilidade ambiental, foi finalizada a certificação EcoVadis. Esta avaliação analisa o desempenho da Companhia no que tange a sustentabilidade empresarial. A utilização desta certificação permite a competitividade entre outras empresas, uma vez que, a EcoVadis oferece uma assinatura onde permite que as empresas avaliem o desempenho de seus parceiros.

Os equipamentos, instalações e operações da Companhia estão sujeitos a vários regulamentos ambientais que podem se tornar mais rígidos no futuro e resultar em maiores obrigações e maiores investimentos de capital.

As operações da Companhia estão sujeitas à legislação relativa à proteção do meio ambiente, que sujeita a Companhia à obtenção de licenças e autorizações de autoridades governamentais para suas atividades, bem como à observância a padrões ambientais, tais como aqueles relacionados às emissões derivadas de nossas operações. A aprovação de leis e regulamentos mais rigorosos em relação à proteção do meio ambiente pode resultar na necessidade de destinar maiores investimentos de capital a este item, alterando a destinação de recursos de investimentos planejados.

De acordo com a regulamentação aplicável, autoridades governamentais poderão eventualmente obrigar a Companhia a tomar medidas relacionadas ao meio ambiente, tais como medidas de

remediação e recuperação de áreas ambientais, assim como redução de riscos às comunidades vizinhas eventualmente afetadas. As sanções podem incluir, ainda, a imposição de multas pecuniárias relevantes, a suspensão e revogação de licenças, assim como a suspensão temporária ou definitiva das atividades da Companhia.

Além disso, caso a Companhia não observe a legislação relativa à proteção do meio ambiente, poderá ainda sofrer a imposição de sanções penais, as quais podem incluir, entre outras, penas privativas de liberdade aos responsáveis, interdição da atividade, a perda ou restrição de incentivos fiscais e o cancelamento e a suspensão de linhas de financiamento de estabelecimentos oficiais de crédito, assim como a proibição de contratar com o poder público.

As atividades da Companhia podem estar localizadas em áreas com restrições de caráter ambiental impostas pelo poder público, bem como em zonas ou regiões que apresentem relevante interesse ambiental e cultural, e vizinhas a áreas de uso residencial, sujeitando-se à observância de restrições e normas ambientais específicas, além da necessidade de constante diálogo com as comunidades e órgãos ambientais envolvidos. A operação dos empreendimentos da Companhia também se sujeita às normas de ordenamento territorial, podendo resultar, por exemplo, no aumento dos investimentos necessários para mitigação e compensação de impactos ambientais decorrentes das suas atividades.

As questões acima podem causar um efeito adverso relevante nos negócios, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

I. questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição

As mudanças climáticas e a escassez de recursos naturais podem afetar as operações da Companhia.

Os eventos climáticos extremos, , têm sido cada vez mais constantes e em diferentes regiões do planeta, o que vem aumentando a imprevisibilidade dos regimes de chuva, bem como a sazonalidade do clima e das temperaturas nas diferentes estações do ano. Esses eventos podem causar a escassez, falta de recursos, variações significativas dos preços de recursos como água, energia e gás natural, que são essenciais para o processo produtivo da Companhia. Além disso, podem resultar em paralisações de suas operações em decorrência de intempéries que impactem diretamente as unidades produtivas da Companhia ou indiretamente ao afetar seus fornecedores e clientes.

A Companhia possui o compromisso de tornar-se neutro em carbono até 2040

A Companhia entende a necessidade de estar inserida nas discussões do tema, e, portanto, tem atuado de forma a colaborar com as metas mundiais reconhecidas pelo acordo de Paris, possuindo um plano de descarbonização até 2040, com o fim de atuar como um fornecedor neutro em carbono para a cadeia automotiva. Caso a Companhia não consiga desenvolver iniciativas, acessar novas tecnologias e materiais que auxiliem no atingimento da meta de descarbonização e redução das emissões, isso pode afetar negativamente a imagem da Companhia e consequentemente suas operações.

m. outras questões não compreendidas nos itens anteriores

A Companhia entende que não existem outras questões que não foram compreendidas ou abordadas nos itens anteriores.

4.2 DESCRIÇÃO DOS 5 (CINCO) PRINCIPAIS FATORES DE RISCO

Indicar os 5 (cinco) principais fatores de risco, dentre aqueles enumerados no campo 4.1, independentemente da categoria em que estejam inseridos

1. A atividade da Companhia apresenta riscos operacionais que, se materializados, podem resultar na paralisação de suas atividades e impactar adversamente os seus resultados e condição financeira.
2. O valor total do endividamento financeiro da Companhia e seu respectivo pagamento, do principal e encargos, demandará uma quantidade significativa do caixa gerado pela Companhia.
3. Flutuações nos preços de matéria prima e/ou redução do número de fornecedores podem afetar adversamente a Companhia.
4. Falhas inesperadas de equipamentos, atrasos nas entregas ou eventos inesperados em qualquer das plantas da Companhia podem levar a reduções ou paralizações da produção ou a perda de clientes.
5. Qualquer deterioração nas relações com os funcionários da Companhia ou aumento dos custos da mão de obra pode ter um impacto negativo nos negócios, situação financeira, resultados e perspectivas da Companhia.

4.3 DESCRIÇÃO DOS PRINCIPAIS RISCOS DE MERCADO

A Companhia está sujeita a diversos riscos de mercado, sendo os principais: (i) risco de competitividade, (ii) risco de crédito e de liquidez, (iii) riscos cambiais e de taxa de juros e (iv) risco comercial, abaixo descritos.

Risco de competitividade

Os preços dos insumos utilizados pela Companhia, em sua maioria aço e alumínio, são influenciados pelas oscilações na demanda global, variações na quantidade dos metais extraídos e pelos custos de logística e estocagem, além das condições particulares nos mercados específicos de comercialização.

Uma parcela significativa das operações da Companhia depende da sua capacidade em adquirir aço e alumínio a preços competitivos. Caso o preço dos insumos tenha uma variação significativa, a margem de lucro poderá ser reduzida, afetando adversamente os resultados operacionais da Companhia.

Risco de crédito e de liquidez

O risco de crédito e liquidez decorre da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

O quadro a seguir representa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento:

Exercício Social (31/12/2024) Endiv. Bancário

Tipo de Dívida	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Garantia Real	R\$ 78.651.000	R\$ 142.967.000	R\$ 738.422.000	R\$ -	R\$ 960.040.000
Quirografárias	R\$ 536.058.000	R\$ 954.009.000	R\$ 3.689.763.000	R\$ 248.891.000	R\$ 5.428.721.000
			0		0
		R\$ 1.096.976.000	R\$ 4.428.185.000		R\$ 6.388.761.000
Total	R\$ 614.709.000	0	0	R\$ 248.891.000	0

Observação: As informações prestadas neste item se referem às demonstrações financeiras consolidadas do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Conforme demonstrado no quadro acima, o prazo de vencimento não está equalizado em cada uma das faixas de vencimento, entre 4% e 69% do total do endividamento. Do montante do endividamento com prazo de vencimento inferior a 1 ano, cerca de 46% deverão ser pagos com recurso próprios da Companhia (caixa, equivalente de caixa e geração futura), que somavam ao final do exercício de 2024, R\$ 2.463,5 milhões, e 54% refinanciado através de captação com bancos e mercado de capitais.

Riscos cambiais e de taxa de juros

Grande parte das receitas líquidas de vendas da Companhia são provenientes de suas operações em mercados estrangeiros, tornando o resultado operacional da Companhia no Brasil sujeito a variações na taxa de câmbio entre o Real e as moedas estrangeiras correntes nos países em que a Companhia atua, especialmente o Dólar e o Euro. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a receita líquida proveniente de vendas com preços denominados em moedas estrangeiras representou 71,6% da receita total.

As contas patrimoniais consolidadas denominadas em moeda estrangeira podem ser afetadas significativamente pela variação das taxas de câmbio, especialmente em relação à participação da Companhia em controladas sediadas no exterior.

Adicionalmente, a Companhia no Brasil pode ser diretamente e pontualmente afetada pela taxa de câmbio, o que pode refletir negativamente nas despesas financeiras em relação a (i) empréstimos e financiamentos, (ii) contas a receber de clientes e (iii) contas a pagar denominados em moeda estrangeira no Brasil.

Em 31 de dezembro de 2024, a parcela dos empréstimos e financiamentos denominada em moedas estrangeiras representava aproximadamente 56,7% do total de empréstimos e financiamentos consolidados da Companhia.

O Caixa e equivalentes de caixa consolidado, ao final do exercício social de 2024, era de R\$ 2.463,5 milhões, sendo 48,0% em Reais e 52,0% em outras moedas.

As principais exposições às quais a Companhia e suas controladas estão sujeitas, no tocante às variações cambiais, são apresentadas na tabela abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo:				
Contas a receber de clientes (i)	16.204	25.024	1.304.418	1.198.784
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	288.293	147.156
Partes relacionadas no exterior	27.998	28.768	-	-
Total do ativo	44.202	53.793	1.592.711	1.345.940
Passivo:				
Empréstimos e financiamentos (ii)	668.288	387.229	3.624.508	3.705.477
Fornecedores (iii)	8.139	2.910	1.847.583	1.532.943
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	236	4.310

Partes relacionadas no exterior	-	19	-	-
Total do passivo	676.427	390.158	5.472.327	5.242.730
Exposição líquida	(632.225)	(336.365)	(3.879.616)	(3.896.790)
(-) Controladas no exterior com moeda funcional local	-	-	3.219.332	3.531.702
(-) Hedge de Investimento Líquido no Exterior	667.474	387.304	667.474	387.304
Total da exposição para fins de análise de sensibilidade	35.249	50.939	7.190	22.216

(i) No consolidado, em 31 de dezembro de 2024, 90,0% (95,1% em 31 de dezembro de 2023) referem-se a contas a receber de clientes mantidas pelas controladas localizadas no exterior, denominadas em dólares norte-americanos, euros e yuans.

(ii) No consolidado, em 31 de dezembro de 2024, do saldo total de empréstimos, financiamentos e debêntures, 56,7 % (54,8 % em 31 de dezembro de 2023) referem-se aos empréstimos contratados em moeda local das controladas localizadas no exterior, denominados em dólares norte-americanos, conforme demonstrado na nota explicativa nº 15.

(iii) No consolidado, em 31 de dezembro de 2024, 81,6% (80,4 % em 31 de dezembro de 2023) referem-se a fornecedores mantidos pelas controladas localizadas no exterior denominados em dólares norte-americanos, euros e yuans.

O risco de taxas de juros decorre da possibilidade da Companhia estar sujeita aos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros, contratados a taxas de juros flutuantes, como TERM SOFR, Euribor e o CDI, e índices de preços e de correção monetária, como o IGP-M.

O aumento das taxas de juros e índices de preços e de correção pode causar o aumento do endividamento da Companhia, afetando adversamente os seus resultados.

A exposição da Companhia e suas controladas aos diferentes indexadores financeiros em 31 de dezembro de 2024 está apresentada na tabela abaixo:

	Cenários		
Empréstimos e financiamentos - CDI	Provável	Possível	Remoto
CDI em 31 de dezembro de 2024	12,15%	15,19%	18,23%
Empréstimo indexados - CDI - R\$100.000			
Despesa financeira estimada	12.150	15.190	18.230
Efeito - perda		(3.040)	(6.080)
	Cenários		
Empréstimos e financiamentos - SELIC	Provável	Possível	Remoto

SELIC em 31 de dezembro de 2024	12,25%	15,31%	18,38%
Empréstimo indexados - SELIC - R\$196.000			
Despesa financeira estimada	24.010	30.008	36.025
Efeito - perda		(5.998)	(12.015)
	Cenários		
Empréstimos e financiamentos - SOFR 3 meses	Provável	Possível	Remoto
SOFR 3 meses em 31 de dezembro de 2024	4,69%	5,86%	7,04%
Empréstimo indexado - SOFR 3 meses - R\$105.269			
Despesa financeira estimada	4.939	6.169	7.411
Efeito - perda		(1.230)	(2.472)
	Cenários		
Empréstimos e financiamentos - SOFR 6 meses	Provável	Possível	Remoto
SOFR 6 meses em 31 de dezembro de 2024	5,03%	6,28%	7,54%
Empréstimo indexado - SOFR 6 meses - R\$123.846			
Despesa financeira estimada	6.227	7.778	9.338
Efeito - perda		(1.551)	(3.111)
	Cenários		
Empréstimos e financiamentos - EURIBOR 3 meses	Provável	Possível	Remoto
EURIBOR 3 meses em 31 de dezembro de 2024	2,71%	3,39%	4,07%
Empréstimo indexado - EURIBOR 3 meses - R\$83.747			

Despesa financeira estimada	2.273	2.839	3.408
Efeito - perda		(566)	(1.135)
	Cenários		
Debêntures - CDI	Provável	Possível	Remoto
CDI em 31 de dezembro de 2024	12,15%	15,19%	18,22%
Debêntures indexadas - 100% do CDI - R\$2.200.000			
Despesa financeira estimada	267.300	334.180	400.840
Efeito - perda		(66.880)	(133.540)
	Cenários		
Aplicações financeiras - CDI	Provável	Possível	Remoto
CDI em 31 de dezembro de 2024	12,29%	9,22%	6,14%
Aplicações financeiras - 101,1% do CDI - R\$1.181.469			
Receita financeira estimada	145.202	108.931	72.542
Efeito - perda		(36.271)	(72.660)

Risco comercial

Toda a receita da Companhia e suas controladas é resultante das vendas de produtos para o segmento automotivo. Um segmento é caracterizado por um ambiente econômico particular, o qual está sujeito a riscos e remunerações que são diferentes daqueles de outros segmentos. Desta forma, a redução na demanda do mercado automotivo poderá refletir na diminuição das vendas, podendo impactar diretamente o resultado operacional da Companhia e de suas controladas.

Das vendas efetuadas pela Companhia e suas controladas em 2024, 95,6% foram vendas diretas para montadoras de veículos, e 4,4% vendas para o mercado de reposição.

Risco de concentração

Os produtos da Companhia e de suas controladas são usualmente vendidos mediante ordens de compra de valores relevantes, colocadas periodicamente por um número concentrado de clientes, que representam um volume significativo de suas vendas. Atualmente, cerca de 77% da sua receita operacional é concentrada em dez clientes. A perda de um cliente relevante ou a redução do volume adquirido por este poderá afetar negativamente a Companhia e suas controladas.

Risco de flutuação nos preços de aço e alumínio

Uma parcela significativa das operações da Companhia e de suas controladas depende da capacidade de adquirir aço e alumínio a preços competitivos. Caso o preço do aço e do alumínio tenha um acréscimo significativo e a Companhia e suas controladas não consigam repassar esse aumento ao preço dos produtos ou reduzir custos operacionais para compensá-lo, a margem operacional será reduzida.

4.4 PROCESSOS NÃO SIGILOSOS RELEVANTES

Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis, ambientais e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas.

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de seus negócios, envolvendo questões de natureza tributária, trabalhista, cível e outros. A Companhia e suas controladas não são partes em processos arbitrais relevantes.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, analisou os processos em curso e constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis em relação aos referidos processos.

A Companhia utilizou dois critérios para a definição de quais seriam os processos relevantes em que ela ou suas controladas são partes, quais sejam: o valor envolvido no processo (próximo ou superior a R\$ 50.710 mil) e a matéria sobre a qual versa a demanda, avaliando neste contexto outros fatores que poderiam influenciar a decisão de investimento, como, por exemplo, potenciais riscos à imagem da Companhia ou de suas controladas.

O valor de referência mencionado (R\$ 50.710 mil) representa aproximadamente 1% (um por cento) do patrimônio líquido consolidado da Companhia com base nas suas demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Ao utilizar tal valor de referência, a Companhia entende que estão sendo descritos abaixo os principais processos que, se decididos desfavoravelmente à Companhia ou suas controladas, poderiam impactar de forma significativa seu patrimônio, capacidade financeira ou seus negócios.

Os valores envolvidos nos processos indicados a seguir estão atualizados na data-base 31.03.2025

Natureza Tributária:

Execução Fiscal nº 1501364-13.2024.8.26.0156 (derivado do processo administrativo nº 3.127.787-1)	
a) juízo	Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
b) instância	Setor de Execuções Fiscais (SEF), Foro de Cruzeiro, Comarca de Cruzeiro
c) data da instauração	23.04.2024
d) partes no processo	Polo ativo: Fazenda do Estado de São Paulo Polo passivo: lochpe-Maxion S.A. (sucessora de Maxion Sistemas Automotivos Ltda.)
e) valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 238.212 mil

f) principais fatos	Trata-se de auto de infração (AIIM nº 3.127.787-1, datado de 26.05.2010) lavrado em face da Companhia para exigência de ICMS e aplicação de multa, relativo ao período 2006 a 2008, composto de quatro itens, quais sejam: (i) presunção de falta de emissão de documento fiscal (NF) decorrente de supostas diferenças de estoque, apuradas por meio de levantamento fiscal, em operações de remessa e retorno de industrialização; (ii) presunção de recebimento de mercadorias desacompanhadas de documento fiscal (NF) decorrente de supostas diferenças de estoque, apuradas por meio de levantamento fiscal, em operações de remessa e retorno de industrialização; (iii) aproveitamento indevido de créditos de ICMS referente a entradas de mercadorias adquiridas de estabelecimentos enquadrados no regime tributário simplificado; e (iv) entrega de arquivo digital (arquivo magnético SINTEGRA) em padrão ou forma não estabelecida na legislação.
g) resumo das decisões de mérito proferidas	Decisão administrativa de 1ª cancelou integralmente o auto de infração. Em razão do julgamento favorável à Companhia, o processo foi remetido ao TIT-SP (2ª instância administrativa) para julgamento de recurso de ofício da Fazenda do Estado de São Paulo, ao qual foi dado provimento. A Companhia interpôs recurso especial perante a Câmara Superior do TIT-SP, a qual cancelou definitivamente o item (i) do auto de infração (então no valor de R\$ 153.410 mil) e manteve os demais itens acima mencionados. Foi apresentado pela Companhia pedido de retificação de julgado em face dos itens remanescentes. Em 31.10.2023, houve julgamento parcialmente favorável à Companhia em esfera administrativa, com a limitação do montante exigido a título de juros ao patamar da SELIC. Em 23.04.2024 foi protocolada execução fiscal pela Fazenda Estadual. Em face da decisão parcialmente desfavorável em esfera administrativa e da execução fiscal proposta pela Fazenda Estadual, a Companhia apresentou defesa em esfera judicial no prazo legal.
h) estágio do processo	Em face da decisão final administrativa e citação nos autos da execução fiscal, a Companhia apresentou defesa na esfera judicial no prazo legal.
i) se a chance de perda é: i. provável ii. possível iii. remota	Possível: R\$ 160.962 mil Remota: R\$ 77.250 mil

j) motivo pelo qual o processo é considerado relevante	A Companhia entende que o processo é relevante em razão do valor envolvido.
k) análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda do processo, haveria condenação ao pagamento do valor envolvido, o qual representa aproximadamente 4,70% do patrimônio líquido consolidado da Companhia em 31.12.2024.

Processo administrativo nº SEI-040045/000075/2021 (Auto de Infração nº 03.632595-9)

a) juízo	Administrativo Estadual – Secretaria de Estado da Fazenda do Rio de Janeiro
b) instância	1ª instância administrativa
c) data da instauração	16.11.2021
d) partes no processo	Polo ativo: Fazenda do Estado do Rio de Janeiro Polo passivo: Lochpe-Maxion S.A.
e) valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 184.698 mil
f) principais fatos	Trata-se de auto de infração lavrado em face da Companhia para exigência de ICMS e aplicação de multa, relativo ao período de janeiro de 2016 a setembro de 2021, sob a alegação de não atendimento aos requisitos regulamentares previstos na Resolução SEFAZ nº 905/2015, para a aplicação do regime especial de diferimento de ICMS estabelecido na Lei estadual nº 6.953/2015 nas vendas da filial de Resende/RJ, com a cobrança do ICMS do período e aplicação de multa de 75%.
g) resumo das decisões de mérito proferidas	Apresentada defesa administrativa pela Companhia.
h) estágio do processo	Aguarda-se decisão de 1ª instância administrativa.
i) se a chance de perda é: i. provável ii. possível iii. remota	Possível
j) motivo pelo qual o processo é considerado relevante	A Companhia entende que o processo é relevante em razão do valor envolvido.

k) análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda do processo, haveria condenação ao pagamento do valor envolvido, o qual representa aproximadamente 3,64% do patrimônio líquido consolidado da Companhia em 31.12.2024.
---	---

Processos administrativos nº (a) 16048.720140/2017-48 (b) 16048.720.402/2017-74

a) juízo	Administrativo Federal – Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)
b) instância	2ª instância administrativa
c) data da instauração	(a) e (b): 24.10.2017
d) partes no processo	Polo ativo: União Federal Polo passivo: Iochpe-Maxion S.A.
e) valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 82.538 mil
f) principais fatos	Trata-se de autos de infração (AIIM) lavrados em face da Companhia que versam, respectivamente, sobre: (i) cobrança de IRPJ, sob a alegação de dedução indevida de imposto de renda pago no exterior, relativo ao ano-calendário 2012; e (ii) cobrança de CSLL, por reflexo do IRPJ exigido nos termos do item (i) anterior, ambos os tributos acrescidos de juros e multa de ofício de 75%, mais multa isolada.
g) resumo das decisões de mérito proferidas	Apresentadas defesas administrativas (impugnações); proferidas decisões parcialmente favoráveis à Companhia em 1ª instância administrativa.
h) estágio do processo	Aguardam-se decisões de 2ª instância administrativa em face dos recursos da Fazenda Nacional e da Companhia.
i) se a chance de perda é: i. provável ii. possível iii. remota	Possível
j) motivo pelo qual o processo é considerado relevante	A Companhia entende que se trata de processo relevante em razão do valor envolvido.
k) análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda do processo, haveria condenação ao pagamento do valor envolvido, o qual representa aproximadamente 1,63% do patrimônio líquido consolidado da Companhia em 31.12.2024.

Processos administrativos nº (a) 10865-720.674/2020-60 (b) 13603-720.924/2020-31 (c) 10860-720.538/2020-10

a) juízo	Administrativo Federal - Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF
b) instância	2ª instância administrativa
c) data da instauração	20.02.2020
d) partes no processo	Polo ativo: União Federal Polo passivo: Iochpe-Maxion S.A.
e) valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 31.920 mil
f) principais fatos	Trata-se de manifestação de inconformidade em face de despachos decisórios nos processos (a), (b) e (c) acima, relacionados a compensações não homologadas (processo de crédito nº 13881.720061/2015-55), em razão da suposta ausência de comprovação de recolhimento dos créditos relativos à Taxa CACEX, acrescidos de juros e multa de ofício de 20%.
g) resumo das decisões de mérito proferidas	Apresentadas defesas administrativas. Foi proferida decisão desfavorável em 1ª instância administrativa, tendo sido interposto recurso voluntário ao CARF.
h) estágio do processo	Aguarda-se decisão de 2ª instância administrativa.
i) se a chance de perda é: i. provável ii. possível iii. remota	Possível
j) motivo pelo qual o processo é considerado relevante	A Companhia entende que se trata de processo relevante em razão do valor envolvido.
k) análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda do processo, haveria condenação ao pagamento do valor envolvido, o qual representa aproximadamente 0,63% do patrimônio líquido consolidado da Companhia em 31.12.2024.

Processo administrativo nº 15746-725.694/2023-40

a) juízo	Administrativo Federal - Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)
-----------------	--

b) instância	1ª instância administrativa
c) data da instauração	21.11.2023
d) partes no processo	Polo ativo: União Federal Polo passivo: Iochpe-Maxion S.A.
e) valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 35.869 mil
f) principais fatos	Trata-se de auto de infração que versa sobre cobrança de adicional ao GILRAT na alíquota de 6% para financiamento da aposentadoria especial de 25 anos em decorrência da exposição de colaboradores ao agente nocivo ruído, supostamente não neutralizado, nos estabelecimentos produtivos da Companhia, nas competências de 01.01.2019 a 31.12.2020.
g) resumo das decisões de mérito proferidas	Apresentada defesa administrativa. Proferida decisão desfavorável em 1ª instância, foi interposto recurso pela Companhia e aguarda-se julgamento em 2ª instância administrativa
h) estágio do processo	Aguarda-se decisão de 2ª instância administrativa.
i) se a chance de perda é: i. provável ii. possível iii. remota	Possível
j) motivo pelo qual o processo é considerado relevante	A Companhia entende que se trata de processo relevante em razão do valor envolvido.
k) análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda do processo, haveria condenação ao pagamento do valor envolvido, o qual representa aproximadamente 0,71% do patrimônio líquido consolidado da Companhia em 31.12.2024.

4.5 VALOR TOTAL PROVISIONADO DOS PROCESSOS NÃO SIGILOSOS RELEVANTES

Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4.

Em 31 de dezembro de 2024 não havia valor provisionado nas demonstrações financeiras da Companhia em relação aos processos descritos no item 4.4 do Formulário de Referência.

4.6 PROCESSOS SIGILOSOS RELEVANTES

Não há processos sigilosos relevantes em que a Companhia ou suas controladas sejam partes e que não tenham sido divulgados no item 4.4 do Formulário de Referência.

4.7 OUTRAS CONTINGÊNCIAS RELEVANTES

Adicionalmente às informações indicadas nos demais itens da Seção 4 do Formulário de Referência, informa-se o seguinte:

Natureza Cível/Trabalhista

➤ Santo André (SP). Em 06 de junho de 2019, foi celebrado, entre a Maxion Wheels do Brasil Ltda. e a Superintendência Regional do Trabalho em São Paulo/SP, um termo de compromisso para adequação das máquinas e equipamentos às determinações previstas na Norma Regulamentadora (NR) 12 do Ministério do Trabalho e Emprego, em decorrência de ação fiscal iniciada em 2018, por meio do qual a empresa se comprometeu principalmente a identificar e adequar todas as máquinas e equipamentos às disposições previstas na NR mencionada, dentro do prazo de 30 meses contados a partir de 06 de junho de 2019. Foram apresentados todos os relatórios sobre as adequações solicitadas; aguarda-se a manifestação de encerramento por parte dos auditores fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego. O não cumprimento das disposições do termo de compromisso poderá implicar na autuação e fiscalização reiterada da referida empresa, com posterior remessa de relatório circunstanciado ao Ministério Público do Trabalho, objetivando a instauração do procedimento cabível, sem prejuízo de eventual paralisação das máquinas e equipamentos não adequados até a sua regularização.

➤ Cruzeiro (SP). Em 12 de setembro de 2019, foi celebrado, entre a Companhia e o Ministério Público do Trabalho - Procuradoria do Trabalho da 15ª Região no Município de São José dos Campos/SP, Termo de Ajuste de Conduta (TAC) nº 45/2019, tendo por objeto formalizar a intenção da Companhia de adequar, de forma voluntária, as máquinas e equipamentos de sua propriedade instaladas na sua planta industrial localizada em Cruzeiro/SP, ao que determina a Norma Regulamentadora (NR) 12, dentro do prazo de 30 meses contados a partir da data de assinatura do referido TAC. Em resposta a peticionamento da Companhia, em 17 de março de 2022 a referida Procuradoria autorizou a extensão do prazo de cumprimento do TAC por 24 meses adicionais, com término em março de 2024. Os relatórios sobre as adequações solicitadas foram tempestivamente apresentados. Após verificação e laudo favorável do setor de segurança do trabalho do Ministério Público do Trabalho, em 26 de junho de 2024, determinou-se o arquivamento do inquérito civil, por se reconhecer o cumprimento pela Companhia das obrigações impostas no TAC. O não cumprimento dos compromissos acordados no TAC poderia ensejar a aplicação de multa e eventualmente ajuizamento de ação civil pública em face da Companhia, sem prejuízo de eventual paralisação das máquinas e equipamentos não adequados até a sua regularização.

➤ Limeira (SP). Em 15 de outubro de 2021, foi celebrado, entre a Companhia e a Gerência Regional do Trabalho em Piracicaba/SP, um termo de compromisso para adequação das máquinas e equipamentos da sua planta industrial de rodas de alumínio localizada em Limeira/SP às determinações previstas na Norma Regulamentadora (NR) 12 do Ministério do Trabalho e Emprego, em decorrência de fiscalização indireta iniciada em maio de 2021, por meio do qual a Companhia se comprometeu principalmente a identificar e adequar todas as máquinas e equipamentos às disposições previstas na NR mencionada, até setembro de 2022. Foram apresentados todos os relatórios sobre as adequações solicitadas; aguarda-se a manifestação de encerramento por parte dos auditores fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego. O não cumprimento das disposições do termo de compromisso poderá implicar na autuação e fiscalização reiterada da Companhia, com posterior remessa de relatório circunstanciado ao Ministério Público do Trabalho, objetivando a instauração do procedimento cabível, sem prejuízo de eventual paralisação das máquinas e equipamentos não adequados até a sua regularização.

➤ Cruzeiro (SP). Em 24 de maio de 2024, foi celebrado entre a Companhia e o Ministério Público do Trabalho - Procuradoria do Trabalho da 15ª Região no município de São José dos Campos/SP, Termo de Ajuste de Conduta (TAC) nº 000056.2024, nos autos do Procedimento nº 000459.2020.15.002/8-42, instaurado em face da Companhia ante a notícia de fato da ocorrência de acidente de trabalho com vítima fatal ocorrido nas instalações da Companhia em Cruzeiro/SP, em 20 de junho de 2020. Por meio do TAC, a Companhia comprometeu-se a doar o valor de R\$ 80.000,00 para ação humanitária e de suporte social em face da calamidade pública no Estado do Rio Grande do Sul, a título de indenização por dano moral coletivo. Tal indenização foi motivada pelo entendimento do Ministério Público do Trabalho de que o dano moral coletivo decorre do próprio fato/infortúnio, tendo caráter objetivo, independentemente da prova de culpa ou dolo do empregador, especialmente em caso de vítima fatal, muito embora durante o procedimento em questão a Companhia tenha apresentado as informações e esclarecimentos referentes ao acidente, o procedimento fiscalizatório aberto pelo Ministério do Trabalho não tenha resultado em aplicação de penalidade administrativa contra a Companhia, e, em especial, o inquérito policial aberto para investigar o caso tenha sido arquivado pelo juízo criminal competente, em atenção ao pedido feito pelo Promotor de Justiça de Cruzeiro, que entendeu pela falta de evidências de imprudência, negligência ou imperícia por parte de terceiros, que tivesse dado causa ou contribuído para o óbito da vítima de modo a ensejar responsabilidade criminal. Tendo sido realizada a doação pela Companhia, o TAC foi dado por cumprido e encerrado em 15 de agosto de 2024, não remanescendo nenhuma obrigação adicional para a Companhia.

➤ Santo André (SP). Em 19 de julho de 2024, foi celebrado, entre a Maxion Wheels do Brasil Ltda. e o Ministério Público do Trabalho - Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região no município de São Bernardo do Campo/SP, Termo de Ajuste de Conduta (TAC) nº 61/2024, nos autos do Procedimento nº 000209.2007.02.001/8, por meio do qual a empresa comprometeu-se a adequar, de forma voluntária, certa documentação e procedimentos relacionados à saúde e segurança do trabalho em atendimento das NR-01, NR-07, NR-09 e NR 17. Nos termos do TAC, a empresa teve o prazo de 8 meses para a elaboração dos documentos voltados à segurança do trabalho e terá um prazo de 42 meses para implementação das medidas corretivas que foram apontadas nos documentos elaborados; aguarda-se manifestação da Procuradoria sobre os documentos apresentados. O não cumprimento dos compromissos acordados no TAC poderá ensejar a aplicação de multa e eventualmente ajuizamento de ação civil pública em face da empresa.

Natureza concorrencial

➤ Königswinter (Alemanha). Em junho de 2022, as instalações da Maxion Wheels Holding GmbH, controlada da Companhia na Alemanha, foram inspecionadas pelo órgão antitruste alemão (*Bundeskartellamt*), no contexto de uma investigação sobre suspeita de descumprimento de leis concorrenciais relacionada a fabricantes de rodas de alumínio para veículos leves. A Companhia está cooperando plenamente com as autoridades. Caso venha a ser considerado que houve violação das normas aplicáveis, a referida controlada poderá estar sujeita a multa ou processos cíveis. Esta é uma investigação em andamento e a Companhia não tem condições de antever a duração, o escopo ou os resultados da investigação.

Exceto pelo exposto acima, a Companhia não tem conhecimento de outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores da Seção 4 do Formulário de Referência, que julgue como importantes para fundamentar a decisão de investimento pelos investidores.

Na avaliação da relevância, foi considerada a capacidade de a contingência impactar de forma significativa o patrimônio, a capacidade financeira ou os negócios da Companhia ou de suas controladas como um todo, bem como outros fatores que poderiam influenciar a decisão de investimento, como, por exemplo, riscos de imagem ou riscos jurídicos relacionados às contingências.

5.1 DESCRIÇÃO DO GERENCIAMENTO DE RISCOS E RISCOS DE MERCADO

(a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia possui uma Política de Gestão de Riscos Corporativos aprovada pelo Conselho de Administração em 20 de dezembro de 2017 e revisada em 29 de maio de 2019. Esta política formalizada consolida políticas, normas, procedimentos e ações que já eram adotadas pela Companhia no desenvolvimento de trabalhos de Gestão de Riscos Corporativos dentro das diversas atividades operacionais, financeiras e estratégicas da Companhia.

(b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo: (i) os riscos para os quais se busca proteção; (ii) os instrumentos utilizados para proteção; e (iii) a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A Política de Gestão de Riscos Corporativos estabelece um conjunto de diretrizes e princípios e também a estrutura a serem considerados no processo de gerenciamento de riscos da Companhia. Adicionalmente, define e formaliza as responsabilidades de cada órgão/departamento da Companhia envolvidos no processo e é aplicável a todos os níveis organizacionais da Companhia de forma direta ou indireta.

Busca-se prioritariamente o gerenciamento de riscos operacionais, financeiros, estratégicos e legais/*compliance*, cuja gestão é feita por meio de uma matriz de riscos compreendendo seus principais riscos corporativos, baseados na sua probabilidade de ocorrência e na magnitude do seu impacto nos negócios da Companhia, podendo-se elencar os seguintes itens: **(i) Operacionais: a.** Eventual falha no processo de qualidade da produção que pode levar a um "recall" que pode afetar as margens e a imagem da Companhia; **b.** Interrupção ou paralisação parcial do negócio resultantes de falhas ou vulnerabilidades no processo de Cyber Security decorrentes de eventos internos ou externos; **(ii) a.** Financeiros: Elevação dos custos financeiros que possa impactar o endividamento da Companhia; **(iii) Estratégicos: a.** Falta de adequação às reais demandas dos mercados e tecnologias disruptivas podem resultar em perdas financeiras e redução da eficiência e produtividade do negócio.; **b.** Cenário macroeconômico global incerto e volátil, com aumento e/ou permanência do alto quadro inflacionário global, manutenção de altas taxas de juros, desaceleração do mercado, condições desfavoráveis e desmobilizações nas cadeias produtivas, podendo impactar nos resultados e alcance dos objetivos; **(iv) Compliance: a.** Novos requerimentos legais e de clientes relacionados a ESG podendo impactar a competitividade dos negócios e objetivos de longo prazo da Companhia.

Dentre as ações tomadas para cada risco previamente mencionado, a Companhia destaca o seguinte: **(i) a.** A Companhia dispõe de um sistema de qualidade em todas suas unidades fabris, que proporcionam uma entrega de qualidade aos clientes; este item é monitorado e apresentado periodicamente à liderança da Companhia; **(i) b.** A Companhia possui encriptação dos computadores e utiliza ferramentas para assegurar a proteção dos sistemas e a continuidade dos negócios e para acompanhamento do ambiente de tecnologia. Além disso, possui seguro de cyber security, realiza testes de vulnerabilidade de forma periódica, possui políticas e treina os colaboradores sobre cyber security; **(ii) a.** A Companhia possui uma estratégia robusta de gestão financeira apresentada periodicamente a Diretoria, Comitê financeiro e Conselho de Administração, onde o mercado nacional e internacional são analisados em busca das melhores soluções para a gestão da dívida para o curto e longo prazo; **(iii) a.** Além da criação do Centro Avançado de Tecnologia em Berlim para

monitoramento e desenvolvimento de novas tecnologias e o fortalecimento das áreas de Engenharia Avançada nas divisões, a Companhia efetua acompanhamentos de novas tendências junto aos principais *players* e empresas parceiras no mercado de atuação e de tecnologia, buscando estar envolvida na mudança tecnológica do setor e efetuando apresentações periódicas à Diretoria; **(iii) b.** A Companhia adotou medidas para minimização dos impactos através de: (a) plantas flexibilizadas para eventuais paradas e planos de ação preparados para minimizar ineficiências operacionais; (ii) rápida redução de compras de matéria-prima conforme informações sobre paradas; (iii) utilização de instrumentos como banco de horas, *short weeks*, férias, etc. para mitigar os custos laborais. Além disso, a Companhia possui flexibilidade para aumentar volumes de produção em segmentos com elevada demanda; **(iv) a.** Além do monitoramento constante do cenário regulatório em todas as regiões, a Companhia tem em vista esforços contínuos em relação ao acompanhamento e melhorias relacionadas a sustentabilidade, e desenvolve propostas de valor e soluções de produtos incluem drivers para apoiar estratégias de sustentabilidade.

Esta matriz de riscos é submetida para apreciação e validação do Comitê de Auditoria Estatutário e do Conselho de Administração duas vezes ao ano, após a revisão da Diretoria e do Comitê de Gestão de Riscos ou, a qualquer momento, considerando eventuais alterações significativas nos riscos.

A estrutura de gerenciamento de riscos corporativos da Companhia abrange todos os níveis da Companhia, principalmente o Conselho de Administração, o Comitê de Auditoria Estatutário, a Diretoria, o Comitê de Gestão de Riscos, os demais gestores e o departamento de Governança, Riscos e *Compliance* da Companhia.

O Conselho de Administração estabelece as diretrizes de risco para a Companhia, aprova as políticas relacionadas ao gerenciamento de riscos, supervisiona, com o suporte do Comitê de Auditoria Estatutário, a efetividade da estrutura e do processo de gerenciamento de riscos da Companhia de forma a mantê-la compatível com as estratégias de negócios, analisa e delibera sobre a proposta da Diretoria para a composição da matriz de riscos e delibera sobre as propostas da Diretoria para a solução, mitigação ou aceitação de riscos.

O Comitê de Auditoria Estatutário monitora as diretrizes de risco estabelecidas para a Companhia, revisa as políticas relacionadas ao gerenciamento de riscos da Companhia, assessora o Conselho de Administração no monitoramento das atividades de gerenciamento de riscos da Companhia, analisa a proposta da Diretoria para a composição da matriz de riscos, e revisa as informações apresentadas ao mercado relacionadas aos riscos da Companhia, assim como à estrutura de gerenciamento de riscos, suas atividades e os resultados apurados.

A Diretoria implementa as estratégias e diretrizes da Companhia aprovadas pelo Conselho de Administração, executa as políticas relacionadas ao gerenciamento de riscos, elabora a matriz de riscos com o auxílio do departamento de Governança, Riscos e *Compliance*, propõe ao Conselho de Administração medidas para solução, mitigação ou aceitação dos riscos, monitora a implementação dos planos de ação estabelecidos com base na matriz de riscos e prepara, com o apoio do departamento de Governança, Riscos e *Compliance*, as informações a serem apresentadas ao mercado relacionadas à estrutura de gerenciamento de riscos, suas atividades e os resultados apurados.

O Comitê de Gestão de Riscos atua e interage com a gestão, a Auditoria Interna e o departamento de Governança, Riscos e *Compliance* de forma a assegurar o cumprimento das diretrizes de gerenciamento de riscos estabelecidas pelo Conselho de Administração, analisa as políticas relacionadas ao gerenciamento de riscos, assessora a Diretoria e, quando solicitado, o Comitê de Auditoria Estatutário, na identificação de riscos, propostas de medidas para solucionar, mitigar ou aceitar os riscos e monitoramento das atividades de gerenciamento de riscos da Companhia. Revisa

periodicamente a matriz de riscos e os respectivos planos de ação existentes para o monitoramento da mitigação destes riscos, aprova a metodologia a ser utilizada na condução do processo de gerenciamento de riscos corporativos, aprova a escala de impacto e probabilidade utilizada para avaliação dos riscos e atua proativamente na identificação de novos tipos de risco para a Companhia.

Os gestores são responsáveis por assegurar a operacionalização do gerenciamento de riscos, implementando ações preventivas e corretivas para os riscos identificados, identificar e comunicar à Diretoria e/ou ao Comitê de Gestão de Riscos os riscos a que a Companhia esteja sujeita, manter um ambiente de controles internos e de *compliance* efetivo e desenvolver processos e procedimentos, treinamentos e formas de comunicação que permitam a disseminação, de forma consistente, do processo de gerenciamento de riscos na Companhia.

O departamento de Governança, Riscos e *Compliance* monitora o processo de gerenciamento de riscos da Companhia sob a coordenação da Diretoria e do Comitê de Gestão de Riscos, elabora e assegura o cumprimento das políticas relacionadas ao gerenciamento de riscos da Companhia, auxilia a Diretoria na elaboração e revisão da matriz de riscos, avalia e propõe estratégias de mitigação dos riscos, fornece ao Conselho de Administração, ao Comitê de Auditoria Estatutário, à Diretoria e ao Comitê de Gestão de Riscos análises e avaliações sobre o processo de gerenciamento de riscos da Companhia, elabora a escala de impacto e probabilidade utilizada para avaliação dos riscos, apoia a Diretoria na elaboração das informações a serem apresentadas ao mercado relacionadas à estrutura de gerenciamento de riscos, às suas atividades e aos resultados apurados e atua proativamente na identificação de novos tipos de risco para a Companhia.

A estrutura hierárquica entre esses órgãos se detalha a seguir: (i) no nível mais alto está o Conselho de Administração; (ii) abaixo do Conselho de Administração está o Comitê de Auditoria Estatutário e, (iii) sob o Comitê de Auditoria Estatutário se encontra a Auditoria Interna. Cabe ressaltar que a Auditoria Interna reporta administrativamente ao Diretor Presidente da Companhia. Para melhor visualização, vide item 5.3c) do Formulário de Referência. O Comitê de Gestão de Riscos reporta à Diretoria.

(c) a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia acredita que sua estrutura de Governança, Riscos e *Compliance* para a verificação da efetividade das diretrizes quanto ao gerenciamento de riscos é eficiente e adequada, estando em linha com as práticas de mercado. Fornece avaliações independentes, imparciais e tempestivas por meio de metodologia corporativa pautada em visão integrada e sistêmica.

5.2 DESCRIÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS

a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las.

A Companhia busca constantemente garantir a melhoria do seu ambiente de controles internos, bem como a análise contínua dos riscos que possam afetar seus negócios, situação financeira e o resultado de suas operações.

A Diretoria da Companhia, responsável pela gestão, tem trabalhado em conjunto com as áreas operacionais e efetuado o monitoramento, o reporte e a correção de eventuais imperfeições, sejam elas decorrentes de descumprimento de regulamentação interna ou externa. O engajamento entre áreas tem fortalecido as práticas estabelecidas pelo Conselho de Administração permitindo que a companhia esteja constantemente alinhada com as melhores práticas de controles internos.

A Companhia possui um departamento de Auditoria Interna que reporta ao Comitê de Auditoria Estatutário. A Auditoria Interna monitora, avalia e realiza recomendações sobre os controles internos e as políticas e procedimentos da Companhia, através de auditorias independentes periódicas sobre a eficácia e eficiência dos controles internos.

Visando a melhoria da avaliação dos controles internos automáticos, em 2015, a Auditoria Interna passou a incorporar auditorias de sistemas de informação e, em 2018, iniciou-se a implementação da área de Análise de Dados por meio do desenvolvimento de indicadores e monitoramento contínuo de testes de auditoria automatizados.

O departamento de Governança, Riscos e *Compliance* além de auxiliar no mapeamento dos processos, identificação de riscos e controles, desenvolvimento, implementação e monitoramento dos planos de ação caso sejam necessários, é também responsável por gerir o programa de Gestão de Riscos da Companhia e o programa de Conformidade (*Compliance*). Uma das responsabilidades do departamento de Governança, Riscos e *Compliance* é trabalhar com melhorias de processo, visando identificar oportunidades de melhoria e auxiliando todas as áreas da Companhia a otimizarem suas atividades, desta forma, desenvolve diversas atividades que fortalecem as práticas estabelecidas.

A Companhia possui políticas e procedimentos corporativos formalizados. Por meio dessas políticas e procedimentos corporativos, a Diretoria viabiliza, aprova e divulga os processos, propósitos, princípios e valores da Companhia.

Para assegurar que a Companhia esteja em total conformidade com as leis, regulamentos e normas externas e internas, bem como promover as melhores práticas e princípios éticos, a Companhia, dentre outros mecanismos, conta com:

- a. Código de Conduta
- b. Código de Conduta de Fornecedores
- c. Canal de denúncias
- d. Política de negociação de ações e divulgação de informações
- e. Política de Indicação
- f. Política de Investimento Social Privado
- g. Política de Destinação de Resultados
- h. Política de Saúde, Segurança e Sustentabilidade

- i. Política de ética e anticorrupção que trata sobre contribuições e doações, além de temas relacionados a prevenção e detecção de atos de natureza ilícita j) Política de Gestão de Riscos Corporativos

b) as estruturas organizacionais envolvidas

A Companhia possui uma estrutura de gerenciamento de controles internos eficaz, e todas as ações relacionadas a controles internos estão fundamentadas no uso de critérios éticos refletidos no código de conduta da organização.

Estrutura organizacional envolvida:

a) Conselho de Administração: O Conselho de Administração estabelece as diretrizes das políticas e procedimentos corporativos.

b) Diretoria (responsável pela gestão): A Diretoria é responsável pela implementação das políticas e procedimentos corporativos. A Diretoria opera com um sistema de controles internos com o auxílio do Comitê de Auditoria Estatutário e da Auditoria Interna para avaliar periodicamente a eficácia desse sistema de controles internos, bem como prestar contas ao Conselho de Administração sobre essa avaliação.

c) Órgãos de fiscalização e controle

Comitê de Auditoria Estatutário: O Comitê de Auditoria Estatutário realiza supervisão dos trabalhos da Auditoria Interna e interage com a Auditoria Externa contribuindo para assegurar o equilíbrio, a transparência e a integridade das informações financeiras divulgadas ao mercado.

Auditoria Interna: A Auditoria Interna, que possui Estatuto aprovado pelo Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia em 31/05/2017, tem a responsabilidade de monitorar, avaliar e realizar recomendações sobre os controles internos e as normas e procedimentos estabelecidos pela direção. A auditoria Interna realiza periodicamente auditorias independentes sobre a eficácia e eficiência dos controles. Adicionalmente, o orçamento da área de Auditoria Interna foi avaliado e aprovado pelo Comitê de Auditoria Estatutário, conforme relatório resumido divulgado nas Demonstrações Financeiras de 31/12/2024.

Governança, Riscos e Compliance (GRC): O Departamento de GRC auxilia a Companhia no mapeamento de processos, identificação de riscos e controles, bem como no desenvolvimento, implementação e monitoramento de planos de ação caso sejam necessários e é responsável por gerir o programa de Gestão de Riscos da Companhia e o tema de Conformidade (*Compliance*). Atua principalmente como uma gestão de apoio na avaliação interna de riscos e controles internos, incluindo informação, comunicação e monitoramento; trabalha em conjunto com a gestão da Companhia a fim de desafiar e melhorar os processos e controles; mantém um relacionamento com os auditores interno e externo e apoia as suas atividades; verifica o cumprimento das políticas, diretrizes e procedimentos da Companhia.

Data Protection Officer (DPO): Responsável pela proteção dos dados pessoais e sensíveis tratados pela Companhia. Suas atribuições incluem supervisionar as práticas de privacidade, orientar as áreas envolvidas e responder a solicitações relacionadas à segurança das informações. O DPO também mantém comunicação direta com a alta gestão na figura do CCO (*Chief Compliance Officer*), fornecendo orientações estratégicas sobre riscos e medidas de conformidade, fomentando uma cultura organizacional voltada à proteção e privacidade de dados.

c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Diretoria de Governança Riscos e Compliance e Auditoria Interna:

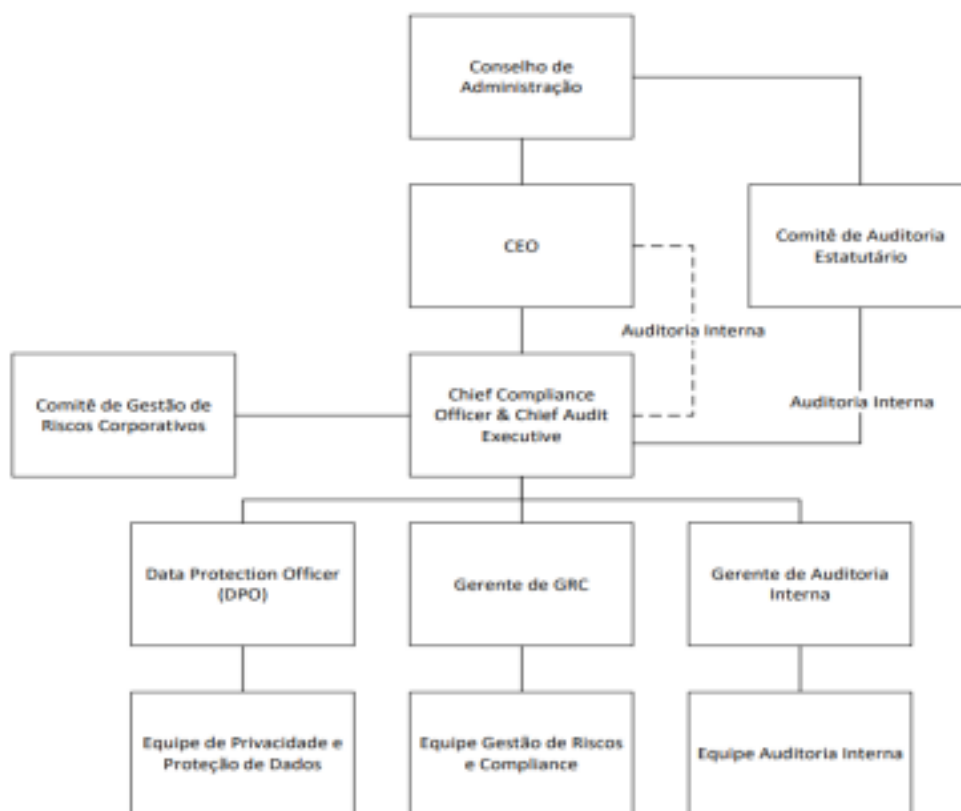
Conforme informado nos itens 5.2a) e 5.2b), a Diretoria de Governança, Riscos e Compliance é responsável pela gestão e acompanhamento da eficiência dos controles internos. Para garantir o tratamento adequado dos riscos e dos apontamentos identificados pela auditoria interna, as equipes de controles internos e compliance realizam avaliação para garantir que as ações propostas endereçam adequadamente as falhas identificadas.

A Auditoria Interna monitora, avalia e realiza recomendações sobre os controles internos e as normas e procedimentos estabelecidos pela Diretoria. Com objetivo de assegurar a independência da área, o reporte funcional ocorre ao Comitê de Auditoria, que assessora o Conselho de Administração, que é responsável por analisar e avaliar o resultado dos trabalhos.

Comitê de Auditoria Estatutário:

O Comitê de Auditoria Estatutário assessora o Conselho de Administração reunindo-se periodicamente para supervisionar o funcionamento das áreas de GRC e Auditoria Interna, e discutir possíveis riscos, deficiências e adequação dos processos relacionados a integridade de relatórios financeiros.

As estruturas e cargos abaixo são envolvidos na execução, gerenciamento e monitoramento dos controles internos:



d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

O relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, reportou que, durante os procedimentos sobre o ambiente de controles internos de tecnologia da informação - TI da Companhia, observou-se a existência de deficiências de controle que representam um risco significativo relacionadas ao gerenciamento de acessos aos sistemas SAP S4 Hana (S4P), SAP ECC (P69 e ECP), SAP GRC (GRP), Oracle FCCS e Rede Active Directory. Nesse contexto, foram feitas recomendações visando o aprimoramento do ambiente de TI da Companhia, no que tange a concessão, revogação e manutenção de acessos pertencentes aos colaboradores.

e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Ao tomar ciência das deficiências relacionadas ao ambiente de controles internos de TI, apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente, a que se refere o item 5.2.d acima, e avaliar minuciosamente cada uma das deficiências apontadas, as quais foram levadas ao conhecimento do Comitê de Auditoria Estatutário, a Diretoria verificou que algumas delas já haviam sido corrigidas durante o ano de 2023 e adotou um plano para remediar, durante o ano de 2024, aquelas que ainda subsistiam, além de prevenir falhas futuras.

O plano de remediação envolve, mas não se limita a, as seguintes medidas corretivas:

- i. delegação de concessão de acessos será executada apenas mediante as devidas aprovações, seguindo a política de concessão de acessos em processo já estabelecido;
- ii. Automação de processos evitando a necessidade de execução manual, tornando os processos instantâneos, diminuindo possibilidades de erros;
- iii. validação de logs de utilização e execução de usuários mestres (*firefighters*);
- iv. investimento em treinamentos para aumentar a compreensão, conscientização e conhecimento sobre a importância dos controles internos e processos estabelecidos;
- v. implementação de revisão periódica dos controles internos matricial e implementação de mudanças e atualizações, quando necessário; e
- vi. acompanhamento da implementação e remediação das etapas descritas acima e revisão dos controles internos.

Por fim, vale observar que diversos testes e ações foram executados, durante os procedimentos de auditoria, para assegurar que o risco identificado não houvesse impactado a integridade, disponibilidade e confidencialidade dos dados, tendo sido verificado que tais deficiências não afetaram as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

5.3 PROGRAMA DE INTEGRIDADE

a) se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Companhia possui políticas e procedimentos que tratam do relacionamento com órgãos públicos, incluindo legislações locais e internacionais onde a Companhia possui operações, e que detalham a conduta esperada dos profissionais junto a oficiais governamentais sempre mencionando a relevância de cumprimento as legislações vigentes e que se aplicam a toda a Companhia. Esses documentos são revisados e aprovados pelo Conselho de Administração periodicamente de maneira a refletir as melhores práticas e as atualizações as legislações onde a Companhia possui negócios.

Conforme as práticas da Companhia e o disposto no item 5.1b), os seus principais riscos são avaliados duas vezes ao ano, de acordo com sua matriz de riscos que também é revisada tempestivamente conforme alterações significativas identificadas pelos procedimentos de monitoramento. A partir desta análise, suas políticas e práticas são atualizadas, conforme necessidade. Cumpre informar que, por não ser concessionária de serviços públicos e/ou não comercializar diretamente com agentes públicos, a Companhia entende que esta periodicidade é adequada.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

A Companhia possui um Departamento de Auditoria Interna que reporta ao Comitê de Auditoria Estatutário. A Auditoria Interna monitora, avalia e realiza recomendações sobre os controles internos e as políticas e procedimentos da Companhia incluindo as políticas e procedimentos sobre o relacionamento com órgãos governamentais, esse monitoramento e avaliações é realizado através de auditorias independentes periódicas que consideram a eficácia e eficiência dos controles internos e aderência dos processos às políticas e procedimentos vigentes.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

A Companhia possui o Código de Conduta revisado e aprovado pelo Conselho de Administração em sua reunião no dia 18 de Dezembro de 2024 e que é aplicável a todos os profissionais, diretores, membros do Conselho Fiscal (quando instalado), Conselho de Administração e a Companhia também encoraja o uso do Código por todos os membros da cadeia de suprimentos e relacionamento que incluem, mas não se limitam a fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários, clientes entre outros.

- as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

Eventuais sanções em caso de descumprimento ao Código de Conduta ou a outras normas da Companhia são previstas em políticas e procedimentos internos e são consideradas após as devidas análises e deliberações junto aos órgãos de Governança Corporativa da Companhia podendo em seu caso mais extremo culminar no desligamento do profissional ou encerramento de relacionamento comercial em caso de parceiro externo.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Conduta foi revisado e aprovado pelo Conselho de Administração em sua reunião no dia 18 de Dezembro de 2024, estando disponível para consulta pública pelo website da Companhia.

<https://www.iochpe.com.br/governanca/codigo-de-conduta/>

b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

A Companhia possui um canal de denúncias que é denominado internamente de Canal de Manifestação ativo, administrado internamente pela Auditoria Interna, de forma independente, podendo ser acessado por website ([IOCHPE - Whistleblower Channel](#)) ou e-mail (ethics@iochpe.com.br) independentemente da localidade geográfica ou posição hierárquica do denunciante.

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

O canal de manifestação é aberto e pode ser acessado por seus meios de contato por qualquer diretor, profissional, cliente, fornecedor ou demais pessoas que possuam ou não relacionamento com a Companhia e que desejam relatar algum fato à Administração.

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa fé**

A Companhia possui em política detalhada o compromisso de não retaliação a profissionais que honestamente efetuaram reporte sobre alguma suspeita de ato que viole o código de conduta ou qualquer outra regulamentação aplicável a Companhia.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

As denúncias efetuadas pelo canal são recebidas pelo responsável pelo Departamento de Auditoria Interna e pelo Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário que efetuam o endereçamento e eventuais ações que se fizerem necessárias de acordo com o tema da denúncia.

O Comitê de Auditoria Estatutário se reúne mensalmente para analisar os casos reportados no Canal de Manifestação. O Conselho de Administração é informado trimestralmente sobre os casos mais críticos.

c) número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Não se aplica face ao disposto no item a acima.

d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não se aplica face ao disposto no item a acima.

5.4 ALTERAÇÕES SIGNIFICATIVAS

A Companhia informa que, em relação ao último exercício social, não houve alterações significativas nos principais riscos a que a Companhia está exposta ou na sua política de gerenciamento de riscos adotada.

A incerteza em relação ao atual ambiente político e econômico nos mercados em que a Companhia atua pode alterar de forma significativa os riscos aos quais a Companhia está exposta.

5.5 OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

A Companhia não possui outras informações que julgue relevantes.